

XII Jornadas Internacionais

Grandes Problemáticas do Espaço Europeu

26 a 28 de maio, 2017

Anfiteatro 2

FLUP



**Programa
& Resumos**

Índice

Programa	3
Comunicações	9
Sessões Plenárias.....	9
Sessão 1. Sociedade e Cultura (1)	11
Sessão 2. Inovação, Educação e Ensino (1)	13
Sessão 3. Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (1)	16
Sessão 4. Sociedade e Cultura (2)	18
Sessão 5. Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (2)	21
Sessão 6. Paisagem, Património e Desenvolvimento Territorial (1)	24
Sessão 7. Inovação, Educação e Ensino (2)	27
Sessão 8. Paisagem, Património e Desenvolvimento Territorial (2)	30
Sessão 9. Sociedade e Cultura (3)	32
Sessão 10. Economia e Ordenamento do Território (1).....	35
Sessão 11. Economia e Ordenamento do Território (2).....	38
Sessão 12. Paisagem, Património e Desenvolvimento Territorial (3)	41
Sessão 13. Paisagem, Património e Desenvolvimento Territorial (4)	43
Sessão 14. Economia e Ordenamento do Território (3).....	46
Sessão 15. Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (3).....	49
Sessão 16. Inovação, Educação e Ensino (3)	51
Posters	55
Tema 1. Sociedade, Cultura e Educação	55
Tema 2. Ambiente, Economia e Desenvolvimento Territorial	68

SEXTA, 26 DE MAIO

8H30 RECEÇÃO

9H00 SESSÃO DE ABERTURA, ANFITEATRO 2

9H15 SESSÃO PLENÁRIA, ANFITEATRO 2

MODERADORA: FELISBELA MARTINS, CEGOT, UNIVERSIDADE DO PORTO, PORTUGAL

AN INTEGRATED AND STRATEGIC APPROACH TO NATURAL RESOURCE USE FOR TOURISM PURPOSES: MEETING THE CHALLENGES OF HOLISTIC SUSTAINABILITY

Professor Mary Cawley, National University of Ireland, Galway

SESSÕES PARALELAS

10H00 SESSÃO 1 - SOCIEDADE E CULTURA (1), SALA DE REUNIÕES 1

MODERADORA: CÉLIA TABORDA, UNIVERSIDADE LUSÓFONA, PORTUGAL

SENSE OF PLACE IN URBAN NEIGHBOURHOOD - VRBIK (ZAGREB)

Laura Šakaja, University of Zagreb, Croacia

THE GLASS ROOF OF THE TOURISM INTERMEDIATE SECTOR ACCORDING TO THE PERCEPTIONS OF ITS WOMEN WORKERS

Raquel Santiago Romo, Larissa Paola Macêdo Castro Gabriel, Jakson Renner Rodrigues Soares, Universidade da Coruña, Espanha

FRONTEIRAS, MUROS E RESTRIÇÕES AO MOVIMENTO - O VALOR DIFERENCIADO DOS PASSAPORTES À ESCALA GLOBAL

João Luís Jesus Fernandes, Universidade de Coimbra, Portugal

DEBATE

10H00 SESSÃO 2 - INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO E ENSINO (1), SALA DE REUNIÕES 2

MODERADORA: EMÍLIA SANDE LEMOS, ASSOCIAÇÃO PROFESSORES GEOGRAFIA, PORTUGAL

HOW THE "GEOGRAPHY OF EUROPE" SUBJECT IS STUDIED IN NEW EDUCATIONAL REALITIES – FOLLOWING THE BULGARIAN SECONDARY SCHOOL MODEL

Stella Dermendzhieva, Tamara Draganova, University of Veliko Tarnovo, Bulgaria

IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL NAS UNIVERSIDADES - MOTIVAÇÕES E BARREIRAS

José Miguel Couto, Manuela Castro e Silva, Universidade do Porto, Portugal

O PERFIL DO ALUNO PARA O SÉCULO XXI. A "NOVA" FLEXIBILIDADE CURRICULAR E A SUA IMPORTÂNCIA PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA

Felisbela Martins, CEGOT, Universidade do Porto, Portugal

DEBATE

11H00 INTERVALO

SESSÕES PARALELAS

11H15 SESSÃO 3 - AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (1), SALA DE REUNIÕES 1

MODERADOR: JORGE QUEIROZ, UNIVERSIDADE DO PORTO, PORTUGAL

EPISÓDIOS INTENSOS DE EL NIÑO E LA NIÑA E A REPERCUSSÃO NAS CHUVAS DA ZONA OESTE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ

Andrews José de Lucena, José Francisco Oliveira Junior, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

THE DEADLY AVALANCHE OF RIGOPIANO HOTEL (ITALY): EVIDENCES OF A CONSTRUCTED LOCAL SCALE DISASTER

Fantina Tedim, Universidade do Porto, Portugal; Vittorio Leone, University of Basilicata, Italy

A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – 2012 (RIO + 20): UMA BREVE AVALIAÇÃO APÓS CINCO ANOS

Leandro Dias de Oliveira, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

DEBATE

11H15 Sessão 4 - SOCIEDADE E CULTURA (2), SALA DE REUNIÕES 2

MODERADORA: CONCEIÇÃO RAMOS, UNIVERSIDADE DO PORTO, PORTUGAL

MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS E CIDADANIA. OS PROTESTOS PORTUGUESES DA ÚLTIMA DÉCADA

Célia Taborda Silva, Universidade Lusófona do Porto, Portugal

PASSADOS RECOMPOSTOS: NARRATIVAS SOBRE A EXPERIÊNCIA DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

Roseli Boschilia, Universidade do Paraná, Curitiba, Brasil; Natália Ramos, Universidade Aberta, Portugal

O *SELF* INSEGURO NA SOCIEDADE LÍQUIDA: CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS, INCERTEZA SOCIAL E SEGURANÇA ONTOLÓGICA

Paulo Jorge Santos, Universidade do Porto, Portugal

REFLEXÃO COMPARATIVA DO ACESSO DOS IMIGRANTES AO SERVIÇO DE SAÚDE NO BRASIL E EM PORTUGAL

Valéria Rodrigues Leite, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil; Maria da Conceição Pereira Ramos, Universidade do Porto, Portugal

DEBATE

12H30 ALMOÇO

SESSÕES PARALELAS

14H30 Sessão 5 - AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (2), SALA DE REUNIÕES 1

MODERADOR: LUCIO CARRAMILLO CAETANO, UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL RIO JANEIRO, BRASIL

INCÊNDIOS EXTREMOS EM PORTUGAL: PORQUE NÃO OCORREM MAIS DESASTRES?

Fantina Tedim, Fernando Martins Correia, Catarina Magalhães, Universidade do Porto, Portugal

OS INCÊNDIOS FLORESTAIS EM AGUIAR DA BEIRA, UMA PROBLEMÁTICA A SER TRAVADA

Maria de Fátima Alves Costa, Universidade do Porto, Portugal

PORTUGAL SEM INCÊNDIOS DEPENDE DE TODOS: A NECESSIDADE DE MUDAR DE PARADIGMA

Fantina Tedim, Universidade do Porto, Portugal; Vittorio Leone, University of Basilicata, Italy

REFLEXÃO SOBRE OS GRANDES INCÊNDIOS EM AROUCA: CONTRIBUTO PARA A DEFINIÇÃO DE NOVAS FORMAS DE PREVENÇÃO

Fernando Jorge Martins Correia, Universidade do Porto, Portugal

DEBATE

14H30 Sessão 6 - PAISAGEM, PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (1), SALA DE REUNIÕES 2

MODERADORA: PAULA REMOALDO, UNIVERSIDADE DO MINHO, PORTUGAL

LE DEPARTEMENT DE MARAMURES EN ROUMANIE – ENDROIT DES RESERVATIONS NATURELLES, RESSOURCES PATRIMONIALES ET CULTURELLES

Ileana Constantinescu, Adriana Moțatu, Académie d'Études Économiques de Bucarest, Roménia

EVOLUÇÃO DA VITIVINICULTURA NA REGIÃO DOS VINHOS VERDES: DO PASSADO AO FUTURO

Jorge Queiroz, Universidade do Porto, Portugal

A VINHA E O TURISMO NA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO, UM BINÓMIO INSEPARÁVEL. O CASO EXEMPLIFICATIVO DA QUINTA E CASA DOS VARAIS (LAMEGO)

Helena Pina, Universidade do Porto, Portugal

A MULTIFUNCIONALIDADE E A RELAÇÃO TRADIÇÃO-INOVAÇÃO EM ÁREAS RURAIS – O CASO DE ESTUDO DO CONCELHO DE CINFÃES

Ana Rita da Silva Ferreira, Universidade do Porto, Portugal

DEBATE

15H45 INTERVALO

16H00 APRESENTAÇÃO DE POSTERS (HALL DAS SALAS DE REUNIÕES)

SESSÕES PARALELAS

16H30 SESSÃO 7 - INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO E ENSINO (2), SALA E REUNIÕES 1

MODERADORA: NATÁLIA RAMOS, UNIVERSIDADE ABERTA, PORTUGAL

MUDANÇAS CURRICULARES EM HISTÓRIA E GEOGRAFIA: PARADIGMA, MODELOS E PRÁTICA

Maria Raquel Lopes Tavares Magalhães, INED Maia, Portugal

OS DESAFIOS DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA – O PAPEL DOS PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS E PROFISSIONALIZANTES NA MANUTENÇÃO DA OCUPAÇÃO POSITIVA DOS JOVENS EM RISCO

Filipa Manuela Gomes da Costa, Inês Salgueiro Basto Moreira, Joana Isabel Silva Vieira, Instituto de Desenvolvimento e Inclusão Social, Portugal

À CAÇA DOS PROBLEMAS DA CIDADE DO PORTO: A IMPORTÂNCIA DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA PERSPETIVA DOS PEQUENOS CIDADÃOS

Paulo Manuel Costa Lemos, Júlio Filipe Seixas da Rocha, Universidade do Porto, Portugal;
Maria Salomé Fernandes Ribeiro, Escola Secundária António Nobre, Portugal

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO NAS EMPRESAS

Daniela Catarina Lopes Pereira, Maria Conceição Pereira Ramos, Universidade do Porto, Portugal

DEBATE

16H30 SESSÃO 8 - PAISAGEM, PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (2), SALA DE REUNIÃO 2

MODERADOR: JOÃO LUÍS FERNANDES, UNIVERSIDADE DE COIMBRA, PORTUGAL

“VINHO VERDE” - UM VINHO DIFERENTE

António Barros Cardoso, Universidade do Porto, Portugal

STAKEHOLDERS' PERCEPTIONS ON TOURISM IMPACTS OF A PORTUGUESE WORLD HERITAGE HISTORIC CENTER: THE CASE OF OPORTO

Laurentina Maria da Cruz Vareiro, Raquel Vale Mendes, Institute of Cávado and Ave, Portugal

O CAMPO DO CIRNE DO PORTO: PAISAGEM, MORFOLOGIA URBANA E ARQUITETURA HABITACIONAL

Nuno Paulo Soares Ferreira, Manuel Joaquim Moreira da Rocha, Universidade do Porto, Portugal

DEBATE

**17H45 LANÇAMENTO DO E.BOOK
(ANFITEATRO 2)**

RETHINKING SOCIOECONOMIC AND ENVIRONMENTAL PROBLEMS AND TERRITORIAL DEVELOPMENT
POLICIES

//

REPENSAR OS PROBLEMAS SOCIOECONÓMICOS E AMBIENTAIS E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL

SÁBADO, 27 DE MAIO

9H00 SESSÃO PLENÁRIA, ANFITEATRO 2

MODERADORA: ANA MARIA BINET, UNIVERSITÉ DE BORDEAUX MONTAIGNE, FRANÇA

“FOOD AUTO-CONSUMPTION IN EUROPE: IT IS STILL THERE, BUT...”

Professeur Lucette Laurens, Université Montpellier 3 – Paul Valéry, France

SESSÕES PARALELAS

9H45 SESSÃO 9 - SOCIEDADE E CULTURA (3), SALA DE REUNIÕES 1

MODERADORA: FÁTIMA MATOS, UNIVERSIDADE DO PORTO, PORTUGAL

DIFERENÇAS CULTURAIS E CONFLITOS SOCIOECONÓMICOS DURANTE A SEGUNDA REPÚBLICA ESPANHOLA

Tatyana Dimitrova, University of Veliko Tarnovo, Bulgaria

PERCEPÇÃO E SENTIMENTO DA INSULARIDADE: A MUDANÇA PELA CONSTRUÇÃO DA PONTE DE UNIÃO DA ILHA DE AROUSA (GALIZA) COM O CONTINENTE

Diego Cidrás, Miguel Pazos, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

LA POBLACIÓN DE LAS ÁREAS URBANAS DE LA PENÍNSULA IBÉRICA EN LA PRIMERA DÉCADA DEL SIGLO XXI

Ángel Miramontes Carballada, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

O VINHO NA OBRA D'EÇA DE QUEIROZ: A CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO EUROPEU DO “SAVOIR-VIVRE” ENTRE A CIDADE DAS LUZES E AS SERRAS DE PORTUGAL

Ana Maria Binet, Université de Bordeaux Montaigne, França

DEBATE

9H45 SESSÃO 10 - ECONOMIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (1), SALA DE REUNIÕES 2

MODERADOR: MARCOS VALCÁRCEL, UNIVERSIDADE SANTIAGO COMPOSTELA, ESPANHA

OS MAIS RECENTES DESAFIOS DA POLÍTICA FISCAL DA UNIÃO EUROPEIA

Glória Teixeira, Marlene Teixeira de Carvalho, Universidade do Porto, Portugal

GLOBALIZATION AND FOREIGN POLICY IN SOUTHERN EUROPE: A SHORT INTRODUCTION

Pedro Ponte e Sousa, New University of Lisbon, Portugal

THE ECONOMIC CONVERGENCE WITHIN THE EURO AREA – RECENT EVOLUTIONS AND PERSPECTIVES

Andrei Radulescu, Banca Transilvania and Romanian Academy (Institute for World Economy), Roménia

BULGARIA IN THE EUROPEAN UNION – 10 YEARS LATER

Milen Penerliev, Veselin Petkov, University of Shumen “Konstantin Preslavski”, Bulgaria

SUSTAINABLE URBAN PLANNING FRAMEWORK AND SPORT MEGA-EVENTS IMPACTS

Farideh, Baroghi, Paulo Ribeiro, Júlia M. Lourenço, Universidade do Minho, Portugal

DEBATE

11H15 INTERVALO

11H20 APRESENTAÇÃO DE POSTERS (HALL DAS SALAS DE REUNIÕES)

SESSÕES PARALELAS

11H45 SESSÃO 11 - ECONOMIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (2), SALA DE REUNIÕES 1

MODERADORA: FANTINA TEDIM, UNIVERSIDADE DO PORTO, PORTUGAL

TERRITOIRES AGRICOLES ET TIC : LES SITES INTERNET DES EXPLOITATIONS AGRICOLES, ACTEURS DU TERRITOIRE AGRICOLE AQUITAIN

Valérie Kociemba, Université Bordeaux Montaigne, France

A LIXIVIZAÇÃO DAS PAISAGENS CULTURAIS E AS SOMBRAS EM BÉLA TARR

Mécia da Cunha Mota, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto; José Gomes Vieira, Agrupamento de Escolas de Airães; António Almeida Calheiros, Centro Regional de Braga da Universidade Católica Portuguesa, Portugal

UMA ANÁLISE DAS FORMAS DE RESISTÊNCIA E OU ADAPTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS DO CAMPO DA MESORREGIÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA/BRASIL

Edna Lopes Miranda, Ana Louise de Carvalho Fiúza, Universidade Federal de Viçosa, Brasil; María Dolores Sánchez Fernández, Universidad de La Coruña, Espanha

DESAFIOS PARA A POLÍTICA DE HABITAÇÃO EM PORTUGAL

Fátima Loureiro de Matos, Universidade do Porto / CEGOT, Portugal

DEBATE

11H45 Sessão 12 - Paisagem, Património e Desenvolvimento Territorial (3), Sala de Reuniões 2

Moderadora: Helena Pina, Universidade do Porto, Portugal

THE MONASTERIES IN THE BULGARIAN LANDS – RESOURCE FOR DEVELOPMENT OF THE GEOGRAPHY OF CULTURAL TOURISM

Atanas Dermendzhiev, University of Veliko Tarnovo, Bulgaria

O CONTRIBUTO DO ENOTURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM DESTINOS PATRIMÓNIO MUNDIAL – O CASO DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO

Isabel Maria Martins Borges, Universidade Portucalense, Portugal

A PAISAGEM DUMA ILHA DO PARQUE NACIONAL DAS ILHAS ATLÂNTICAS DA GALIZA: LEITURAS INTERPRETATIVAS ALÉM DO CONSERVACIONISMO

Luis Martín Agrelo, Valerià Paül, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

PAISAXE E TERRITORIO: OS PIARES DA ENSINANZA PARA O PROFESOR JOSÉ VALVERDE ÁLVAREZ (1909-2000)

Daniel del Río Franqueira, José Antonio Aldrey Vázquez, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

DEBATE

13H00 ALMOÇO

SESSÕES PARALELAS

14H30 Sessão 13 - Paisagem, Património e Desenvolvimento Territorial (4), Sala de Reuniões 1

Moderador: António Barros Cardoso, Universidade do Porto, Portugal

OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO DE TURISMO CULTURAL NO MUNICÍPIO NEDELINO

Slavi Dimitrov, Tatyana Dimitrova, University of Veliko Tarnovo, Bulgaria

LOS IMPACTOS SOCIOCULTURALES DEL TURISMO, SEGÚN LOS RESIDENTES DE PUNTA DEL ESTE (URUGUAY)

María Dolores Sánchez-Fernández, Universidade da Coruña, Espanha; Daniel Álvarez Bassi, Universidad Católica del Uruguay, Uruguay; José Ramón Cardona, Universitat de les Illes Balears, Espanha

LA PUESTA EN VALOR DE UN PATRIMONIO OCULTO: LOS GEOARCHIVOS HOLOCENOS DEL NW PENINSULAR
Manuela Costa-Casais, M. Isabel Caetano Alves, Universidade de Santiago Compostela, Espanha

ÓBIDOS COMO DESTINO TURÍSTICO DE NATAL

Caroline Nery, Yoná Dalonso, Paula Remoaldo, Júlia M. Lourenço, Universidade do Minho, Portugal

DEBATE

14H30 Sessão 14 - Economia e Ordenamento do Território (3), Sala de Reuniões 2

Moderador: Paulo Jorge Santos, Universidade do Porto, Portugal

REGIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Catarina Joana Rodrigues Lima dos Santos Silva, Universidade do Porto, Portugal

SUSTENTABILIDADE A CIRCULAR COMO ECONOMIA CIRCULAR?

Ana Luísa Coelho, Universidade do Porto, Portugal

COMO LIDAR COM A COMPLEXIDADE?

Ana Luísa Coelho, Universidade do Porto, Portugal

REFLEXOS DO AMBIENTE NA SAÚDE INFANTIL E NA ECONOMIA

Micaela de Sousa Gonçalves, Maria da Conceição Pereira Ramos, Universidade do Porto, Portugal

DEBATE

15H45 INTERVALO

SESSÕES PARALELAS

16H00 Sessão 15 - AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (3), SALA DE REUNIÕES 1

MODERADOR: ANGEL MIRAMONTES CARBALLADA, UNIVERSIDADE SANTIAGO COMPOSTELA, ESPANHA

HARMONIZAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO E ROTULAGEM DAS ÁGUAS MINERAIS ENVASADAS NO BRASIL COM AS ÁGUAS ENVASADAS NA COMUNIDADE EUROPEIA.

Lucio Carramillo Caetano, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

APLICACIÓN INTERNACIONAL DEL MÉTODO RACIONAL: ESTUDIO DE LAS INUNDACIONES EN LA REGIÃO DO NORTE DE PORTUGAL

Alexandre Luis Vázquez-Rodríguez, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

FIRST RESULTS OF THE APPLICATION OF A CONCENTRATION INDEX ON THE RIVER DISCHARGE: CASE STUDY OF SELECTED STATIONS IN SPAIN

Dominic Royé, Jesús Horacio García, A. Ollero, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

DEBATE

16H00 Sessão 16 - INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO E ENSINO (3), SALA DE REUNIÕES 2

MODERADORA: FELISBELA MARTINS, CEGOT, UNIVERSIDADE DO PORTO, PORTUGAL

PANORAMA DE LA DOCENCIA DE LA GEOGRAFÍA EN LA UNIVERSIDAD DE SANTIAGO. UN RELATO DE CÓMO HEMOS LLEGADO A ESTE PUNTO: DEL “TRATO DISCRIMINATORIO” AL “ACOSO LABORAL”

Marcos Valcárcel, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

DO ENUNCIADO À RESPOSTA DO ESTUDANTE: ITINERÁRIO METODOLÓGICO PARA UMA ANÁLISE INTEGRADA DOS EXAMES NACIONAIS DE GEOGRAFIA A DO ENSINO SECUNDÁRIO

Hugo Filipe da Costa Moreira, Universidade do Porto, Portugal

A PERTINÊNCIA DA SAÍDA DE CAMPO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA. O CASO DO ALTO DOURO VINHATEIRO

Joel Diogo Birrento Aguiar, Universidade do Porto, Portugal

CRÍ(S)E (D)AS CIDADES IMAGINÁRIAS, CRÍ(S)E (D)O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL!

Paulo Manuel Costa Lemos, Júlio Filipe Seixas da Rocha, Ana Sofia Ferreira da Costa, Dora Patrícia Abreu Soares, Universidade do Porto; Adriana Seara Carvalho, Colégio Euro-Atlântico; Vítor Manuel Moura Ribeiro, Universidade do Minho, Portugal

DEBATE

17H30 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO CONCURSO “O MELHOR POSTER” (ANFITEATRO 2)

18H00 Sessão de ENCERRAMENTO, ANFITEATRO 2

DOMINGO, 28 DE MAIO

8H30 VISITA DE ESTUDO

“A REGIÃO DURIENSE: VINHA, PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”
(chegada: cerca das 20h30)

Comunicações

[RESUMOS]

SESSÕES PLENÁRIAS

AN INTEGRATED AND STRATEGIC APPROACH TO NATURAL RESOURCE USE FOR TOURISM PURPOSES: MEETING THE CHALLENGES OF HOLISTIC SUSTAINABILITY

Professor Mary Cawley
National University of Ireland, Galway

Keywords: natural resources, sustainability, integration, strategy, Ireland.

There is a growing demand, globally, for access to natural resources of various kinds for tourism purposes. Appropriate methods of management are required (Bramwell and Lane 2011). This paper suggests that principles taken from a model of integrated rural tourism (IRT) (Saxena et al. 2007) possess considerable advantages in this context. These principles are discussed in this paper and illustrated with reference to evidence from Ireland. IRT should: (i) promote sustainability of the natural resource base, culture, economy and society; (ii) advance the empowerment of local people (e.g., by providing employment and affording some influence over tourism development); (iii) involve local ownership, which is recognised as contributing to the protection of resources and the retention of expenditure locally; (iv) be of a scale appropriate to location (e.g., avoidance of large scale developments in small villages and towns); (v) complement other local activities instead of conflicting with them (e.g., avoidance of conflict with agriculture); (vi) involve networking with appropriate businesses, organisations and agencies locally and extra-locally (e.g., nationally and, possibly, internationally); and (vii) that networking should be embedded in the local resource base and society but also appropriately dis-embedded (e.g., a capacity to attract tourists nationally and internationally). The various features of IRT complement each other and should contribute to protecting the environment, culture, economy and society. Their value as a management approach is likely to be greater, however, if they are structured in a strategic way. Cawley and Gillmor (2008) suggest that: (i) a set of specific objectives should be identified (holistic sustainability and empowerment); which are supported by (ii) appropriate actions (features of ownership, scale and complementarity that are pertinent to the particular context); and reinforced by (iii) networking that maximises on links with local and extra-local stakeholders, as appropriate. In order to assess the value of a strategic approach, the principles were applied recently to analyse the management of a sensitive natural resource, an Irish salmon fishery, which is used for tourism purposes. A salmon fishery is heavily dependent on the quality of the water and the hatching and the nursery areas for the young fish and their feeding grounds at sea when they mature. Salmon angling is a niche sport which is growing in popularity and makes substantial economic contributions on a localised basis. There is an essential requirement to balance protection of the salmon stocks and the allowable catches of the fish for the anglers. Salmon fisheries are also often of considerable historical and cultural importance. A salmon fishery, therefore, provides an appropriate context in which to assess the merits of an integrated approach, followed in a strategic way, to pursuing the holistic sustainability of resources that have tourism uses. The paper illustrates the effectiveness of such an approach in operation and also identifies points of weakness which require remediation. It is suggested that the 'model' adopted in this paper might be applied in other case studies in order to evaluate its value further.

References

- Bramwell, B. and Lane, B. (2011), Editorial Introduction: Critical research on the governance of tourism and sustainability, *Journal of Sustainable Tourism* 19, 411-421.
- Cawley, M. and Gillmor, D.A. (2008), Integrated rural tourism: concepts and practice, *Annals of Tourism Research* 35, 316-337.
- Saxena, G., Clark, G., Oliver, T., Ilbery, B. (2007), Conceptualising integrated rural tourism, *Tourism Geographies* 9, 347-370.

“FOOD AUTO-CONSUMPTION IN EUROPE: IT IS STILL THERE, BUT...”

Professeuse Lucette Laurens
Université Montpellier 3 – Paul Valéry, France

Mots-clés : autoconsommation alimentaire, agriculture de subsistance, précarité, consommation collaborative, marges spatiales.

L'autoconsommation alimentaire n'est-elle qu'une relique des sociétés prémodernes ou bien correspond-elle à de nouvelles relations entre production et consommation alimentaire ? Au-delà des mutations agricoles européennes qui ont consacré l'agriculture commerciale, l'identification de différentes formes d'autoconsommation alimentaire en Europe nous prouve que ces pratiques sont plus répandues et plus diverses qu'on ne le pense. Ayons cette curiosité pour découvrir des pratiques résiduelles et émergentes qui témoignent de la complexité des relations de l'homme à son alimentation : entre contraintes, convictions, idéaux...

S'intéresser à l'autoconsommation alimentaire en Europe occidentale, c'est revenir sur des pratiques sociales que différents auteurs ont caractérisées comme des pratiques ancestrales tandis que d'autres les ont vu comme déclinantes dès les années 1950. L'autoconsommation alimentaire caractérise des pratiques sociales banales, présentes dans toutes les sociétés, à toutes les périodes historiques. Quellier (2004) a mis en évidence que le recours à cette pratique était répandu à l'époque moderne. Il décrit et caractérise le jardin fruitier-potager comme le « jardin de subsistance », le « lieu d'un idéal alimentaire », le « lieu d'élection de la sécurité alimentaire ». Certes ces pratiques sont déclinantes, mais elles n'ont jamais totalement disparu, voire elles se sont renouvelées au fil du temps. L'existence de l'autoconsommation agricole en France avait été mise en évidence par De Cambiaire (1952). De Cambiaire et d'autres auteurs ont considéré que ces pratiques étaient archaïques et ne devaient pas survivre à la modernisation agricole qu'ils soutenaient et espéraient de leurs vœux. Vangrevelinghe (1969) en France s'appuyait sur différentes études de l'INSEE et du CREDOC qui prouvaient que l'autoconsommation avait quasiment disparu à l'exception des agriculteurs pour qui l'autoconsommation représentait en 1965 encore 38 % de leur consommation alimentaire. Pourtant, les enquêtes plus récentes sur la consommation alimentaire montrent qu'elle est encore présente. Elle représentait 10,5 % de la dépense alimentaire totale en 1991 (Caillaudet & Nichele, 1999). Ces mêmes enquêtes identifient que 37,1 % des ménages disposaient d'un jardin potager en 1991. Mais la réalité de l'autoconsommation ne s'arrête pas à une vision statistique. Dezeuze (2010) en dresse un portrait plus culturel. Le maset est dans la culture méditerranéenne en France, un lieu de production alimentaire et un espace récréatif, dévolu à la famille élargie le temps du dimanche. Aujourd'hui le marché des terrains de loisirs est florissant. Il perpétue l'attachement social à ce type de lieu dans lequel le jardin potager a toujours sa place. Le renouvellement de la réalité sociale des espaces alimentaires de l'autoconsommation rend ces lieux incontournables.

Certes, l'autoconsommation alimentaire a reculé, décliné mais elle est toujours présente dans la plupart des pays européens. Elle s'est d'ailleurs complètement renouvelée. L'objectif de ma communication sera de dresser un inventaire de ces nouvelles formes de l'autoconsommation alimentaire et de saisir ce qu'elles représentent.

Trois modèles apparaissent clairement en Europe:

1. Le modèle de l'agriculture de subsistance ou de semi-subsistance, présent dans les pays anciennement communistes, est à la fois l'héritier de cette histoire et l'adaptation à une crise de l'emploi (Pouliquen, 2011 ; Ghib, 2013 ; REDR, 2010). Cette agriculture demeure essentielle dans l'alimentation des populations pauvres, en témoigne le rapport de la Banque mondiale en 2007. Barnett et al. (1996) considère qu'elle se définit par quatre composantes : « ses activités agricoles entre dans une logique de subsistance, sa production est consommée directement, peu de ressources externes entrent dans le processus de production, la part de production vendue est faible ». Le rapport du REDR de 2010 met en évidence que cette agriculture se pratique dans de petites exploitations familiales. Maurel (2016) précise que ces très petites exploitations ont également un rôle social, en atténuant les effets de la pauvreté.

2. A l'image des travaux d'Andrieu (2005-2006), plusieurs auteurs ont mis en évidence que les pratiques alimentaires étaient guidées par les réalités de la pauvreté. Ainsi, l'alimentation à domicile représente le deuxième poste de dépenses après le logement pour les ménages les plus modestes (INSEE, 2014). L'autoconsommation représente 0,4 % des dépenses des ménages les plus modestes en IDF et 4,2 % en province. Ceci a débouché sur la création de structures associatives d'accompagnement et un soutien financier public. En parallèle, la pauvreté renforce l'autoproduction et l'autoconsommation alimentaire spontanée. Ceci s'observe dans la plupart des pays européens, tels la France ou le Portugal.

3. Des initiatives endogènes appuyant l'échange, le troc alimentaire voire la cueillette et le glanage (FNE, 2016) participent au mouvement de la consommation collaborative (Giesenfeld, 2014). Le Conseil économique et social européen (2016) donne la définition suivante de la consommation collaborative : « une manière traditionnelle, de partager, d'échanger, de prêter, de louer et d'offrir, repensée à la faveur de la technologie moderne et des communautés ». L'ADEME (2016) développe l'idée du glanage territorial qu'elle définit comme « toute action de collecte mise en place par un groupe organisé d'individus qui consiste à ramasser (au sol), cueillir (dans les arbres) et récupérer (dans des espaces de stockage) des surplus de fruits et de légumes pour lesquels leur propriétaire n'a pas été en capacité de trouver des débouchés, en vue de les utiliser de manière brute ou de les transformer pour les consommer, les redistribuer sous forme

de don ou les revendre ».

Indéniablement, l'autoconsommation alimentaire n'a pas disparu d'Europe. Bien au contraire, ses formes se renouvellent, des initiatives originales apparaissent dans un contexte géographique marqué par la domination de l'agriculture commerciale, symbole de la modernité (Aymard, 1983 ; Elwert & Wong, 1980). Ces pratiques alternatives témoignent pour certaines d'une adaptation à un contexte économique et social difficile et pour d'autres de la quête d'un idéal. S'intéresser à l'autoconsommation alimentaire en Europe, c'est se donner les moyens de saisir des micro-initiatives sociales, voire des innovations sociales et spatiales. Des innovations sociales puisqu'elles sont le fait d'acteurs ordinaires, mobilisés autour de convictions fortes. Des innovations spatiales parce qu'elles s'installent aux marges, aux périphéries des espaces institutionnalisés (Laurens, 2015).

SESSÃO 1 - SOCIEDADE E CULTURA (1)

SENSE OF PLACE IN URBAN NEIGHBOURHOOD - VRBIK (ZAGREB)

Laura Šakaja
University of Zagreb, Croacia

Keywords: Vrbik, Sense of place, Urban Neighbourhood.

Sense of place is a concept used by many social disciplines: geography, psychology, sociology and anthropology. The term sense of place denotes the structure of attitudes and feelings, which individuals or communities have in relation to the area in which they live. The term was present in geography since the 1970's (Tuan, 1974), and it was utilised in many works (Eyles, 1985, Butz and Eyles, 1997, Feld and Basso, 1996, Shamai and Ilatov, 2005 Bilig, 2005 Brown and Raymond, 2007, Carter, Dyer and Sharma, 2007 De Wit, 2013). Agnew (1987) pointed out that sense of place was one of the three main dimensions of a place. Traditionally, geography associated this term with attachment, belonging and closed communities (Tuan, 1974, Relph, 1976). Today, however, the concept has been expanded – and is present now in research on dynamic, multicultural and changing environments within global cities (Massey, 1994).

In this paper, the concept sense of place is used as a tool in the investigation of attitudes and feelings of residents in the Vrbik district in Zagreb, concerning their immediate location. The study is based on a questionnaire that was applied in the spring and summer of 2016 to a sample of 134 respondents.

The paper consists of four parts. The first part analyses the degree of satisfaction of Vrbik residents vis-à-vis certain aspects of their neighborhood, seen as a centre of their aspirations and experience. By way of factor analysis a number of factors were extracted indicating level of satisfaction with the neighborhood and the most important factors were also recorded – those that have the greatest influence on general satisfaction in regard to life in the neighbourhood.

The second part of the paper analyses the degree of importance of certain aspects of life in the neighborhood for its inhabitants, and based on this theme, a conclusion is made in regard to the relative role of different approaches to the urban environment – functional, aesthetic, social.

In the third part, the main emphasis was on the feeling of connectedness and belonging. A special instrument used in the survey focused on the differentiation and evaluation of four sense of place types: indifference, rootedness, belonging to the community, belonging to the place.

The fourth part of the paper deals with results brought by open questions from the survey. Textual representations of a particular place, by enhancing quantitative survey data, are able to clarify individual perceptions, attitudes and feelings, as well as inhabitants' view of symbolic and instrumental resources of the neighbourhood and thus provide a clearer image of the cultural construction of the environment.

THE GLASS ROOF OF THE TOURISM INTERMEDIATE SECTOR ACCORDING TO THE PERCEPTIONS OF ITS WOMEN WORKERS

Raquel Santiago Romo
Larissa Paola Macêdo Castro Gabriel
Jakson Renner Rodrigues Soares
Universidade da Coruña, Espanha

Keywords: Glass roof, intermediation companies, tourism, gender system, business efficiency.

Galician intermediation companies have a large number of women among their staff. It is well known that women graduate more than men in tourism careers, and specifically in more technical careers such as specialists in tourism intermediation. But, the glass roof is a problem present in all industries, and of course, even in the tourism industry, where professions are primarily occupied by women. However, there are quite

hierarchical companies where, although the woman has a considerable presence, are the men who have positions of managerial or directive positions. Thus, this research aims to study the gender system, ie the values, norms, meanings, roles, stereotypes and sanctions existing in the relationship between work versus gender in the tourism intermediation sector. For that, a case study has been carried out with Galician intermediation companies, specifically located in the province of A Coruña. An in-depth interview was applied to women working in travel agencies and their discourses were analyzed through discourse analysis. As main results, we have found that although society evolves and that situation seems to leave the state considered "natural" and become part of the past, society still attributes to women as the first function the fact of being a mother and taking care of her family, for that reason the companies attribute them positions with less impact, since their true role is in the maturing and prosperity of the families. With this study we hope to offer new points of view and solutions for the loss of human capital and consequent reduction of efficiency due to the waste of trained brains.

- Alonso, L. E. (2002). "Los mercados lingüísticos o el muy particular análisis sociológico de los discursos de Pierre Bourdieu". *Revista de Estudios de Sociolingüística*, 3(1):111-132.
- Boni, V.; Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas en ciencias sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2(3),68-80.
- Brown, G.; Yule, G. (1993). *Análisis del discurso*. Madrid: Visor Libros.
- Conde, F. C. (2009) *Análisis sociológico del sistema de discursos*. Cuadernos Metodológicos 43. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS).
- Conde, F. C. (2010) *Análisis sociológico del sistema de discursos*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Gabriel, L. P. M. C., y Soares, J. R. S. (2017). Elementos da análise sociológica dos discursos aplicada ao estudo da imagem turística. *Revista HOLOS*, 1.
- Godoi, C. (2006). Perspectivas de análise do discurso nos estudos organizacionais. En: Godoi, C.; Mello, R.; Silva, A. (organizadores). "Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais. Paradigmas, estratégias e métodos". São Paulo: Saraiva.
- Lillo Bañuls, A.; Ramón Rodríguez, A. B.; Sevilla Jiménez, M. (2006). Un marco de análisis del capital humano en turismo. Departamento Análisis Económico Aplicado, Universidad de Alicante.
- Poupart, J. (2008). A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: ____ *A Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 215-253.
- Vargas Martínez, E. E.; Villagómez Rojas, V. (2007). Importancia de la medición del capital intelectual en la empresa turística: Caso específico de un hotel en el Valle de Toluca, *Entrono del turismo perspectivas*, 2, 102-105.
- Villalobos Monroy, G.; Pedroza Flores, R. (2009). Perspectiva de la teoría del capital humano acerca de la relación entre educación y desarrollo económico. *Tiempo de Educar*, 10(20), 273-306.

FRONTEIRAS, MUROS E RESTRIÇÕES AO MOVIMENTO - O VALOR DIFERENCIADO DOS PASSAPORTES À ESCALA GLOBAL

João Luís Jesus Fernandes
Universidade de Coimbra, Portugal

Palavras-chave: mobilidade espacial; fronteiras; passaporte.

A globalização que se reforçou nas últimas décadas do século XX, em muito intermediada pela tecnologia e pelos fluxos, deu-nos a percepção de um espaço plano no qual a localização pouco importava pois as distâncias teriam perdido o efeito condicionador da vida económica, social, cultural e política. Esse determinismo tecnológico teria criado um mundo mais pequeno e uma aldeia global com vivências que se aceleraram e soltaram numa dinâmica que David Harvey denominou por compressão do espaço-tempo. Apesar dessa suposta liberdade de movimentos, a realidade foi sempre outra, mais assimétrica e desigual, mais rugosa e limitadora das opções geográficas.

Na verdade, as fronteiras e os limites não desapareceram. Nunca as restrições ao movimento deixaram de ser instrumentalizadas como fatores de afirmação política e manifestação de complexas e desequilibradas relações de poder. Estas limitações regulam as mobilidades, para defesa de espaços geográficos e para a concretização de processos disciplinadores de contenção territorial.

Na contemporaneidade, assistiu-se ao aumento das desconfianças, a uma crescente sensação de insegurança perante fenómenos transnacionais, mas também à aceleração da competitividade entre os lugares. Tudo isto pode manifestar-se naquilo que autores, como Laurent Davezies, denominam como um novo egoísmo territorial: o sistema ter-se-á tornado de tal modo fluído e difuso que um espaço geográfico já não necessitará do espaço geográfico contíguo, que um território político poderá existir sem contactos com os territórios de proximidade dos quais deve até, em determinadas circunstâncias, proteger-se por barreiras visíveis e dissuasoras.

Os muros sempre existiram, mas agora dispersaram-se por outras geografias, estenderam-se em dimensão quilométrica e, nalguns casos, em sofisticação tecnológica de vigilância. Essas barreiras muradas, a

expressão objetiva e tangível do egoísmo territorial referido por Davezies, simbolizam a reação da velha geografia materialista, euclidiana e reguladora perante fluxos topológicos mais líquidos (como referia Bauman) e de controlo mais difícil.

Se os muros pretendem conter os movimentos ilegais, o mundo rugoso referido pelo geógrafo Harm de Blij estende-se aos sistemas de regulação das mobilidades legais que se confrontam com fronteiras caracterizadas por níveis diferenciados de permeabilidade. Perante a circulação de populações, as fronteiras parecem mais flexíveis e abertas à passagem de alguns, fechando-se depois ao atravessamento de outros. Os muros comprovam esse acréscimo de atrito à circulação de algumas populações. Contudo, o velho mundo das flexibilidades geográficas assimétricas e a nova tendência para uma retração desglobalizadora, podem ver-se também a partir do documento que regula esses movimentos – o passaporte.

Enquanto representação de cidadania e filiação a um território político (o Estado), o passaporte é, à escala global, um fator de diferenciação e assimetria e uma condição de desigualdade entre os diferentes cidadãos do mundo.

Desde logo, discute-se a diferença entre o possuir ou não possuir um passaporte. Pelos custos, por exemplo, ou por qualquer outra imposição, pode não se ter acesso a esse documento. Retomando a questão económica, nalguns lugares do mundo a aquisição de um passaporte implica um esforço financeiro suportável. Em muitos países, e para algumas classes sociais, a realidade é diferente, tornando-o um bem de luxo inalcançável.

Noutros casos ainda, não possuir um passaporte pode sugerir desinteresse pelo mundo exterior à sua comunidade e um localismo que se poderá manifestar em atitudes políticas mais paroquianas, segregacionistas e fechadas. É verdade que, na Europa Schengen, não possuir um passaporte pode não implicar ausência de movimento. No entanto, noutros lugares do mundo já não será assim: por exemplo, no Reino Unido e nos EUA (territórios onde se verificou uma recente deriva populista), parte significativa das elites e da classe média não possui esse documento.

Contudo, enquanto identificador que abre passagem e permite o acesso a outros Estados, o passaporte não tem um valor absoluto. A relação entre dois territórios políticos soberanos pode ser intermediada pela necessidade do prévio reconhecimento à entrada (o visto), que é, em primeiro lugar, condicionado pela origem e pelo nome do Estado emissor. Assim se estabelecem diferenças entre os passaportes mais valiosos, que podem circular por um maior número de territórios sem vistos prévios, e aqueles para os quais o mundo é mais rugoso e restritivo.

SESSÃO 2 - INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO E ENSINO (1)

HOW THE “GEOGRAPHY OF EUROPE” SUBJECT IS STUDIED IN NEW EDUCATIONAL REALITIES – FOLLOWING THE BULGARIAN SECONDARY SCHOOL MODEL

**Stella Dermendzhieva
Tamara Draganova**

University of Veliko Tarnovo, Bulgaria

Keywords: curriculum, geography school education, Geography of Europe, Regional Geography.

Since the school year of 2016 new educational realities have been introduced in the Republic of Bulgaria – laws, regulations, curricula and syllabuses. The education reform was initiated with the introduction of the new Pre-school and school education Act and its regulations that define the school frame of geographical education. The education reform poses many questions and makes an attempt to find answers for the place and role, the significance and content of school geographic education and its development at school against the background of the unified state education policy.

The reform proves that education is a national priority with a new conceptual frame representing a process of education, upbringing and socialization. The new principled education basis covers school geographic education as well, which is oriented towards students' interest and motivation, towards age and social changes in life, as well as towards the ability to put the adopted competencies in practice. The preservation and development of Bulgarian educational tradition, the preservation of the cultural variety, humanism and tolerance are part of the principles in accordance to which geographic education is applied.

In accordance to the syllabus, the „Geography of Europe” subject is studied in 8th grade in the modern realities of school geographic education (the „Geography of Europe” subject is planned to be studied in 7th grade during the next few school years). The present school year of 2016/2017 has placed a severe challenge before teachers and students that have to cope with the present textbooks, some of which show great discrepancies with the new syllabuses. The logical structure of the educational content on Geography and Economics in 7th grade is legally defined – Geographical situation, borders and dimensions of Europe. Shore and shore line; Relief and minerals of Europe; Climate and waters; Natural areas in Europe; Population and political map of Europe; Economy of Europe; Countries in Europe.

It was necessary to achieve an extremely skillful combination between the educational information, optimized in terms of amount and content, and the system of various tasks and activities under type, nature and difficulty, which shall be included in the methodological materials for each topic from the educational content.

It was also necessary to create topics for new knowledge related to the dynamics of geographic, demographic, political, cultural and economic processes.

The educational content in 9th grade includes teaching material on „Regional Geography” in which studying the regional part of the European continent is realized through the problem-civilization approach. The educational content on ‘Regional geography of Europe’ is oriented towards studying regions and countries, typical of the area. The new education process conditions define new requirements for the professional specialty of pedagogues, including Geography teachers – academic, pedagogical, communicative and administrative competence.

It is expected that the new syllabus project for studying Geography of Europe will be approved and introduced in Bulgaria in accordance with the new realities and the completion of primary education in 7th grade. The macroframe that covers the unity „Europe – the Balkans – Bulgaria” as well as the whole course structure in its regional essence are preserved. The main goal of the new 7th grade syllabus project is to master fundamental knowledge, skills and to acquire key competences related to Europe, the Balkans and Bulgaria. The completion of primary education puts a conditional end to the formation of students’ basic geographic culture in junior high school stage from the primary degree of education, as a part of the overall culture for understanding and for reasonable activity in geographic environment at regional, national and local level.

The report introduces the new syllabus project and the specific place and role, the significance and educational content, structure and activities of the „Geography of Europe” subject or the Bulgarian view on the „Geography of Europe” subject in secondary school. The concept and content analysis introduce the advantages and disadvantages of the new syllabus project in the part of the „Geography of Europe” subject. Studying „Geography of Europe” in the new educational conditions is chronologically compared to studying the subject up to the present moment and the present syllabuses.

IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL NAS UNIVERSIDADES - MOTIVAÇÕES E BARREIRAS

**José Miguel Couto
Manuela Castro e Silva**
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Sistemas de gestão ambiental; Sustentabilidade; Universidades; Motivações; Barreiras.

Atualmente, as sociedades estão cada vez mais sensibilizadas para a responsabilidade social e ambiental (Careto e Vendeirinho, 2003) e embora as Instituições de Ensino Superior (IES) possuam variados aspetos ambientais associados às suas atividades, só na década de 90 despertaram para sua responsabilidade ambiental (Careto e Vendeirinho, 2003).

O mundo académico tem um importante papel para o desenvolvimento sustentável, pois é nele que se encontram as instituições que detêm a tarefa de formação, para além de serem as principais instituições promotoras de I&D. Deste modo, não se pode desvalorizar o seu potencial efeito na modificação de mentalidades.

Considerando a influência exercida pelas IES no meio em que se inserem, facilmente se pode concluir que as universidades são parte do problema e parte da solução. Com efeito, embora algumas ainda não tenham adotado medidas de proteção ambiental, mantendo práticas pouco sustentáveis, a verdade é que elas podem auxiliar na resolução do problema, tornando-se o motor de pesquisa de tais medidas (Mora e Martin, 1998; Graedel, 2002; Shriberg, 2002).

O processo de implementação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é complexo e são múltiplos os fatores que o influenciam, sejam eles externos às IES ou estejam diretamente relacionados com a sua estrutura.

Se por um lado, a influência exercida pela população em geral, pela comunidade académica e até pelos investidores é propulsora de alterações, por outro, esta pressão não é muitas vezes suficientemente forte para que as IES sintam a necessidade de desempenhar um papel modelo na sociedade, dando o exemplo e ensinando os que com ela contactam a adotar uma atitude mais proactiva em termos ambientais. Do mesmo modo, a reação do mercado poderá ser determinante, uma vez que, atendendo à falta de incentivos institucionais, as IES precisam de se sentir recompensadas através do aumento da procura dos seus serviços. Para além dos motivos económicos, também os benefícios internos resultantes da implementação de um SGA devem atingir proporções que favoreçam a adoção do projeto, nomeadamente, o aumento da motivação dos funcionários da IES certificada, na medida em que a certificação acaba por funcionar como uma sinalética de prestígio da instituição onde trabalham.

O papel decisivo que as IES detêm na formação e educação das gerações vindouras deve ser determinante para a adoção de uma atitude ecológica que garanta a qualidade de vida da população atual e futura, pelo que a aposta na mudança de mentalidades não pode ser relegada para segundo plano. Com efeito, pretender uma maior consciencialização, desde logo, da comunidade académica, funciona como um investimento a longo prazo, sendo aí que os maiores benefícios se farão sentir. Neste contexto, e dada a relevância desta temática, este artigo procura realçar as barreiras e fatores propiciadores da adoção de sistemas de gestão ambiental por parte das instituições de ensino superior.

Referências bibliográficas

- Careto, H. e R. Vendeirinho (2003), *Sistemas de Gestão Ambiental em Universidades: Caso do Instituto Superior Técnico de Portugal*, Lisboa: Relatório Final de Curso do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa.
- Mora, E. e J. Martin (1998), "Environmental management systems within the university. Eco-Management and Auditing", *Eco-Management and Auditing*, Vol. 5, n.º 3, pp. 136-145.
- Graedel, T. (2002), "Quantitative sustainability in a college or university setting", *International Journal of Sustainability in Higher Education*, Vol. 3, n.º 4, pp. 346-358.
- Shriberg, M. P. (2002), *Sustainability in U.S. Higher Education: Organizational Factors influencing campus environmental performance and leadership*, dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de Doutor em Filosofia (Recursos Naturais e Ambiente) na Universidade de Michigan.

O PERFIL DO ALUNO PARA O SÉCULO XXI. A "NOVA" FLEXIBILIDADE CURRICULAR E A SUA IMPORTÂNCIA PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA

Felisbela Martins

CEGOT, Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Ensino da Geografia, aprendizagens essenciais da Geografia.

Num mundo em constante e rápida mudança, uma escola que serve só para ensinar a ler, a escrever e a contar, ou seja, o princípio do back to basics não consegue desenvolver uma base humanista necessária à formação de todos cidadãos. Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser, constituem elementos que devem de ser tidos em conta num contexto de uma Educação para Todos. Perante este objetivo fundamental da UNESCO, a escola deve preparar para a mudança constante da sociedade dos nossos dias. Sobretudo deve preparar para desenvolver em cada indivíduo, a capacidade e o conhecimento de ser capaz aprender ao longo da vida.

Esta, parece ser a linha de pensamento da atual equipa educativa do governo português, que tem vindo a configurar o perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória e para o século XXI, e, que agora se torna público. Este perfil do aluno assenta no pressuposto que a escola é um lugar privilegiado para que os jovens adquiram as aprendizagens essenciais, equacionadas em função da evolução do conhecimento e dos contextos histórico-sociais.

Longe de ser uma medida educativa inovadora em Portugal, retoma-se a linha de pensamento da Reorganização Curricular do Ensino Básico do início do século e do Ensino Secundário, que nunca foi levada à prática.

Enquadrado por documentos Internacionais, nomeadamente da OCDE e da UNESCO, o perfil do aluno para o século XXI pretende ser um guia que enuncia os princípios fundamentais da educação, o perfil do aluno à saída do 12º ano, os valores a serem desenvolvidos e as 10 competências-chave que todos os alunos devem adquirir no final da escolaridade obrigatória, assim como os descritores operativos para cada uma delas. Finalmente, contempla as implicações práticas, ou seja, a assunção de que esta forma de encarar o currículo, implica alterações das práticas pedagógicas e didáticas de forma a adequar a globalidade da ação educativa às finalidades do perfil de competências dos alunos.

Entretanto, ao nível da Associação de Professores de Geografia, foi já apresentada ao Ministério da Educação a proposta das aprendizagens essenciais de Geografia do 7º ao 12º ano articulada com o perfil do aluno identificado. Como ação fundamental propõe-se a configuração de competências transversais de modo a os alunos localizem e compreendam lugares e regiões, problematizem e debatam as inter-relações entre fenómenos e espaços geográficos, participem e comuniquem o conhecimento geográfico. Estabelecem-se seis temas com os respetivos subtemas, a saber: Descrição da Paisagem, Mapas como forma de representar a superfície terrestre e Localização dos diferentes elementos da superfície da Terra (Tema 1), Clima e Formações Vegetais, Relevo, Riscos e Catástrofes Naturais (Tema 2), População, Mobilidade, Diversidade Cultural, Áreas de Fixação Humana (Tema 3), Atividades Económicas: Recursos, processos de produção e sustentabilidade, Setor I, Setor II, Setor III, Redes e meios de transporte e telecomunicações (Tema 4), Países Desenvolvidos vs Países em Desenvolvimento, Interdependência entre espaços com diferentes níveis de desenvolvimento (Tema 5) e o Tema 6 dedicado ao(s) Clima(s). Em suma, retoma-se os temas mestres das Orientações Curriculares de Geografia para o Ensino Básico, agora com os conceitos identificados, em vez das experiências educativas enunciadas no referido documento no início do século.

Esta é ainda a linha que orienta as aprendizagens essenciais de Geografia para o Ensino Secundário. Mais uma vez se encontram configuradas as competências transversais, de modo a os alunos analisem questões geográficas relevantes do espaço português, problematizem e debatam as inter-relações no território português e com os outros espaços e participem e comuniquem o conhecimento adquirido.

A estrutura temática, mantém o atual programa da disciplina Geografia A, ou seja, Módulo Inicial, Tema 1 – População, utilizadora de recursos e organizadora de espaços, Tema 2 – Os recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades, Tema 3 – Os espaços organizados pela população, tema

4 – A população como se movimenta e como comunica, e, finalmente, o Tema 5 – Integração de Portugal na União Europeia: novos desafios, novas oportunidades. Quanto ao 12º ano, mantém-se a mesma configuração curricular, assim como os temas identificados: Um Mundo Policêntrico, Um Mundo Fragmentado, Um Mundo de Contrastes.

Perante a configuração das aprendizagens essenciais da Geografia agora apresentada, questionamos então, o que muda no ensino desta disciplina escolar. Neste contexto, nesta comunicação, procuramos realçar as mudanças que se pretendem realizar, no que ao ensino da Geografia diz respeito.

SESSÃO 3 - AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (1)

EPISÓDIOS INTENSOS DE EL NIÑO E LA NIÑA E A REPERCUSSÃO NAS CHUVAS DA ZONA OESTE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ

**Andrews José de Lucena
José Francisco Oliveira Junior**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Palavras-chave: El Niño; La Niña; Fatores geográficos; Sistemas atmosféricos; distribuição da pluviosidade; cidade do Rio de Janeiro/RJ.

O El Niño/Oscilação Sul (ENOS) e o La Niña são fenômenos com origem na variação do campo barométrico e resultante da interação entre o oceano e a atmosfera, que provoca oscilações nas temperaturas oceânicas da região centro-oriental do Pacífico equatorial. O primeiro se caracteriza por um aquecimento anormal das águas superficiais no oceano Pacífico Tropical, e que pode afetar o clima regional e global, mudando os padrões de vento a nível mundial, e afetando assim, os regimes de chuva em regiões tropicais e de latitudes médias. O La Niña com características opostas ao EL Niño, e que caracteriza-se por um esfriamento anormal nas águas superficiais do Oceano Pacífico Tropical, alguns de seus impactos tendem a ser opostos aos de El Niño, mas nem sempre uma região afetada pelo El Niño apresenta impactos significativos no tempo e clima devido à La Niña (Oliveira, 1999).

A região Sudeste do Brasil, onde se localiza a cidade do Rio de Janeiro, independente da influência do El Niño ou La Niña, apresenta grande desigualdade na distribuição espacial e temporal das chuvas, que são explicadas pela dinâmica atmosférica (massas de ar, Sistemas Frontais - SF e a Zona de Convergência do Atlântico Sul - ZCAS e Zona de Convergência de Umidade - ZCOU) – (Oliveira Júnior et al., 2014) e por diferentes fatores controladores, por exemplo, as formas de relevo, a continentalidade e a maritimidade (Santanna Neto, 2005).

A cidade do Rio de Janeiro (CRJ) é composta por três imponentes maciços costeiros, importantes baixadas, cordões litorâneos e lagunas, entre os três maciços, floresta atlântica e pelas pequenas serras circundantes. Possui uma elevada taxa de urbanização, localizada especialmente nas baixadas e nas encostas dos maciços e serras. Atualmente, o grau de urbanização, de diferentes padrões sociais, tem se deslocado para a Zona Oeste da CRJ (ZOCRJ).

A ZOCRJ representa os contrastes físicos e humanos, um espaço que atrai diferentes grupos sociais e diferentes paisagens, desde baixadas confinadas entre os maciços da Pedra Branca e do Gericinó-Mendanha, como a baixada de Bangu, até as extensas baixadas de extensão ao mar das praias da Barra da Tijuca e de Guaratiba ou da baía de Sepetiba, como as baixadas de Jacarepaguá, Guaratiba e Santa Cruz. É a área da cidade com os maiores investimentos nos últimos anos, ambos nas áreas pública e privada, e de transformações espaciais que amplia o estágio de atenção de impactos ambientais iminentes. Neste contexto, o objetivo deste trabalho é analisar o padrão da distribuição temporal e espacial das chuvas na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro nos eventos de El Niños e La Niñas intensos dos últimos 20 anos (entre 1997 e 2017) levando em conta o papel do relevo e da estrutura urbana da cidade.

Os dados pluviométricos foram obtidos do Sistema Alerta Rio da Prefeitura da CRJ (<http://alertario.rio.rj.gov.br/download/dados-meteorologicos/>). O monitoramento das chuvas iniciou em 1997 e, atualmente, conta com uma rede de 33 estações pluviométricas. No estudo foram selecionadas 14 estações pluviométricas da ZOCRJ, localizadas em áreas distintas quanto ao relevo, segundo a ocupação e ao uso do solo e a proximidade do ambiente costeiro.

Os episódios de El Niños foram escolhidos obedecendo a dois critérios: i) o início da série de dados do Sistema Alerta Rio e ii) a intensidade do fenômeno, segundo o Oceanic Niño Index (ONI) da National Oceanic & Atmospheric Administration (NOAA). Baseado nos critérios foi selecionado os ciclos dos El Niños de 1997/98 e 2015/16 e os ciclos dos La Niñas de 1999/2000 e 2010/2011.

Desenvolveu-se uma análise exploratória da série temporal gerando os produtos de média, mediana, extremos, primeiro e terceiro quartil e outliers, apresentados na forma de boxplot.

Os resultados, ainda preliminares, mostram períodos mais chuvosos durante o La Niña e mais secos durante o El Niño, mas que se alternam dependendo do período, isto é, verão (genuinamente a estação mais chuvosa) ou inverno (genuinamente a estação mais seca). Estes fenômenos atuam nos sistemas geradores de chuvas, como as frentes frias (presentes no período outono-inverno) e a Zona de Convergência do Atlântico Sul – ZCAS (presente no período primavera-verão). Por outro lado, as 14

estações não são afetadas igualmente, estando influenciadas pela topografia, a proximidade ou distância do litoral e a cobertura vegetal. Portanto, a influência dos fenômenos El Niño e La Niña nos sistemas produtores de chuvas deve ser conjugada aos fatores geográficos de escala local que definem a distribuição espacial das chuvas na ZOCRJ por conta das suas geografias diversas.

Referências Bibliográficas:

OLIVEIRA, G.S. O El Niño e Você - o fenômeno climático. Editora Transtec: São José dos Campos (SP). 1999;
OLIVEIRA JÚNIOR, J. F.; DELGADO, R. C.; GOIS, G.; LANNES, A. ; DIAS, F.O.; SOUZA, J.C.S.; SOUZA, M. Análise da precipitação e sua relação com sistemas meteorológicos em Seropédica, Rio de Janeiro. Floresta e Ambiente, Seropédica, v. 21, n.2, p. 140-149, 2014;
SANT'ANNA NETO, J.L. Decálogo da climatologia do Sudeste Brasileiro. Revista Brasileira de Climatologia. Presidente Prudente. v. 1, n. 1. p. 43-60, 2005.

THE DEADLY AVALANCHE OF RIGOPIANO HOTEL (ITALY): EVIDENCES OF A CONSTRUCTED LOCAL SCALE DISASTER

Fantina Tedim

Universidade do Porto, Portugal

Vittorio Leone

University of Basilicata, Italy

Keywords: Avalanche, disaster, emergency management, rescue.

The origin of disasters is frequently associated with natural processes ignoring their social, economic and political roots. Literature identifies causal factors (e.g. poverty, corruption) that explain the human construction of disasters. In times when more competences are transferred to local authorities, with the argument that proximity can help to reduce problems, local decisions could be influenced by personal and political interests. In a context of enhancing development, namely using natural resources and amenities to attract investments and create jobs, local interests can undervalue the risks.

The purpose of our work is to demonstrate how local decisions and private, and political issues can interplay increasing risks and converge in creating small scale disasters. On January 18th 2017, about 5 p.m., an avalanche of size 5 (200,000 m3) buried under 4 meters of snow a resort in the National Park of Gran Sasso e Maiella, Central Apennines, Italy where 40 people were blocked by a heavy snowfall. The avalanche occurred after four seismic events with magnitude between 5.2 and 5.7; the last episode happened 2h27 minutes before the avalanche. Two people, who fortuitously escaped the avalanche, contacted the operational center for snow emergency but this alarm was interpreted as a hoax, thus causing a delay of about 3 hours in rescue start. Rescuers faced the impossibility to reach the disaster site due to the accumulation of snow on roads; some of them reached the site by ski at 4.30 a.m., facing a snow storm. After some days of frantic efforts, carried out 24h/24 by about 200 people, 9 people were pulled out alive and in good conditions, whereas 29 corpses were extracted from the ruins. Also 3 puppies were extracted alive. The rescue activity had a duration of 10 days and was managed and carried out using sophisticated technology and innovative procedures; it positively redeems the many failures in the emergency management, although, unfortunately, was unable to decrease the number of fatalities. Post-mortem examinations found that most people died from physical trauma, though some showed signs of hypothermia and asphyxiation. A manslaughter investigation is under way to identify responsibilities.

Collected reports, newspapers, civil protection information, and early notes from local universities scholars were critically analyzed. Our research demonstrated how the coincidence of several facts of natural and human origin converged in creating a disaster. Even though the resort was built on a very hazardous location and the high level of avalanche danger, the loss of lives could have been avoided by evacuating the people as requested by hotel administration. The final result is tightly related to weak risk awareness of local authorities, which only saw in the resort a job tank. Several lessons could be learned from this tragedy and should be integrated in disaster risk reduction to avoid the repetition of similar events.

A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – 2012 (RIO + 20): UMA BREVE AVALIAÇÃO APÓS CINCO ANOS

Leandro Dias de Oliveira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Palavras-chave: Nações Unidas, desenvolvimento sustentável, Rio + 20

Em 2012, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), que reuniu 193 delegações diplomáticas para discutirem na cidade do Rio de Janeiro o modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável. Dividida entre o Riocentro, onde estiveram

reunidas as delegações diplomáticas e chefes de governo, e o Aterro do Flamengo, onde ocorreu o “Cúpula dos Povos”, com a participação de ONGs e Movimentos Sociais, a Rio + 20 permite realizar uma leitura geográfica do contexto territorial global e local. Os objetivos aqui podem ser assim sintetizados: [1] refletir sobre os pressupostos e legados da Rio + 20; [2] pensar a Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável; por fim, [3] fazer um breve balanço da conferência cinco anos depois.

De antemão, é possível afirmar que a Rio + 20 confirmou algumas desconfianças que emergiram neste intermezzo de duas últimas décadas que a separam da Eco-92: [1] o desenvolvimento sustentável corresponde a um ajuste ecológico do modelo econômico-produtivo; logo, a adoção da “Economia Verde” revela definitivamente a conciliação economia — ecologia sob os auspícios da ONU; [2] houve uma saturação da questão ambiental, tratada geralmente de maneira catastrofista na grande mídia, o que se tornou ainda mais evidente com a cobertura em “tempo real” da Rio + 20, por meio de estúdios ambientados nos espaços de debates e eventos, tanto na Cúpula das Delegações quanto na Cúpula dos Povos; [3] consolidou-se uma desconfiança prévia destes mega-encontros diplomáticos, seja pela mera descrença sobre a política (e sobre os políticos), seja pela certeza da incapacidade de eventos deste porte de resolver os problemas mais cadentes da humanidade; [4] algumas medidas de cunho econômico-ambiental há muito tempo discutidas não foram implementadas em curto prazo e não parecem avançar na agenda internacional; como exemplo, assim como na Eco-92 a constituição de um Fundo Verde não logrou sucesso, sendo mantido o Global Environmental Facility (GEF), inserido no Banco Mundial e sujeito à lógica das instituições de Bretton Woods; [5] a aceitação inequívoca e universal dos princípios do desenvolvimento sustentável pelas maiores empresas do mundo não significou mudanças estruturais, mas sim a vulgarização de experiências de obtenção de lucros a partir de inventos tecnológicos anti-contaminantes. Em um verdadeiro show-room empresarial, todos os países participantes apresentaram pavilhões com stands contendo as mais diferentes possibilidades de adoção de princípios de sustentabilidade pelos seus governos em suas múltiplas esferas (do governo cidadão à esfera federal) e das maiores empresas do mundo; e [6] por fim, as ONGs e movimentos sociais de cunho ambientalista não consolidaram discursos alternativos à sustentabilidade, e se dividem entre aquelas que estão cooptadas pelo discurso hegemônico e adotam práticas empresariais e outras que praticam um radicalismo discursivo ingênuo e pouco efetivo. Avaliar os pressupostos, as perspectivas e o legado da Rio + 20 permanece um grande desafio.

SESSÃO 4 - SOCIEDADE E CULTURA (2)

MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS E CIDADANIA. OS PROTESTOS PORTUGUESES DA ÚLTIMA DÉCADA

Célia Taborda Silva

Universidade Lusófona do Porto, Portugal

Palavras-chave: Manifestações públicas, redes sociais, cidadania.

Ao longo da história contemporânea europeia os cidadãos foram adquirindo direitos de contestação, o que lhes permitiu utilizar novas formas de mobilização para reivindicar direitos, ou simplesmente para manifestar a sua opinião no espaço público. Se, inicialmente, as greves e manifestações eram consideradas desordens públicas, com o passar do tempo passaram a direitos adquiridos. Na esfera pública foram acontecendo cada vez mais manifestações e mais inovadoras nas reivindicações. Para esta evolução muito contribuiu a diminuição da repressão Estatal sobre qualquer forma de manifestação, a divulgação que os média fazem destes acontecimentos e a utilização das redes sociais para a mobilização pública dos cidadãos.

Nos últimos anos, um pouco por todo o mundo emergiram movimentos sociais, desde a Primavera Árabe aos Indignados, decorrente da insatisfação dos cidadãos e fruto da rapidez com que a informação circula e é partilhada. Em Portugal, a tendência contestatária foi no mesmo sentido da Europa e do mundo, como o demonstraram os movimentos de 12 de Março de 2011 (“Geração à Rasca”), os de 15 de Setembro de 2012 e 3 de Março e de 26 de Outubro de 2013 (“Que se lixe a Troika”). Estes movimentos juntaram milhares de pessoas num protesto contra as políticas governamentais e em defesa de um novo modelo político, económico e social. Em várias cidades do país, os portugueses, enquanto cidadãos, vieram para a rua e manifestaram-se sobre questões que lhes diziam respeito, como a crise, o desemprego, a exploração, enquanto pessoas pertencentes a uma coletividade.

A novidade dos atuais movimentos europeus foi o recurso às tecnologias de comunicação e às redes sociais para aparecerem, adquirirem visibilidade, logo existência, como diria Hannah Arendt (1988). Através do uso da comunicação digital prescindiram das lideranças tradicionais para convocarem os protestos e se manifestarem nas ruas, fazendo com que os movimentos sociais não se circunscrevessem em termos geográficos ou culturais nem se enquadrassem institucionalmente. A internet trouxe ferramentas que potenciam a partilha, que facilitam a participação cívica e a ação coletiva, acabando por moldar a nossa sociedade, como refere Lipovetsky (2012). As redes enriqueceram a “real politique”, uma vez que permitem uma “verdadeira liberdade de expressão” (Lévy, 2013) na linguagem, na retórica e até na expressão lúdica. Desta forma, no início do século XXI, a ação coletiva tem vindo a adquirir um papel-chave no Estado democrático, pela representação de reivindicações de diferentes setores da sociedade civil. Mas serão estas manifestações indícios de uma nova cidadania?

PASSADOS RECOMPOSTOS: NARRATIVAS SOBRE A EXPERIÊNCIA DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

Roseli Boschilia

Universidade do Paraná, Curitiba, Brasil

Natália Ramos

Universidade Aberta, Portugal

Palavras-chave: e/imigração portuguesa; memória e subjetividade; narrativas autobiográficas migratórias.

Os estudos clássicos acerca do fenômeno dos deslocamentos da população portuguesa, durante os séculos XIX e grande parte do XX, foram realizados, via de regra, com base na documentação produzida por órgãos oficiais ligados, direta ou indiretamente, à política emigratória. Desse modo, ancorada nesta tipologia de fontes, a historiografia daquele período privilegiou fundamentalmente às análises socioeconômicas, procurando definir o perfil dos emigrantes e as principais causas que motivavam o seu deslocamento. Foi preciso aguardar até as últimas décadas do século XX, para que o aprofundamento das discussões teóricas e metodológicas, resultantes do diálogo interdisciplinar, possibilitasse o acesso a novas modalidades de fontes e permitisse um olhar mais alargado sobre o tema da e/imigração. Neste novo contexto, alguns estudiosos passaram a dedicar-se ao estudo de temas anteriormente ignorados, como a e/imigração clandestina, os movimentos de retorno, as narrativas (auto)biográficas migratórias e a situação dos que ficaram em Portugal enquanto os seus familiares partiam em busca de melhores condições de vida. Nessa perspectiva, esta comunicação tem como foco a trajetória de três e/imigrantes portugueses que se radicaram em países da América, entre as décadas de 1920 e 1960.

O primeiro deles, Serafim Alves de Carvalho - nascido na região norte de Portugal em 1898 -, radicou-se nos EUA na década de 1920. Suas memórias autobiográficas foram registradas na obra "Emigrar, emigrar: as contas do meu rosário", publicada nos anos 80, após ele ter retornado a Portugal. O segundo, é o escritor Pedro Sidónio Araújo Muralha, nascido em Lisboa em 1920. Opositor do regime salazarista, saiu de Portugal na primeira fase do Estado Novo. Depois de passar pela África e outros países da Europa, emigrou para o Brasil no início da década de 1960, onde faleceu em 1982. Autor de vasta produção literária, Muralha, além de escrever o livro autobiográfico intitulado "A caminhada", deixou vestígios de sua experiência como e/imigrante em poemas, crônicas e romances. Já, Manuel da Costa, o terceiro e/migrante selecionado para esta análise era originário do norte de Portugal, onde nasceu em 1929. Emigrou para o Canadá em meados dos anos sessenta e lá faleceu em 1996. Ao contrário dos outros dois e/imigrantes acima referidos, Manuel não deixou qualquer documento escrito que contemplasse a sua experiência como e/imigrante. Contudo, os silêncios sobre a sua trajetória foram preenchidos com base nas lembranças do filho mais velho, Manuel da Costa, residente no Canadá, cujos registros foram coletados através da metodologia da história oral. Assim, ancorado nas reflexões teóricas sobre memória e subjetividade e nas narrativas autobiográficas, literárias e orais, produzidas acerca destes três e/imigrantes, o presente artigo busca refletir sobre a experiência do deslocamento, a partir de vestígios deixados pelos próprios sujeitos da e/imigração.

O SELF INSEGURO NA SOCIEDADE LÍQUIDA: CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS, INCERTEZA SOCIAL E SEGURANÇA ONTOLÓGICA

Paulo Jorge Santos

Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: modernidade líquida, segurança ontológica, desenvolvimento psicossocial.

Zygmunt Bauman recorreu à metáfora da liquidez para dar conta de um conjunto de transformações sociais e pessoais que podemos observar nas sociedades contemporâneas. Na modernidade líquida as estruturas sociais, instituições e estilos de vida individuais caracterizam-se por um elevado grau de fluidez e volatilidade. As ligações que outrora possibilitavam que os indivíduos construíssem percursos de vida e formas de estar no mundo a partir de projetos socialmente estruturados encontram-se em crise. É muito mais difícil do que outrora ancorar o devir humano num conjunto de referências socialmente prescritas pelo facto de estas terem perdido a solidez e a estabilidade que outrora as caracterizava. Os marcadores e instituições sociais que anteriormente regulavam a vida dos indivíduos (Estado, família, religião, ideologia, etc.), foram objeto de uma acentuada erosão e não podem servir, como no passado, de referentes estáveis para estruturar as ações humanas ao nível individual e coletivo. Podemos dizer com alguma segurança que a única certeza nas sociedades ocidentais atuais é uma condição de incerteza endêmica. É neste contexto que a segurança ontológica de muitos indivíduos tem sido, de forma crescente, colocada em questão, facto que podemos observar no número cada vez mais elevado de patologias ao nível social e individual. Nesta comunicação sustentar-se-á, com base em abordagens de cariz psicológico e sociológico, que a base a partir da qual se constrói o sentido de segurança ontológica pessoal reside nas experiências de relacionamento precoces que as crianças estabelecem com as suas figuras cuidadoras, em particular com os seus pais. Se estas experiências são positivas os seres humanos desenvolvem com mais facilidade modelos positivos de si próprios e dos outros e exploram o mundo em seu redor de uma forma mais intensa e com mais confiança

nas suas capacidades. Tais modelos constituem as bases psicológicas a partir das quais será mais provável enfrentar os desafios da vida contemporânea com mais segurança e sentido de agência. Na presente comunicação daremos relevo a uma leitura política deste fenómeno. Defenderemos, na sequência da tese de Peter Marris, que são os grupos sociais mais vulneráveis, isto é, os que vivem em ambientes mais inseguros, com rendimentos mais baixos e instáveis, e com menos autonomia e liberdade de ação, que se encontram numa posição menos favorável para providenciar às suas crianças as melhores condições promotoras do seu desenvolvimento. Esta situação resulta do poder que as classes sociais mais elevadas têm em colocar o fardo da incerteza nos ombros das classes mais desfavorecidas. Por fim, apresentaremos algumas linhas de intervenção suscetíveis de promoverem a qualidade das relações entre pais/mães e filhos/filhas e, por esta via, potenciar a qualidade do desenvolvimento psicossocial dos indivíduos aumentando as possibilidades de serem mais bem sucedidos para enfrentarem os desafios colocados pela contemporaneidade.

REFLEXÃO COMPARATIVA DO ACESSO DOS IMIGRANTES AO SERVIÇO DE SAÚDE NO BRASIL E EM PORTUGAL

Valéria Rodrigues Leite

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Maria da Conceição Pereira Ramos

Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Globalização, imigrante, segurança social, saúde.

Esta comunicação tem como objetivo apresentar uma pesquisa acerca do acesso à saúde do imigrante. As discussões do objeto de pesquisa problematizam a questão do acesso dos imigrantes aos cuidados de saúde, que não podem ser separados da (ex)inclusão destes cidadãos nos sistemas de segurança social nacionais, considerando-se a sua saúde como resultante das condições de vida e acesso a bens e serviços sociais que estão associados ao quadro geral das políticas sociais e de integração específicas de cada país, bem como às políticas de imigração que determinam o acesso aos serviços de segurança social. Partimos da premissa de que há uma relação cíclica entre saúde, pobreza e exclusão social conforme amplamente documentada em estudos disponíveis, dentre os quais destacamos Stegeman e Costongs (2003 apud FONSECA et al., 2007), que discutem a crescente importância do tema da saúde nas prioridades da União Europeia enfatizando o contexto do Programa de Ação Comunitária de Combate à Exclusão. Esse processo está estreitamente relacionado com a globalização que salienta de forma expressiva as desigualdades sociais. No momento atual, exceto no caso dos conflitos armados e dos desastres naturais, a globalização e a sua relação com as desigualdades económicas e sociais são os principais fatores das migrações internacionais (MARTINE, 2005). No que se refere à globalização Ramos et al. (2007 apud RAMOS, M. C., 2013, p. 6) salienta que: “Acelera os processos de mudança e assiste-se à emergência de comunidades transnacionais, interagindo, quer com o país de origem, quer com outras comunidades migrantes em diáspora, e ao rápido crescimento de identidades e cidadanias múltiplas, multiculturais, plurinacionais e globais”. Nessa direção, ratificamos a compreensão de Ramos, M. N. (2012, p. 7), ao afirmar que: “As questões dos direitos e da saúde das populações migrantes e minorias estão no centro das preocupações dos Estados, nomeadamente da União Europeia, onde se inclui Portugal. Com efeito, o direito à saúde constitui um direito fundamental indispensável para o exercício dos outros direitos humanos”. Pelo que expõe Padilla (2013), pode-se inferir que o sistema de segurança social português incorpora critérios de seletividade e condicionalidade para o acesso, em geral incluído o pagamento de taxas moderadoras, por isso não é um sistema universal na aceção formulada pelo movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB) que embasa a definição de universalidade na Carta Magna brasileira de 1988. Assim, diferentemente de Portugal, no Brasil a Constituição de 1988 e a Lei Ordinária de nº 8.080/90 asseguram o acesso universal e igualitário aos brasileiros e aos estrangeiros em território nacional, sem impor condicionalidades do ponto de vista legal. No entanto, a pesquisa realizada por Melo e Campinas (2010) revela os problemas enfrentados pelos migrantes, no Brasil, em relação às condições de trabalho, má alimentação e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, apesar da gratuidade e universalidade dos mesmos. Assim, a perspetiva assumida neste estudo, tomando como referencia os avanços da União Europeia, especificamente Portugal, é analisar prioritariamente, de forma comparativa de que maneira é feito o acesso do imigrante aos serviços de Saúde em Portugal e no Brasil. Portanto, os debates em torno do acesso dos imigrantes aos cuidados de saúde, de acordo com Ingleby et al. (2005 apud FONSECA et al., 2007, p. 32), ão podem ser dissociados da discussão da inclusão destes cidadãos nos sistemas de segurança social nacionais, estando a sua saúde associada ao contexto das políticas sociais e de integração de cada país, bem como às políticas de imigração que determinam o acesso aos serviços de segurança social.

REFERÊNCIAS

- Fonseca, M L et al (2007). Saúde e integração dos imigrantes em Portugal: uma perspetiva geográfica e política. Revista Migrações - Número Temático Imigração e Saúde. Lisboa: ACIDI, n. 1, p. 27-52.
- Martine, G. (2005). A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. São Paulo

em Perspectiva. São Paulo, v.19, n. 3, p.3-22.

Melo, R A de, Campinas, Lúcia de L S L. (2010). Multiculturalidade e morbidade referida por imigrantes bolivianos na Estratégia de Saúde da Família. O mundo da Saúde. São Paulo, v. 34, n. 1, p. 25- 35.

Padilla, B (2013). Saúde dos imigrantes: multidimensionalidade, desigualdades e acessibilidade em Portugal. REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 21, n. 40, p.49-68.

Ramos, M C P. (2013). Globalização e Multiculturalismo. Revista Eletrônica Inter-Legere. UFRN, n.13, p.75-101.

Ramos, M N P. (2012). Comunicação em Saúde e Interculturalidade – Perspectivas Teóricas, Metodológicas e Práticas. RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.6, n.4.

SESSÃO 5 - AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (2)

INCÊNDIOS EXTREMOS EM PORTUGAL: PORQUE NÃO OCORREM MAIS DESASTRES?

Fantina Tedim
Fernando Martins Correia
Catarina Magalhães
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: incêndios em Portugal.

Os incêndios extremos são eventos muito complexos, nomeadamente, em termos de causas, intensidade, dimensão da área ardida e severidade. Normalmente têm importantes consequências ambientais, sociais e económicas. Representam um desafio à capacidade de a sociedade gerir o risco de incêndio que se prevê cada vez mais elevado num contexto de alterações climáticas. Paralelamente, o processo de desenvolvimento tem contribuído para a criação de ambientes mais favoráveis ao aparecimento de incêndios extremos.

Embora haja relatos da ocorrência esporádica de incêndios de grandes dimensões no séc. XIX e no séc. XX, foi em 2003 que Portugal registou a maior dimensão de área ardida e um elevado número de incêndios com mais 10 000 hectares. Alguns desses incêndios podem mesmo ser classificados como mega incêndios pois apresentaram significativos impactos sociais, económicos e ambientais. Embora estes incêndios apresentem uma frequência de ocorrência baixa são um desafio importante, principalmente quando afetam áreas de interface urbano florestal.

O objetivo deste trabalho é apresentar e discutir os fatores que explicam que embora a frequência de incêndios seja muito elevada em Portugal são muito pouco frequentes os eventos com características catastróficas. Todavia, num contexto de alterações climáticas e alterações da dinâmica dos espaços rurais e das áreas de interface, não estarão a ser criadas condições para que num futuro próximo ocorram mais desastres?

OS INCÊNDIOS FLORESTAIS EM AGUIAR DA BEIRA, UMA PROBLEMÁTICA A SER TRAVADA

Maria de Fátima Alves Costa
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Incêndios florestais; Problemáticas; Probabilidade de Ocorrência, Suscetibilidade; Nível de Perigosidade.

A presente comunicação têm como objetivo sensibilizar os indivíduos para a problemática dos incêndios florestais, com destaque para os que ocorreram no concelho de Aguiar da Beira, do distrito da Guarda. Pretende-se dar a conhecer a definição de incêndios florestais, as suas causas, consequências e medidas de prevenção, assim como, identificar a evolução e as áreas de Aguiar da Beira, mais suscetíveis aos mesmos. Utilizou-se como metodologia a informação estatística e cartográfica fornecida pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, bem como, uma revisão bibliográfica.

Uma das grandes problemáticas existentes em Portugal, associada ao seu clima mediterrâneo, é os incêndios florestais. Estes são entendidos como fogos não controlados, que se deflagram por espaços arborizados. Por isso mesmo, acabam por trazer várias consequências, não só ao ambiente, diminuindo a biodiversidade e afetando os ecossistemas, mas também ao nível económico, destruindo o edificado e causando prejuízos financeiros elevados e, ao nível social, afetando a vida das populações, os seus lares, assim como, a sua saúde. Neste contexto, insere-se Aguiar da Beira, um dos municípios com um maior número de ocorrências e de área ardida, do distrito da Guarda. Aguiar da Beira é uma vila portuguesa, pertencente ao distrito da Guarda e tem um total de 5473 (censos 2011) de população e uma densidade populacional de 26,47 hab./km². Apresenta uma área de 206, 77 km² e está a uma altitude de 781 metros.

Encontra-se subdividida em 10 freguesias, pertence à Beira Alta e está a 70km do distrito da Guarda, integrando a comunidade intermunicipal da Região de Dão Lafões.

Aguiar da Beira apresenta um risco muito elevado de incêndios florestais em praticamente todo o conselho, na qual o risco pode ser sobreposto aos declives, na medida em que quanto maiores os declives, mais elevado é o risco a incêndios florestais. Ou seja, os declives aumentam o risco de incêndio florestal, pois os declives mais acentuados favorecem a propagação do fogo. O mesmo acontece com a ocupação do solo, pois onde existe maior quantidade de combustível, há um maior risco de tais áreas serem surpreendidas por incêndios florestais. Daí que a vegetação é o fator mais importante para se determinar o risco de incêndio, porque sem a existência de combustível florestal, não pode haver a ocorrência de incêndios florestais. A contrário da probabilidade de ocorrência, da suscetibilidade a incêndios florestais e do nível de perigosidade em que onde estavam localizadas as classes elevada e muito elevada era nas florestas abertas, vegetação arbustiva e herbácea e nas zonas descobertas e com pouca vegetação, no risco ao incêndio florestal, para além, das classes elevadas estarem situadas nas ocupações do solo referidas, estão ainda centradas nas florestas. Deste modo, um antecipado conhecimento do risco de incêndio florestal é essencial e tem de ser tido em linha de conta na gestão e organização de equipas de detecção e de combate ao fogo e no ordenamento florestal. Ou seja, "a avaliação do risco de incêndio é uma parte crítica da prevenção de incêndios, como ferramenta de gestão de meios e como de determinar onde é mais provável a ocorrências de incêndios" (Chuvieco, 2007).

Concluindo, a melhor forma para evitar que haja incêndios é impedir que eles ocorram. Daí que a capacidade de previsão do comportamento dos incêndios constitui uma ferramenta imprevisível, no que respeita à prevenção e combate dos incêndios florestais. A prevenção dos incêndios florestais tem como finalidade a diminuição das ignições e a redução da área ardida. Assim sendo, criar faixas de gestão de combustível, substituir a cobertura vegetal mais suscetível ao fogo, por uma mais resistente e compartimentar as áreas florestais efectuadas por uma rede de caminhos florestais com ligações rodoviárias às grandes manchas florestais, removendo o total de vegetação são medidas que permitem o combate aos incêndios florestais.

Referências Bibliográficas:

- Ferreira, A. R. (2010). Sistema de Informação Geográfica e Susceptibilidade a Incêndio Florestal. Análise da Metodologia em Ambiente SIG, pp. 1-110;
- Matos, F.d. (2012). Estudo comparativo do desempenho de índices de perigosidade de incêndio florestal. pp. 1-235;
- Alves, P. M. (2012). Probabilidade de Ignição e Susceptibilidade de Incêndios Florestais. pp. 1-114;
- Verde, J. C. (2008). Avaliação da Perigosidade de Incêndio Florestal. pp. 1-109
- Castro, C. F., Gouveia Serra, José Parola, José Reis, Luciano Lourenço, & Sérgio Correia. (2003). Combate a incêndios florestais. XIII, pp. 1-94;
- Tedim, F. (s.d.). O contributo da vulnerabilidade na redução do risco de incêndio florestal. pp. 653-656;
- Tedim, F., Ruben Remelgado, Célia Borges, Salette Carvalho, & João Martins. (2013). Exploring the occurrence of mega-fires in Portugal. *Forest Ecology and Management*, pp. 86-96.
- Gonçalves, A. J., Luciano Lourenço, & João Dias da Silva. (s.d.). Manifestação do, Risco de Incêndio Florestal, Causas e Investigação Criminal. pp. 81-87.

PORTUGAL SEM INCÊNDIOS DEPENDE DE TODOS: A NECESSIDADE DE MUDAR DE PARADIGMA

Fantina Tedim

Universidade do Porto, Portugal

Vittorio Leone

University of Basilicata, Italy

Palavras-chave: Fire Smart Territory, fogo, prevenção.

Os incêndios florestais são considerados um risco natural, mas com uma gestão distinta dos outros riscos naturais. Até à década de noventa a abordagem dos riscos naturais centrava-se na resposta à crise. Depois, o objetivo de atuação direcionou-se para a redução do risco e a adaptação às alterações climáticas, muito influenciado pela atividade da Estratégia Internacional para a Redução das Catástrofes. Conceitos como vulnerabilidade, adaptação, transformação, resiliência e gestão integrada têm sido utilizados na definição de estratégias de redução dos riscos.

Em relação aos incêndios florestais esta mudança não se verificou. O modelo vigente continua a focar-se numa "guerra ao fogo", através do controlo rápido de todas as ignições para reduzir a superfície afetada e os danos. Perante a ocorrência de incêndios extremos a resposta tem sido reforçar o "ataque musculado" baseado em aviões, helicópteros, veículos pesados e num grande número de homens. É uma abordagem sintomática e não etiológica que apenas minimiza as consequências sem intervir nas causas. Trata todos os incêndios da mesma maneira, independentemente da sua intensidade (entre 200 e 100 000 kW/m), das características geográficas e meteorológicas. Baseia-se, na utilização da água nem sempre disponível, mas apenas eficaz em intensidades reduzidas. Não obstante, o reforço dos meios o dispositivo de extinção dos incêndios entra em colapso em situações de elevada simultaneidade de ocorrências ou de

elevada intensidade.

Em Portugal, um escasso número de eventos explica grande parte da área afetada. Por exemplo, em 2016, cerca de 52% da área ardida resultou de apenas 22 incêndios com mais de 1 000 ha (0,2% do total de ocorrências). Estes valores demonstram que não se verificou qualquer alteração de tendência, não obstante os investimentos no sistema de combate.

O objetivo desta investigação é propor um novo paradigma, centrado numa coexistência menos conflituosa entre as pessoas e o fogo, o que envolve compromissos complexos, exige abordagens participativas e responsabilidade partilhada entre as instituições e as comunidades locais. Assenta numa maior aceitação do fogo enquanto processo ecológico e instrumento benéfico de redução de combustíveis e de controlo dos incêndios. Reforça o papel da prevenção que não se limita a medidas estruturais ou de gestão de combustíveis, mas a soluções diferenciadas em função da dinâmica do território e da capacitação dos atores locais.

"Coexistir com o fogo" é um paradigma distinto da "guerra contra o fogo", porque adota uma abordagem pró-ativa e de longo prazo, inspirado pela necessidade de buscar soluções mais sustentáveis. A análise da dinâmica dos incêndios no espaço rural português nas últimas décadas e a identificação das fragilidades do sistema permitiu-nos teorizar uma abordagem inovativa denominada Fire Smart Territory cuja operacionalização está a ser realizada em áreas-piloto, em Portugal.

REFLEXÃO SOBRE OS GRANDES INCÊNDIOS EM AROUCA: CONTRIBUTO PARA A DEFINIÇÃO DE NOVAS FORMAS DE PREVENÇÃO

Fernando Jorge Martins Correia
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Arouca, incêndios, prevenção, valorização e território.

A composição e estrutura da floresta existente atualmente no município de Arouca é recente, pois pouco resta daquilo que se pode considerar de floresta autóctone e enfrenta como principal ameaça os incêndios que se estão a tornar cada vez mais frequentes. A sociedade, por múltiplas razões, foi alterando os seus hábitos e relações com o espaço agroflorestal. O abandono, o desinteresse e o enraizamento de uma mentalidade cívica que busca apenas meros serviços de produção, massiva, para a obtenção de lucros económicos levaram e levam ao aparecimento de espaços agroflorestais homogêneos de difícil reconversão.

Utilizando a classificação do ICNF que, em território nacional considera grandes incêndios aqueles que têm uma área ardida igual ou superior a 100 hectares, conjugando várias variáveis, o território Arouquense, atualmente, apresenta uma predisposição para acolher esta tipologia de incêndios que outrora não existiam. Os arouquenses mais idosos, que ainda residem nas aldeias deste concelho, em profunda decadência, mas com uma forte relação ao território, não se lembram de situações como a do ano de 2005 e 2016, anos em que se registaram os incêndios de maior dimensão de área ardida, com destaque para o que ocorreu no último ano onde arderam cerca de 30 000ha. Igualmente revelam a sua indignação por um conjunto de medidas políticas, economicamente apoiadas de desvalorização destes espaços, assim como a insatisfação pela criminalização de muitos costumes históricos relacionados com o uso do fogo que serviria de prevenção aos grandes incêndios.

A mentalidade das pessoas destes locais não foi capaz de acompanhar, ao mesmo tempo, o ritmo da rápida transformação que ele obteve, e os que ainda por lá persistem continuam com os mesmos hábitos e costumes de meados do século XX onde a principal atividade era a agricultura, não mecanizada e um vasto leque de outras a si diretamente ligadas daí, as principais causas dos incêndios da atualidade estarem relacionadas com a atividade agrícola.

A atual política de gestão do risco de incendio florestal não é capaz de evitar a ocorrência de incêndios extremos pois está centrada na supressão que rapidamente entra em colapso quando se atingem maiores intensidades e velocidades de propagação.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre o conceito de prevenção e a necessidade de se ir além das atividades de redução de combustíveis. Partindo do conhecimento da dinâmica do território e dos agentes que aí atuam é possível identificar um conjunto de medidas que através da valorização dos recursos económicos e ambientais locais, e da capacitação das comunidades locais é possível desenvolver um conjunto de medidas capazes de reduzir a frequência de incêndios florestais, inclusive dos que possuem comportamento extremo.

SESSÃO 6 - PAISAGEM, PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (1)

LE DEPARTEMENT DE MARAMURES EN ROUMANIE – ENDROIT DES RESERVATIONS NATURELLES, RESSOURCES PATRIMONIALES ET CULTURELLES

Ileana Constantinescu
Adriana Moțatu

Académie d'Études Économiques de Bucarest, Roménia

Mots clés : réservations naturelles, églises en bois, train à vapeurs, interculturalité, tourisme.

Au Nord-Ouest de la Roumanie c'est le département de Maramureș, près de la frontière avec l'Ukraine. C'est une zone entourée par les montagnes Rodnei, Maramureș, Tibleș et Gutâi, avec des altitudes entre 200 mètres et 2300 mètres. Dans le département de Maramureș il y a plus de 100 sources d'eaux minérales près de Vișeu de Sus, Baia Borșa, Poiana Botizii et Băiuț et huit réservations naturelles. C'est une zone où les villes importantes sont Baia Mare, Borșa, Sighetu Marmăției, Săpânța (où il y a le seul cimetière gai au monde), Vișeu de Sus, Ocna Șugatag, Moisei.

Quant aux réservations naturelles, on peut énumérer: Rezervația naturală Pădurea Runc (la Réserve naturelle La forêt Runc), Rezervația naturală Râul Tur (la Réserve naturelle La rivière Tur) qui a une superficie de 6212 hectares où l'on peut voir plus de 188 espèces d'oiseaux, parmi lesquelles les cigognes noires. Dans les eaux de cette zone on peut admirer des nénuphars jaunes et pratiquer la pêche à la ligne, le cyclotourisme et le tourisme aquatique. La ville de Baia Mare abrite beaucoup d'objectifs touristiques parmi lesquels Muzeul de mineralogie (Le musée de minéralogie) qui a aussi une section de fleurs de mine où l'on peut voir toutes sortes de pierres semi-précieuses, et même des fleurs en pierres semi-précieuses dans des vases.

Une autre réserve de cette zone Rezervația coloanelor de la Limpede (La Réserve les colonnes de Limpede) s'étend sur une superficie de 3 hectares et les colonnes ont une hauteur de 15 mètres. Cet endroit nous fait penser à la période préhistorique. Rezervația speologică Peștera Vălenii Șomcuței (La Réserve spéléologique La Grotte Vălenii Șomcuței) est une grotte qui se trouve à une altitude de 1350 mètres.

Une autre réserve de cette zone est Rezervația Pădurea Fersig (la Réserve La forêt Fersig) et il y en a aussi d'autres. Ce sont des endroits splendides et tranquilles, loin de la civilisation, qui peuvent être visités pour se reposer et voir la nature intacte.

Mais le département de Maramureș abrite aussi des églises en bois assorties avec les maisons en bois, les fontaines et les haies en bois. Dans le village Șurdești, par exemple, il y a une église en bois apportée en 1930 du village Bontăieni, une église qui a été transportée d'un village à l'autre, une église qui date depuis le XVIIe ou le XVIIIe siècle. Une autre église en bois très belle est celle de Frâncenii Boiului, l'église Sfântul Nicolae (l'église Saint-Nicolas) de 1757, une église en bois sans aucun clou.

Une autre église en bois est celle de Drăghia qui date depuis 1706. En 1797 l'intérieur de cette église a été peint sur une toile par Petre de Preluca. Si l'on veut visiter Muzeul Satului maramureșan (Le Musée du village de Maramureș), il faudra sortir de Baia Mare et aller à Sighetu Marmăției. Un autre objectif à visiter c'est le cimetière Săpânța où les croix ont diverses couleurs et sur ces croix on présente des scènes de la vie des personnes décédées. À présent il y a dans ce cimetière 800 croix avec des vers sculptés en bois, des vers qui sont gais, tristes ou bien ironiques.

Mais, le vrai bijou en bois, de Maramureș est l'église Balcului ou Biserica din Deal (L'église de la colline) construite en 1364. Dans cette église il y a une collection d'icônes anciennes en bois qui datent du XVIe et du XVIIe siècles et une collection d'icônes en verre apportées de Nicula et des tapis et des livres de grande valeur.

Si l'on visite Vișeu de Sus, on a la surprise de découvrir Mocănița, le plus ancien train à vapeurs sur une voie ferrée étroite d'Europe. Cette locomotive à vapeurs transporte des touristes jusqu'à la fin de la vallée et elle revient ensuite avec les touristes au point de départ. Mais, les touristes peuvent descendre aussi aux arrêts du train pour faire une excursion à la montagne.

Voilà au-delà du tourisme, une leçon de protection de l'environnement en Roumanie, une leçon qui peut être apprise en visitant ces endroits, avec la remarque que les touristes s'ils veulent apprendre aussi le roumain ou le roumain des affaires, ils pourront contacter l'association Lingua economica de l'Académie d'Études Économiques de Bucarest pour être accompagnés par un professeur de roumain qui sache aussi le français/l'anglais et ils pourront utiliser avec succès le livre Româna pentru afaceri, écrit par Ileana Constantinescu, livre paru chez Milena Press, Bucarest en 2006 accompagné du Dictionnaire des affaires roumain-français, français-roumain (Dicționar de afaceri român-francez, francez-român) paru sur CD-ROM chez Milena Press en 2017, à Bucarest, un dictionnaire élaboré par Ileana Constantinescu, Anca-Nicoleta Precup, Raphaël Veronneau et Maria Ana Oprescu, ou bien ils pourront utiliser le Dictionnaire économique explicatif roumain-anglais (Dicționar economic explicativ român-englez) paru à la Maison d'édition Milena Press de Bucarest, en 2005, élaboré par Angela Crocus et Ileana Constantinescu.

De plus, si les touristes veulent voir des spectacles de théâtre en roumain ou en français, ils pourront contacter l'Association Inspira de Bucarest, Roumanie, par exemple, qui s'occupe du théâtre indépendant, pour présenter une pièce de théâtre avec l'accord de la Mairie, dans une ville ou dans une réserve naturelle de Maramureș.

Il faut mentionner aussi que le département de Maramureş c'est une zone où il y a à part les Roumains, des Hongrois, des Ukrainiens, des Juifs, des Saxons et des Gitans. Ici on se rend compte de l'interculturalité par les nombreuses églises et par les temples des minorités, par l'architecture des maisons des minorités, par les publications parues dans cette zone qui tirent leur sève de l'interculturalité.

EVOLUÇÃO DA VITIVINICULTURA NA REGIÃO DOS VINHOS VERDES: DO PASSADO AO FUTURO

Jorge Queiroz

Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Vinhos Verdes, Produção, Exportação, Densidade de plantação, Sistemas de condução, Enoturismo.

A Região dos Vinhos Verdes, situada no Noroeste de Portugal, representou no passado recente a maior região demarcada do país, com uma área referida para o ano de 2015 por Carvalho (1997), de 59 300 ha. No entanto a região sofreu profundas transformações, principalmente ao longo das últimas duas décadas que provocaram uma forte diminuição dessa área, sendo o valor indicado para o ano de 2015 pelo IVV (2017), uma área de 20 433ha, havendo, portanto, uma redução de 61% ao longo dos últimos 20 anos. Como é natural, esta diminuição reflectiu-se numa quebra de produção, tendo esta, segundo dados da CVRVV (2017) passado de 136 M litros em 2001 para 72 M litros em 2016 (uma redução de 47% em 15 anos).

Analisando os dados da CVRVV (2017), verifica-se uma evolução em sentido contrário da exportação dos Vinhos Verdes, que de um volume de 7,6 M de litros e um valor de 18,2 M de euros em 2001 passou para um volume de 25,7 M de litros (uma variação + 338%) e um valor de 60 M de euros (uma variação + de 330%), em 2016

Verifica-se, deste modo, uma afirmação da Região nos últimos anos realizada essencialmente através do reconhecimento da qualidade dos vinhos brancos (frescos, frutados, ligeiros e com elevada acidez) enquanto que a nível dos vinhos tintos, apesar de uma evolução positiva para vinhos mais equilibrados, menos ácidos, apresentam ainda frequentemente excessiva acidez e conteúdo tânico para os consumidores exteriores à região. Para esta afirmação contribuíram também os excelentes vinhos da casta Alvarinho, agora plantada um pouco por toda a região, mas apresentando um potencial qualitativo que é excepcional na Sub-região de Monção e Melgaço, assim como os vinhos espumantes, para cuja produção a região apresenta características únicas e ainda os vinhos rosados, que apresentam um crescimento de comercialização assinalável.

A contradição verificada de quebra de área e produção e, pelo contrário, aumento das exportações traduz-se inevitavelmente na necessidade de um aumento de produção de uvas. Esta poderá ser conseguida quer por aumento de produção por cepa (quer usando materiais vegetais de melhor qualidade provenientes de selecção clonal quer aumentando o número de olhos à poda por videira e conseqüentemente o número de cachos produzidos) ou, em alternativa, aumentando o número de cepas por hectare, técnica que também está a ser utilizada na região.

Por outro lado, a necessidade de abaixamento dos custos de produção, forma de aumentar o rendimento dos viticultores, pois o preço médio de venda do vinho não tem sofrido alterações ao longo dos últimos 15 anos, passa necessariamente pela simplificação e mecanização das operações culturais, ou pela adopção de novos sistemas de condução ou maior eficiência nas intervenções realizadas.

Finalmente terá de se ter presente a importância que poderá ter o enoturismo e as possibilidades que esta atividade apresenta para o aumento do rendimento dos viticultores

A VINHA E O TURISMO NA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO, UM BINÓMIO INSEPARÁVEL. O CASO EXEMPLIFICATIVO DA QUINTA E CASA DOS VARAIS (LAMEGO)

Helena Pina

Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Turismo de Habitação, Desenvolvimento Rural, Região Demarcada do Douro, Inovação, Tradição.

A região duriense não é só paisagem, vinha e vinho! É também gente, cultura, tradição e inovação! Com efeito, embora estejamos perante uma paisagem idílica onde persistem os socalcos tradicionais, repletos de videiras de castas regionais, estes conjugam-se com novas tipologias de plantação dos vinhedos, o que proporciona uma paisagem “evolutiva e viva”, única, como reconheceu a UNESCO, em 2001, quando distinguiu o Alto Douro Vinhateiro como Património Mundial da Humanidade.

A este património paisagístico distintivo, implantado num substrato xistoso, tem de se reunir o enológico e o gastronómico, para além do arquitetónico, do cultural e de outros. Trata-se, de facto, de um espaço paradigmático, produtor de vinhos afamados, com destaque indiscutível do Vinho do Porto, mas onde, a

partir dos anos oitenta do século passado, se apostou numa perspetiva multifuncional que inclui o turismo nas suas diversas tipologias, como forma de mitigar os graves problemas de âmbito social e económico, e até institucionais, que a região enfrenta. Não esqueçamos que as potencialidades da região são, de facto, imensas, sobretudo quando observamos também o património arquitetónico, indissociável do histórico-cultural, despoletadores de dinâmicas inovadoras que estão a revitalizar o mundo rural.

Nesta comunicação, tendo por base um amplo trabalho de campo, que conjugamos com a análise estatística e documental e a aplicação de entrevistas estruturadas, debruçamo-nos sobre o historial e os registos documentais da Casa dos Varais, unidade precursora do Turismo em Espaço Rural (TER), na sua vertente Turismo de Habitação, na região duriense. Unidade de referência com um longo historial que recua ao século XVIII, corresponde a um caso exemplificativo com três décadas de vivências no enoturismo e em turismo de habitação. Na verdade, na sequência de uma opção estratégica da sua proprietária, então com cerca de sessenta anos de idade, depois de desafiada e apoiando-se no filho, venceu resistências no seio familiar mas também externas, aderindo a esta tipologia de acolhimento de hóspedes que, em simultâneo, lhe possibilitava a dinamização e a preservação de um rico património familiar num quadro multifuncional, onde o progresso e a inovação se conjugam harmoniosamente com a tradição.

Efetivamente, para além da adesão ao turismo, os responsáveis pela Quinta e Casa dos Varais, seguindo uma estratégia que despontava no espaço duriense, desde a década de oitenta reestruturaram o espaço vitícola, enquanto modernizaram a área de vinificação, iniciando ainda a comercialização dos vinhos com a designação do nome da Quinta, quer o Vinho do Porto, quer os vinhos de mesa (DOP). Aderiram também ao enoturismo após a recuperação e adaptação da habitação familiar, e mais recentemente, diversificando a oferta turística, criaram a Casa de Pinguéis, unidade de agro-turismo que, como o restante património referenciado, se encontra rodeada de vinhedos e jardins. Assim se conjuga a tradição com a inovação em contexto sustentável, revitalizando um património

A MULTIFUNCIONALIDADE E A RELAÇÃO TRADIÇÃO-INOVAÇÃO EM ÁREAS RURAIS – O CASO DE ESTUDO DO CONCELHO DE CINFÃES

Ana Rita da Silva Ferreira
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: áreas rurais; desenvolvimento rural; multifuncionalidade; Cinfães.

O espaço rural, conceito que assume perspetivas distintas entre os vários países da Europa, interliga-se com o ritmo de urbanização que ocorreu em épocas díspares e fundamentou grandes assimetrias territoriais. Desde que a população se sedentarizou, aproximadamente no século V a.C., esta detinha um modo de vida rural e permaneceu assim até à proliferação dos núcleos urbanos, notória aquando da revolução industrial que se iniciou no século XVIII, em Inglaterra, mas apenas no século XX, em Portugal. Perante a multiplicidade de cenários, proliferam as definições de espaço rural, sendo uma das mais referenciadas a da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2013) que distingue o rural e o urbano através da densidade populacional e refere que as áreas rurais são aquelas que possuem menos de 150 hab/km².

Atualmente, apesar das suas potencialidades, as áreas rurais atravessam inúmeras dificuldades, refletindo um despovoamento indissociável do êxodo rural, da emigração e do conseqüente envelhecimento estrutural. Por conseqüência, as explorações agrícolas e o setor da pecuária entraram em declínio, o que afeta a qualidade de vida das populações e promove a descaracterização paisagística. Além disso, a débil formação técnica dos autóctones também é um problema incisivo nestas áreas, já que a maioria dos habitantes não ultrapassa o nível básico de escolaridade. Mas, apesar de todas as dificuldades que estas áreas evidenciam, existem hipóteses para as revitalizar, sobretudo apoiadas na multifuncionalidade.

Como estudo de caso optamos pelo concelho de Cinfães. Trata-se de um território problemático onde falta emprego e é deficiente a oferta de serviços especializados, para além de serem débeis as acessibilidades e baixa a qualificação técnica. Mas, em simultâneo, é um espaço atrativo e pleno de potencialidades, nomeadamente as paisagísticas e patrimoniais, como a serra do Montemuro e o rio Douro, envoltos em memórias coletivas e tradições.

A estratégia para potenciar o desenvolvimento de Cinfães poderá passar pela multifuncionalidade, unindo uma agricultura mais competitiva, com produção biológica de produtos hortícolas, árvores de fruto, vinho verde e a produção de bovinos de raça arouquesa. Com a aposta no turismo, uma vez que este concelho conserva um soberbo património natural, arquitetónico e cultural. É necessário elaborar rotas do património arqueológico, de forma a incrementar o turismo e preservar este património.

Outra aposta estratégica deverá incidir, na relação entre a tradição e inovação, conservando e revitalizando as tradições e transmitindo-as às gerações vindouras de modo a que estas possam entender o passado e o modo de vida da população autóctone. Acresce que a inovação é essencial para garantir que todas as necessidades da população são satisfeitas e fornecer aos turistas razões para voltarem a hospedar-se em Cinfães.

Em conclusão, as áreas rurais e, em especial o concelho de Cinfães, são espaços atrativos e cheios de possibilidades que insta valorizar, mas numa perspetiva multifuncional. Assim se mitiga também a contínua pressão que existe sobre o litoral e se previnem os processos de despovoamento das áreas rurais com a

consequente desertificação.

Em termos metodológicos, conjugamos uma pesquisa bibliográfica e documental, orientada para a elaboração do enquadramento conceptual da temática em estudo e para a caracterização do concelho de Cinfães e seu panorama atual. Anexando também a análise de indicadores do INE e a realização de cartografia temática, trabalho que se complementou ainda com um amplo trabalho de campo, centrado em inquéritos/entrevistas direcionados a setores específicos da população. Analisamos de igual modo e cartografamos as áreas mais relevantes em termos de património natural e cultural, fundamentados no Progeo-Portugal e LNEG, cruzando-se as condições a abordar o desenvolvimento sustentável, enquanto se apontam algumas soluções/estratégias para superar os principais problemas.

Bibliografia

Marques, Helder; "Modernidade e inovação na ruralidade do noroeste de Portugal"; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; 2000, Porto;
Pinto Correia, Teresa; "Multifuncionalidade da paisagem rural: Novos desafios à sua análise"; Inforgeo; 2007; (pág. 67 a 71).

SESSÃO 7 - INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO E ENSINO (2)

MUDANÇAS CURRICULARES EM HISTÓRIA E GEOGRAFIA: PARADIGMA, MODELOS E PRÁTICA

Maria Raquel Lopes Tavares Magalhães
INED Maia, Portugal

Palavras-chave: Currículo Oficial, Currículo Real, Mudanças Curriculares, Papel dos Professores no Currículo de História e Geografia.

O presente trabalho procura analisar e compreender as principais alterações no currículo do Ensino Básico num período temporal que se estende da Lei de Bases do Sistema Educativo à Introdução das Metas Curriculares nas Ciências Humanas e Sociais (1986-2014). Sendo o currículo um campo atravessado por teorias e práticas diversas, consideramos pertinente para este estudo observar um conjunto de documentos legais representativos do currículo oficial, e auscultar parte do currículo real, de modo implícito, através das práticas pedagógicas e das transformações curriculares enunciadas nos discursos de Professores de História e Geografia do 3º ciclo. Para desenvolvermos este assunto, estruturamos esta investigação em três domínios: enquadramento teórico, enquadramento teórico-metodológico e apresentação e discussão dos resultados. Na primeira parte elaboramos alguns referenciais teóricos no âmbito do currículo, referentes à sua concepção (Leite, 2003; Gimeno Sacristán, 1998; Pacheco, 1996; Zabalza, 1992; Ribeiro, 1990; Kemmis, 1988) evolução ao longo do tempo (Young, 2010; Silva, 2000; Pacheco, 1996); níveis de decisão e papel assumido pelos professores na sua gestão (Nóvoa, 2002; Roldão, 1999; Kelly, 1986). Na segunda parte explicitamos o percurso metodológico adotado - paradigma fenomenológico-interpretativo - expresso na análise documental aos documentos oficiais, normativos e de ensino, e nos métodos e procedimentos de recolha de informações e de tratamento e análise dos dados (Amado, 2013; Bardin, 2009; Quivy & Campenhoudt, 2003). Neste sentido, foram realizadas oito entrevistas semiestruturadas a quatro Professores de História e a quatro Professores de Geografia, submetidas ao método de análise de conteúdo. Na terceira parte apresentamos os discursos proferidos pelos Professores e procedemos à interpretação dos resultados, confrontando-os com a análise documental. O estudo realizado permitiu divisar um enviesamento entre currículo prescrito e currículo vivido, e a permanência de processos de instrução e de seleção social que desconsideram o sucesso educativo e formação global dos alunos. Todavia, as recentes mudanças curriculares indiciam uma convergência entre discurso oficial e as práticas dos Professores de História e Geografia identificadas ao longo do período em análise.

Referências Bibliográficas:

Amado, J. (2013). *Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa Nacional de Coimbra.
Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
Gimeno Sacristán, J. (1998). *O Currículo. Uma Reflexão sobre a Prática*. Porto Alegre: ArtMed.
Kelly, A. (1986). *O currículo: Teoria e Prática*. São Paulo: Editora HARBRA.
Kemmis, S. (1988). *El Curriculum: más allá de la teoría de la reproducción*. Madrid: Ediciones MORATA.
Leite, C. (2003). *Para uma Escola Curricularmente Inteligente*. Porto: Edições ASA.
Nóvoa, A. (2002). *Formação de Professores e Trabalho Pedagógico*. Lisboa: Educa.
Pacheco, J. (1996). *Currículo: Teoria e Praxis*. Porto: Porto Editora.
Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
Ribeiro, A. (1990). *Desenvolvimento Curricular*. Lisboa: Texto Editora.
Roldão, M. C. (1999). *Gestão Curricular: Fundamentos e Prática*. Lisboa: Ministério da Educação/Departamento de Educação Básica.
Silva, T. (2000). *Teorias do Currículo: uma introdução crítica*. Porto: Porto Editora.
Young, M. (2010). *Conhecimento e Currículo. Do Sociostrutivismo ao Realismo social na Sociologia da Educação*. Porto: Porto Editora.
Zabalza, M. (1992). *Planificação e Desenvolvimento Curricular na Escola*. Porto: Edições ASA/Coleção Perspetivas Atuais.

OS DESAFIOS DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA – O PAPEL DOS PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS E PROFISSIONALIZANTES NA MANUTENÇÃO DA OCUPAÇÃO POSITIVA DOS JOVENS EM RISCO

**Filipa Manuela Gomes da Costa
Inês Salgueiro Basto Moreira
Joana Isabel Silva Vieira**

Instituto de Desenvolvimento e Inclusão Social, Portugal

Palavras-chave: escolaridade obrigatória; abandono escolar; inserção socioprofissional; Projeto CHECK IN - Entrada para o Sucesso E6G.

A educação inclusiva enquanto objetivo de desenvolvimento Sustentável incorpora em si inúmeros objetivos que versam uma educação participativa a todos, mas também inúmeros desafios, entre eles a contemplação da diversidade das crianças e jovens.

O alargamento da escolaridade obrigatória em Portugal até ao 12º ano tornou-se um desafio para alguns jovens que veem na Escola um fator de desmotivação, que resulta geralmente em elevados índices de absentismo e até abandono escolar.

O Programa Escolhas financiado pelo Alto Comissariado para as Migrações, I.P. é operacionalizado através de parcerias locais em territórios de risco, assumindo-se como uma iniciativa de sucesso nos casos de absentismo e risco de abandono escolar precoce, preconizando soluções para os casos mais preocupantes de crianças e jovens que partilham desta realidade

O projeto CHECK IN – Entrada para o Sucesso E6G é um dos projetos da Sexta Geração do Programa Escolhas, presente no território de Vila Nova de Gaia e que intervém, através do trabalho em rede com o seu consórcio de parceiros, com população jovem em situação de elevada desmotivação e em situação de risco de abandono escolar.

Este projeto surge como uma alternativa socioeducativa para esta população, sendo operacionalizado através de atividades agrupadas em percursos profissionalizantes que versam o desenvolvimento de competências pessoais, sociais, técnicas e profissionais.

Através das suas metodologias educativas formais e informais, o CHECK IN não pretende substituir-se à Escola, mas sim criar redes que permitam a valorização do sistema escolar para um retorno positivo e mais amadurecido. Em paralelo, o projeto tem como objetivo promover a educação para a profissionalidade, criando pontes para uma transição mais facilitada entre a vida escolar e a vida ativa e profissional.

Ao nível das apostas profissionalizantes do projeto, o CHECK IN incide essencialmente na área profissional da hotelaria e restauração, uma vez que esta permite o desenvolvimento de competências transversais e facilitadoras da inserção socioprofissional e da promoção de competências de autonomização.

Durante os seus primeiros 9 meses de existência, o CHECK IN já apoiou o retorno escolar de 19 jovens com idades entre os 15 e os 18 anos, bem como a inserção socioprofissional de 10 jovens com idade superior a 19 anos. Em paralelo, atualmente o projeto encontra-se a intervir 30 jovens em processo de transição (a frequentar percursos presentemente, com vista à construção de um projeto pessoal positivo) e apoiou mais de 40 jovens em situação de elevado risco (participantes diretos) na promoção de competências transversais.

Enquanto resposta temporária a curto ou médio prazo, o CHECK IN incorpora uma alternativa de transição para jovens com elevados níveis de vulnerabilidade social e escolar, devendo a metodologia do mesmo ser alargada a outras comunidades, por forma a estender e maximizar os resultados alcançados.

Assim sendo, este projeto implantado no concelho de Vila Nova de Gaia encontra-se alinhado com a promoção de um sistema educativo mais inclusivo, que, numa lógica centrípeta, tenta trazer os jovens das margens até um ecossistema educativo positivo, inclusivo e que providencie experiências e oportunidades de aprendizagem para todos.

À CAÇA DOS PROBLEMAS DA CIDADE DO PORTO: A IMPORTÂNCIA DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA PERSPETIVA DOS PEQUENOS CIDADÃOS

**Paulo Manuel Costa Lemos
Júlio Filipe Seixas da Rocha**
Universidade do Porto, Portugal

Maria Salomé Fernandes Ribeiro
Escola Secundária António Nobre, Portugal

Palavras-chave: Ordenamento do Território; Projeto Escolar; Desenvolvimento Sustentável; (Eco)Cidadania Ativa.

Esta apresentação pretende ser a voz de pequenos cidadãos do 8º ano de escolaridade da Escola Secundária António Nobre, sobre o seu projeto de turma no âmbito do tema População e Povoamento, inserido no currículo da disciplina de Geografia, cujas matrizes assentam na temática do Ordenamento do Território e das Cidades Sustentáveis e Inclusivas.

O projeto tem uma mensagem muito clara, objetiva e perturbadora: mais do que nunca, compreende-se hoje que os padrões de ocupação do território estão contínua e dinamicamente a mudar, germinando transformações ambientais, sociais, económicas, políticas e culturais que inevitavelmente influenciam as concentrações populacionais, o despovoamento, a segregação e a coesão territoriais... Isto é, afetam o potencial ecológico, paisagístico e produtivo do território, num caminho inquietante! Porque, mais do que o presente, o que nos atormenta é o futuro: como viveremos, se nada mudarmos?

A estas questões certamente ninguém saberá responder com certezas, apenas pode-se construir cenários que se poderão ou não concretizar. Contudo, o que é certo, é que se quisermos sobreviver num planeta fragilizado e prejudicado pelas nossas ações e pelo nosso padrão de desenvolvimento e consumo atuais, devemos assegurar a preservação dos recursos naturais limitados (Lopes,1996) e simultaneamente valorizar os espaços (urbanos) existentes, mais do que aqueles que estão pensados ou previstos para o futuro (Madureira, 2005). Ou seja, mais que planejar e usar, devemos ordenar e desfrutar!

Ora, aplicando tais premissas ao nosso esboço, que nasceu a partir do projeto escolar PROM@TT (Promove a Tua Terra), PROM@T' TEEN apresenta-se como uma importante contribuição dos alunos para o Ordenamento da Cidade do Porto. Através das aulas de Geografia, estes foram acicatados a procurar na sua comunidade os "problemas urbanos da cidade": através da identificação destes, elaboraram o seu respetivo "B.I" (ambiental, socioeconómico ou urbanístico) e foram desafiados, a tecer considerações e sugestões para mitigar, ou até erradicar tais problemas urbanos, indo ao encontro de um ambiente mais valorizado e de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. São estes alunos, mais do que nós, que vos alertam que o paradigma do Desenvolvimento Sustentável é (ou pode ser) a resposta de que necessitamos! Pretende-se, assim, mostrar-vos a forma como os nossos pequenos cidadãos conseguem ter já uma visão territorial que lhes permite identificar os problemas que o afetam, e propor medidas para os resolver e valorizar o desenvolvimento económico-social, a gestão dos recursos naturais e humanos e a preservação do património.

Concluindo, não podemos mostrar-vos soluções concretas e concretizáveis para os problemas identificados, pois não é esse o nosso propósito... Até porque o projeto ainda se encontra em aplicação e tem muito para crescer. Contudo, a nossa intenção é que a nossa voz seja ouvida como um apelo às entidades competentes pela gestão da cidade do Porto de que esta precisa de ser continuamente cuidada e valorizada, pois é a nossa cidade do presente e do futuro! Ao utilizar o Ordenamento do Território podemos e devemos definir e delinear novas estratégias de organização e planeamento do mesmo (Martinez-Fernandez et al., 2012), uma vez que o grande desafio que se visa para o futuro (e mesmo para as políticas de Ordenamento do Território atuais) é o de saber como perspetivar para estas áreas, um modelo de ocupação estável, procurando novos equilíbrios dos ecossistemas, e destes com as dinâmicas económicas e com as vivências sociais, promovendo uma valorização e reconhecimento da importância do território como um espaço de vivências, mais do que um simples espaço geográfico de suporte às atividades económicas exploradas pela Humanidade.

Bibliografia:

LOPES, H. (s/d). Considerações sobre o Ordenamento do Território. (http://www.ipv.pt/millennium/ect7_hmsp.htm - acedido em 30 de Março de 2017)

MADUREIRA, H. (2005). Paisagem urbana e desenvolvimento sustentável. Apontamentos sobre uma estreita relação entre Geografia, Desenvolvimento Sustentável e Forma Urbana. Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

MARTINEZ-FERNANDEZ, C., Audirac, I., Fol, S., & Cunningham-Sabot, E. (2012) Shrinking Cities: Urban Challenges of Globalization, *International Journal of Urban and Regional Research*, 36(2). pp.: 213–225.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO NAS EMPRESAS

Daniela Catarina Lopes Pereira
Maria Conceição Pereira Ramos
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Formação; empresas; desenvolvimento profissional.

Num mercado cada vez mais caracterizado pela instabilidade das relações contratuais, a aquisição e atualização de novas competências profissionais mediante a participação em ações de formação, constituem indubitáveis fatores de valorização profissional. De fato, a formação é considerada uma das ferramentas elementares da gestão de recursos humanos, e visa um conjunto de conhecimentos, competências de trabalho, comportamentos e atitudes para que os indivíduos possam prosseguir, de uma forma satisfatória, o trabalho que lhes compete realizar.

A problemática da formação profissional tem sido objeto de diversas abordagens, as quais evidenciam-se não só pelos quadros conceituais que mobilizam, como também pelo modo como edificam e demarcam o seu objeto de análise (Almeida et al., 2008, p.3). Ora, a abordagem feita a partir dos campos das Ciências da Educação tem-se caracterizado pela problematização do processo de desenvolvimento global dos indivíduos e da sociedade, no âmbito da educação de adultos (Canário 2000). Por seu turno, a da Economia do Trabalho, por exemplo, direciona a análise para a importância da formação profissional sob a perspetiva

do funcionamento dos sistemas económicos e no seu contributo para o desenvolvimento estratégico e competitivo das organizações (Meignant, 2003).

Esta comunicação pretende contribuir para a compreensão da relevância e impacto da formação profissional nas empresas, assim como analisar a forma como é concebida e implementada, tendo em conta os testemunhos de diversos atores, constituindo-se como objeto de estudo uma multinacional do setor da distribuição alimentar. Pretende-se, assim, elencar uma análise crítica dos contextos, das políticas e lógicas de ação que se consubstanciam em práticas e estratégias de formação e desenvolvimento. Assumem-se como principais objetivos compreender o processo formativo (conceção e acesso à formação) subscrito a uma categoria profissional- vendedor- procurando simultaneamente perceber como estes profissionais percebem, participam e vivenciam todo o processo.

Partiu-se do princípio de que são as grandes empresas e, no âmbito destas, as multinacionais, as que mais investem em formação, as que detêm um entendimento mais amplo e com práticas mais diversificadas de formação. Por outro lado, baseamo-nos numa visão humanista da educação, pelo que se considera que a formação, mais do que servir para fornecer pessoas qualificadas ao mundo do trabalho, deve servir como fim último o desenvolvimento daquelas, e constituir-se como um agente de mudança (Bernardes, 2013).

Nesta linha de pensamento, tem-se verificado que a capacidade de autoavaliação que leva as pessoas a conseguir formular necessidades de formação é raramente trabalhada no quotidiano das organizações (Rebelo, 2013). Revela-se de suma importância redireccionar o foco da formação para um cariz mais transversal, que contemple as necessidades e expectativas de desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores. Interessa-nos, pois, discutir a pertinência de uma perspectiva hierarquicamente descentralizada, orientada para uma lógica de organização horizontal e democrática, onde as necessidades formativas possam ser discutidas e consciencializadas num processo participativo de decisão (Rebelo, 2013). Através do projeto realizado foi possível, ainda, constatar que as práticas de socialização permitem aos novos colaboradores desenvolverem percepções de autoeficácia superiores e uma melhor adaptação e ajustamento ao novo papel. Como consequência, revelam-se mais empenhados e implicados com a organização e com a função que protagonizarão, conduzindo à redução de intenção de turnover (Ascensão, 2009).

Bibliografia

Almeida, A. J., Alves, N. & Bernardes, A. (2008). Estruturas e práticas de formação profissional das médias e grandes empresas em Portugal. VI congresso Português de Sociologia. Mundos Sociais: Saberes e Práticas. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Meignant, A. (2003). A gestão da formação (2ª ed.). Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Bernardes, A. (2013). Políticas e práticas de formação em grandes empresas. Porto editora lda.

Rebelo, M. (2013). Análise de Necessidades de Formação: aproximações e percursos em torno de um caso. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho.

SESSÃO 8 - PAISAGEM, PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (2)

“VINHO VERDE” - UM VINHO DIFERENTE

António Barros Cardoso

Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: “Vinho Verde”, Região Demarcada dos Vinhos Verdes, vindimas, produção vinícola no noroeste de Portugal.

Entre nós, portugueses, faz sentido a expressão “Vinho Verde” porque nos referimos a um vinho produzido numa região vitivinícola nacional, demarcada em 1908, constituída hoje por nove sub-regiões cuja especificidade está na predominância de uma casta que, embora apareça quase sempre associada a outras, se lhes sobrepõe em abundância. Desta forma confere-se variedade aos vinhos produzidos em cada uma das subdivisões que, ainda assim, recebem o qualificativo de “Verdes”. Ou seja, em Portugal ainda é comum a distinção popular entre vinho verde e maduro, que pretende contrastar os “Vinhos Verdes” com o vinho produzido nas restantes regiões vitícolas portuguesas. Contudo, tecnicamente “vinho verde” é uma região e não um tipo de vinho. Também por isso, para um estrangeiro faz pouco sentido falar-se de vinhos verdes e maduros.

A denominação “vinho verde” é assim equívoca, associa o vinho a uma cor - o verde. Daí ser legítima a interrogação, porque é que este vinho se chama de “verde”? Sem querermos resolver a questão definitivamente, propomo-nos, em breves linhas, tentar fazer um ponto da situação no que se refere a respostas diversas a esta perplexidade.

Recorrendo às principais linhas de força que imprimem carácter diferenciador a tais vinhos, faremos uma abordagem aos sistemas tradicionais dos encepamentos e à sua evolução, passando ainda por uma breve, referência ampelográfica em perspetiva histórica, procurando a osmose regional entre tradição e modernidade, neste domínio.

Apesar de muito fustigada pelas doenças na segunda metade do século XIX, a produção vinícola no

noroeste de Portugal ainda era uma das principais fontes de rendimento das populações e dos senhorios entre os séculos XVII e XIX. Afinal os compromissos pelo São Miguel de Setembro continuavam a onerar a propriedade, embora muitas vezes o valor dos géneros agrícolas fosse já convertido em moeda corrente. As gentes que granjeavam a terra tiveram de manter as suas lavouras e, se é verdade que o ódio a que se seguiu a filoxera, atacaram as vides um pouco por todo o lado, não é menos verdade que, estando a Região dos Vinhos Verdes menos exposta a estas maleitas, conseguiu colocar nos mercados os Vinhos Verdes a preços mais compensadores. Ou seja, a crise vinícola geral da segunda metade do século XIX não se fez sentir com tanta intensidade nesta região.

Igualmente diferenciador na Região Demarcada dos Vinhos Verdes foi e ainda é, o momento da vindima, que representa o culminar de um ano árduo de trabalho. Quando o verão parece enfraquecer, fecha-se o ciclo da videira para dar lugar ao ciclo do vinho. Em alguns casos, mesmo em finais de agosto começava a preparar-se o tempo da colheita das uvas. Inicia-se o ciclo de produção do vinho. Abrem-se as adegas e cuida-se dos materiais para a safra, materiais necessariamente diversos de outras regiões vitivinícolas já que diferente é o território dos “verdes”. Tratamos assim de um vinho diferente, porque desde o século XIX que os processos empíricos de avaliação do estado da uva para se proceder à vindima foram sendo gradualmente substituídos por técnicas modernas de medição da intensidade de açúcar nas amostras de mostos resultantes de pequenas quantidades de uvas, próximas da maturação, colhidas nas vinhas com essa finalidade.

A singularidade dos Vinhos Verdes lê-se igualmente na forma como quem os comercializa procura emprestar-lhes a diferença na maneira de os conservar. Ou seja, as estruturas vinárias e o vasilhame espelham igualmente características intrínsecas ao produto. Mais recentemente, as tentativas de estereotipar as garrafas que guardam os vinhos verdes e o interesse que se vota à sua “vestimenta”, (leia-se rotulagem) torna igualmente diferente a atenção do consumidor para com este vinho que, Viana do Lima e a cidade do Porto, foram dando a conhecer ao mundo, com certeza, desde meados do século XVII.

STAKEHOLDERS' PERCEPTIONS ON TOURISM IMPACTS OF A PORTUGUESE WORLD HERITAGE HISTORIC CENTER: THE CASE OF OPORTO

Laurentina Maria da Cruz Vareiro
Raquel Vale Mendes
Institute of Cávado and Ave, Portugal

Keywords: cultural tourism, historic center, stakeholders' perceptions, tourism impacts, World Heritage Site.

The World Heritage List (WHL) is generally considered an important tool for national and international tourism campaigns. Sites inscribed on the WHL by the United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization (UNESCO) are commonly used to promote the tourism industry, thus contributing to economic growth and development. Given that support for tourism development is affected by the perceived impacts of tourism, which may be both positive and negative, policy-makers and planners need to incorporate local stakeholders' opinions into tourism development by continuously monitoring these opinions in order to maximize the benefits and minimize the adverse affects.

This study employs a case study approach to explore the issue of the local stakeholders' perceptions of the importance of the World Heritage Site (WHS) classification of the historic centers by UNESCO. The case study is the historic center of the city of Oporto. It also measures the economic, social and cultural, and environmental tourism impacts on the municipality of Oporto, perceived by local stakeholders.

The research adopts the combination of quantitative and qualitative methods. Questionnaire surveys to local people who live in/around the WHS are adopted for the former, and semi-structured interviews with local specialists, who are familiar with the WHS, tourism and heritage conservation, are used for the latter. Data regarding local people are collected using a self-administered survey applied to convenience samples of local residents of Oporto in the beginning of 2017. Insight gained from the empirical analysis undertaken in this study may be an important tool for policy-makers and tourism planners in the development of strategies with regard to the future management of the certified site and tourism development associated to it.

O CAMPO DO CIRNE DO PORTO: PAISAGEM, MORFOLOGIA URBANA E ARQUITETURA HABITACIONAL

Nuno Paulo Soares Ferreira
Manuel Joaquim Moreira da Rocha
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Paisagem Urbana; Arquitetura; Habitação.

A partir de meados do século XIX, como consequência da Revolução Industrial, o Porto vive um período de forte dinamismo demográfico, industrial, comercial e urbanístico. A cidade vai ganhando uma nova configuração, ocupando às zonas mais periféricas e rurais não intervencionadas pelos Almadas. A abertura,

remodelação e conclusão de artérias e praças é acentuada. É neste contexto que surge a urbanização do Campo do Cirne na freguesia do Bonfim.

A 3 de Maio de 1882 dá-se a expropriação e loteamento da Quinta do Reimão (ou Cirne). Os seus compradores (o negociante Eduardo Ferreira Pinheiro e o capitalista Joaquim Domingues Ferreira Cardoso) cederam gratuitamente ao Município uma parte dos terrenos, para que fossem ampliados e construídos novos arruamentos na zona. O projecto para esta nova zona, datado de 14 de Setembro de 1882 e aprovado a 5 de Abril do ano seguinte, foi elaborado pelo engenheiro João Carlos d'Almeida Machado da 1.^a Repartição de Urbanismo e Expropriação da Câmara Municipal. Posteriormente, e até 1914, foram sendo apresentados diversos projectos, estudos e plantas complementares ao “Projecto de Arruamento nos Campos denominados do Cirne”.

Na concepção do projeto de 1882 foram tidos em consideração os princípios conceptuais usados por Haussmann na reconstrução de Paris e por Cerdá em Barcelona, embora de forma adaptada à realidade portuense, nomeadamente à prática urbanística da cidade e, em particular, à prévia intervenção pelos Almadas. As diversas artérias desenvolvem-se tendo por base a ligação a uma série de edifícios e equipamentos públicos: a poente o Jardim de São Lázaro, a norte o Campo 24 de Agosto, a nascente o Largo Fronteiro ao Cemitério Oriental (atual Largo de Soares dos Reis), a sudoeste a Praça da Alegria, e a sudeste o Largo do Padre Baltazar Guedes. Toda esta composição é estruturada pela grande Avenida Rodrigues de Freitas, que teve como referência os boulevards parisienses. O cruzamento destas artérias cria uma série de quarteirões de formas irregulares, dimensões contidas e com uma certa regularidade no dimensionamento das frentes de rua, lembrando o plano de Cerdá e distinguindo-se dos utilizados nos planos almadinos. Quanto ao loteamento, o autor teve por base o lote estreito e comprido já presente na malha urbana da cidade.

Ao mesmo tempo que são pensados os arruamentos para esta nova zona, foram também idealizados alguns alçados-tipo baseados na arquitetura neopaladiana. Estes alçados distinguem-se hierarquicamente (para a rotunda, para a avenida principal e para as restantes artérias) pelo porte dos edifícios, pela estética e gramática ornamental usada e pelo número de andares. Tal como verificado em relação ao projeto de arruamento, também os alçados-tipo não viriam a ser executados com o grau de influência das correntes internacionais inicialmente pensado, mas antes com adaptações à realidade arquitetónica da cidade.

A criação deste zona residencial representou uma importante operação urbanística de estruturação e organização espacial da zona oriental da cidade do Porto, onde destacam diferentes tipologias habitacionais com apurado desenho arquitetónicas. Considerada à época uma zona de elite, é também o local onde vai surgir o primeiro grande imóvel de habitação social coletiva da cidade (o Bloco Duque de Saldanha). O presente estudo combina informação de diversas fontes arquivísticas e iconográficas, de modo a caracterizar a urbanização do Campo do Cirne no contexto da paisagem urbana da cidade do Porto na primeira metade do século XX, nomeadamente em termos de arquitetura habitacional.

SESSÃO 9 - SOCIEDADE E CULTURA (3)

DIFERENÇAS CULTURAIS E CONFLITOS SOCIOECONÓMICOS DURANTE A SEGUNDA REPÚBLICA ESPANHOLA

Tatyana Dimitrova

University of Veliko Tarnovo, Bulgaria

Palavras-chave: História Contemporânea, Segunda República, ditadura, conflitos, cultura.

O século 20 foi muito confuso, conflituoso em Espanha – o país participou na colonização da África e conquistou Marrocos espanhol, o Sara Ocidental e a Guiné Equatorial. As perdas maciças da população das tribos da área de Rife em Marrocos na guerra arruinaram a estabilidade da monarquia, o que conduziu ao estabelecimento do regime autoritário sob a direção do General Primo de Rivera (1923- 1931) que terminou com a criação da Segunda República Espanhola e com a chegar ao poder do General Franco.

Por seu lado, depois de um período de ditadura de sete anos, a Espanha adotou uma outra alternativa- a Segunda República Espanhola, o que representa um período que deve ser entendido não só como uma derrota fratricida dos regimes antecedentes, mas também como um regime político individual, autoritário. Depois de tomar o poder, a Coalizão Republicana Socialista proclama Espanha como uma república em 14 de Abril de 1931. Colocado perante uma série de obstáculos, o novo regime proporcionou muitas expectativas de reformas. Efetivamente, perante a abdicação pacífica de Alfonso XIII (causada pelo mau resultado nas eleições municipais em 12 de Abril) facilitaram-se consideravelmente as reformas. Tendo em conta que os pilares da monarquia- a igreja, o exército e os oligarcas agrários, declinaram o seu apoio ao rei, a abdicação foi inevitável

Depois de tomar o poder, os republicanos apresentaram-se numa posição significativamente melhor para fazer reformas. Porém, faltava-lhes a concórdia no que diz respeito aos objectivos, às estratégias necessárias e, acima de tudo, às decisões políticas alternativas.

O carácter pacífico da transferência de poderes aumentou o apoio dos correntes antimonarquistas, particularmente depois de terminar a ditadura de Primo de Rivera, em Janeiro de 1930. A maioria dos

cidadãos ficou convencida de que o regime democrático parlamentar podia satisfazer a maioria dos desejos manifestados.

Ao surgir da Segunda República, o Status Quo existente nas áreas rurais mudou. Na verdade, desde 1931 que as reformas na legislação laboral incluíram a participação de um comité arbitral que velava pelos empregos não regulamentados, fora do horário dos trabalhadores. Esta mudança representou uma oportunidade de organizar os trabalhadores contra os proprietários, especialmente depois da alteração da proporção dos poderes detidos pela maioria dos municípios, dominando os republicanos e os socialistas. Esta reorganização radical dos espaços rurais foi disputada pelos proprietários através da renovação das antigas uniões agrícolas, criando-se novas com o fim de impedirem as reformas de nível local. A finalidade dos proprietários revelou-se simples- eliminar os socialistas e a sua legislação, restituindo assim as áreas rurais ao status quo monarquista. Nestas circunstâncias, as relações laborais nas áreas rurais enfrentam dificuldades não só porque as exportações diminuíram significativamente, mas também porque o desemprego aumentou. Assim, revelou-se mais difícil para os trabalhadores aceitarem a nova legislação labora, bem como os ritmos lentos da reforma agrária. Tal como os proprietários, os representantes gerais demonstraram de maneira tácita o seu protesto contra o governo e contra as perturbações laborais de então. Por seu lado, ao contrário da maioria dos proprietários rurais, o protesto dos empresários urbanos não se orientou à República mas aos socialistas dirigentes.

Por seu turno, a influência da Grande Depressão Mundial nas relações entre trabalhadores e empresários durante a República Espanhola foram de reduzida importância. É, porém, importante acentuar que algumas das atividades principais, como por exemplo a construção, a metalurgia e a indústria mineira no Principado das Astúrias, e outros setores agrícolas para a exportação, foram seriamente influenciados pela crise económica. Assim, para a Segunda República, o elevado desemprego representa um desafio grave, dada a existência de 2/3 de trabalhadores afetados em algumas províncias do sul. Até ao inverno de 1932-1933 os meios financeiros direcionados às prestações sociais estavam esgotados. Entretanto, as relações entre trabalhadores e empresários pioraram bruscamente, causadas no essencial pelo aumento constante do desemprego, sobretudo após 1931.

Os “defeitos” da política republicana têm a ver com a atividade dos numerosos grupos locais autónomos provinciais que compõem comunidades de diferentes organizações regionais. Estes, porém, representavam apenas uma parte da classe média, já que a fonte mais considerável de instabilidade ficava fora do campo republicano, ou seja, apoiava-se na classe média católica.

A falta de projetos económicos consideráveis, assim como os anelos políticos para um orçamento mais balanceado e impostos fiscais mais baixos, conduziram à recessão. O grande défice herdado pela ditadura, assim como os fracos recursos fiscais do país limitaram por complemento as decisões políticas do governo. Segundo muitos analistas o Governo Provisório abalçou-se para reformas ainda nos tempos de recessão económica, de incerteza política à escala mundial. Por causa disso, a situação política na Segunda República complicou-se, aumentando a instabilidade. Esta não resultou do impacte tradicional entre o “proletariado” e a “burguesia”, mas sim dos conflitos socioeconómicos, complementados pelas diferenças culturais das várias regiões.

PERCEÇÃO E SENTIMENTO DA INSULARIDADE: A MUDANÇA PELA CONSTRUÇÃO DA PONTE DE UNIÃO DA ILHA DE AROUSA (GALIZA) COM O CONTINENTE

**Diego Cidrás
Miguel Pazos**

Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

Palavras-chave: Insularidade; partilha modal; mobilidade branda; cultura do automóvel; espaço público.

Estudamos o impacto que teve a construção da ponte da Ilha de Arousa (ria de Arousa, Galiza) com o continente sobre a comunidade local. Partindo de uma caracterização da insularidade como eixo identitário deste espaço, pesquisamos as mudanças que desde o ano 1985, data de inauguração dessa infraestrutura, têm experimentado os diferentes indicadores de mobilidade interna da ilha. A introdução da cultura do automóvel implicou mudanças ostensíveis na partilha modal e, finalmente, a transformação das pautas de comportamento da comunidade.

Ilha de Arousa é um município da comarca do Salnés. O seu carácter de município insular é único na Galiza. A Arousa, topónimo coloquial empregado pela maioria da sua população, com uns 5.000 habitantes, conta com uma economia baseada na indústria pesqueira e no turismo. A construção da ponte causou uma progressiva integração da Ilha na vida económica e social do resto da comarca continental e, em consequência, no denominado eixo atlântico galego (Pazos et al., 2015; Lois, 2004).

Os espaços insulares, além da sua singularidade geográfica, costumam desencadear na população que os habita um modo de vida e um sentido do lugar únicos. As lógicas dum mundo cada vez mais homogeneizado desde as perspectivas económica e cultural jogam na contra dalguns destes aspectos (Tuan, 1995). Nesta investigação questionamos o hipotético benefício da forte introdução do carro num espaço em que a mobilidade branda, no passado dominante, era o fundamento do modelo de vida, um modelo que ironicamente se idealiza hoje nas grandes urbes do presente.

Partimos da hipótese de que a construção da ponte que une Ilha de Arousa com o continente causou

aparentemente uma notável alteração na maneira de viver da população local. A análise deste fenômeno socioterritorial será o alvo desta comunicação. A caracterização da insularidade e da mobilidade interna serão os dois eixos temáticos principais. Consideramos que a área de estudo mostra numerosas potencialidades relativamente à mobilidade sustentável que, ainda que tradicionais, poderiam estar na atualidade em risco dum hipotético processo recessivo. Todas as nossas pesquisas terão o ano 1985 como ponto de referência. Como objetivo final, procuraremos identificar os desajustes do sistema modal, estudá-los e poder desenhar uma série de propostas para a melhora e desenvolvimento da mobilidade interna desde uma perspectiva sustentável, visando à melhora da qualidade de vida local.

A investigação recolhe testemunhos diretos dos insulares, entendidos como protagonistas do processo de mudança. A sua percepção e valoração obtêm-se a partir do uso de técnicas qualitativas (observação, entrevistas, debates escolares, mapas mentais, documentação histórica) e quantitativas (quantificações do trânsito local).

Os resultados obtidos apontam a uma progressiva desumanização do espaço público ilhéu. Antes da construção da ponte, este espaço caracterizava-se por desenvolver uma forte identidade própria e um modo de vida condicionado com certeza pelo isolamento físico. A dependência do transporte marítimo era, para além de incômodo, uma ameaça constante diante de situações de emergência médica ou sanitária. Internamente, os deslocamentos, na sua maioria a pé ou bicicleta, são na atualidade rememorados de maneira bem diferente, ora por serem agradáveis, ora pelo incomodo que supunham em determinados contextos laborais ou meteorológicos. Consequentemente, a inauguração desta infraestrutura foi aceite e celebrada pela totalidade da população.

A noção da insularidade, entendida como uma construção social que vai além do isolamento físico, não se viu especialmente alterada ao longo destas três décadas, porquanto a população local tende a conservar aqueles elementos identitários mais característicos. A ponte, assumida como o grande símbolo desta ilha, semelha reforçar a própria noção da insularidade. A sua imagem, empregada como atrativo turístico, representa o distanciamento e a singularidade dum lugar especial, por vezes paradisíaco. Neste senso, os insulares teriam conseguido adaptar-se às novas lógicas dum modo de vida distinto do passado, mantendo, porém, uma identidade própria, alicerçada na insularidade.

O lado negativo deste processo estudado encontra-se na evolução da mobilidade interna. Nesta investigação verificou-se que Ilha de Arousa foi o município galego com maior regressão da mobilidade branda num decênio (-11,78% entre 1998 e 2008). A partir da construção da ponte, Arousa passou dramaticamente de contar com um reperto modal em que dominava a mobilidade branda ao automóvel como meio de transporte hegemônico. A perda de espaço público pedestre e ciclista evidencia-se no dia a dia insular. Deste modo, nesta investigação testemunha-se que os habitantes da ilha manifestam que as alterações nas dinâmicas de mobilidade estão a serem as principais causadoras duma mudança no seu modo de viver.

Referências

Lois, R.C. (2004): «Estrutura territorial de Galicia», em Rodríguez González, R. (dir.): Os concellos galegos para o século XXI. Análise dunha reestruturación do territorio e do goberno local. Santiago de Compostela: IDEGA/FEGAMP, p. 101-160.

Pazos, M., Varela, M. e Lois, R.C. (2015): «O corredor urbano atlántico de Galicia. Cara unha nova xeografía da mobilidade?». Revista de Geografía e Ordenamento do Território 1(7), p. 283-300.

Tuan, Y.-F. (1995): «Island selves: human disconnectedness in a world of interdependence». Geographical Review 85 (2), p. 229-239

LA POBLACIÓN DE LAS ÁREAS URBANAS DE LA PENÍNSULA IBÉRICA EN LA PRIMERA DÉCADA DEL SIGLO XXI

Ángel Miramontes Carballada

Universidade de Santiago de Compostela, España

Palavras-chave: áreas urbanas, población, Península Ibérica, España, Portugal.

Según datos de la ONU el 54% de la población mundial actual reside en áreas urbanas y se prevé que para 2050 llegará al 66%. Los mayores incrementos se producirán en India, China y Nigeria en gran medida por factores tradicionales como los desplazamientos de la población de las áreas rurales a las urbanas y el incremento de las tasas de natalidad y ausencia de políticas demográficas.

A escala mundial la UE (Unión Europea) es de uno de los espacios más urbanizados, más del 75% de su población vive en áreas urbanas, mientras que el suelo urbano representa el 25% de la superficie europea. Estas y otras características suscitan una gran inquietud sobre el comportamiento de las áreas urbanas y metropolitanas de la UE. En 2020 se estima que el 80% de los europeos residan en espacios urbanos y en algunos países la proporción superará el 90% de la población. Por lo que estamos ante unos cambios de usos del suelo, modificaciones del paisaje y transformaciones del medio muy significativo. Las ciudades de la UE se extienden y a su vez reducen las distancias-tiempo entre ellas. De hecho, la expansión urbana se mantiene desde los últimos 50 o 60 años. Esta expansión urbana es uno de los principales retos que hay que estudiar dentro de la actual UE urbana, pues cada vez son más las áreas urbanas europeas donde la tasa de cambio del uso del suelo rústico a urbano, es superior a la tasa de crecimiento demográfico.

Además la población de Europa se está moviendo hacia el noroeste. El PIB de los países más orientales del continente parece estar en auge, mientras que el campo y muchas ciudades más pequeñas continúan despoblándose a expensas de las grandes aglomeraciones urbanas. Los países del sur de Europa siguen sufriendo bajo la austeridad y las ciudades de todo el Mediterráneo están, sin embargo, entre las de mayor crecimiento en términos de población.

Dentro de los países del sur de Europa se encuentran España y Portugal. Este territorio concentra el 10% de la población de la UE, donde su población presenta un preocupante proceso de envejecimiento. La esperanza de vida aumenta a la par que la tasa de natalidad cada vez es menor. Desde el punto de vista del sistema de educación existe una clara heterogeneidad, pues presenta un elevado abandono escolar. Sin embargo, es uno de los territorios donde hay más personas con estudios superiores, indicador que a su vez crea un desequilibrio dentro del mercado laboral, pues su entramado empresarial no está preparado para emplear a tanto titulado superior que, entre otros factores, provocan que en la Península Ibérica exista una elevada tasa de desempleo. Así como una reactivación de un fuerte proceso de emigración de españoles y portugueses cualificados hacia otros países. Por lo que se vuelve a repetir un proceso de emigración que siempre estuvo muy presente dentro del espacio Ibérico en diferentes periodos del siglo XX. Aunque con la diferencia que en esos momentos del siglo pasado, eran personas sin cualificación. A lo que hay que añadir que, en la primera década del siglo XXI, España fue destino de un elevado número de inmigrantes que en la actualidad ya han regresado a sus países de origen (Ecuador, Bolivia, etc.). La situación de bienestar y empleo es preocupante en España y Portugal, pues los valores de la tasa de paro o el porcentaje de población en riesgo de pobreza, son de los más elevados de la UE. Al analizar en conjunto la Península Ibérica las medias están un poco más próximas a las de la UE.

O VINHO NA OBRA D'ÊÇA DE QUEIROZ: A CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO EUROPEU DO “SAVOIR-VIVRE” ENTRE A CIDADE DAS LUZES E AS SERRAS DE PORTUGAL

Ana Maria Binet

Université de Bordeaux Montaigne, França

Palavras-chave: Eça de Queiroz, espaço cultural europeu, “savoir-vivre”.

Eça de Queiroz, personagem maior do nosso panorama literário português, era uma personalidade fundamentalmente cosmopolita, que colocava o seu país natal num lugar à parte, entre uma ruralidade “saudável” e uma tentativa, muitas vezes lograda, de se elevar ao nível da Europa “civilizada”. O conceito de “savoir-vivre”, na época “evidentemente” francês, era para ele um marco a alcançar, assim como um instrumento de civilização. O vinho, produto desenhando um território civilizacional milenário, não podia deixar de ser um elemento central dessa arte do “savoir-vivre” ocidental. Reflete ele, na obra d’Eça de Queiroz, as qualidades (e por vezes os defeitos) intrínsecos de cada sociedade, servindo de ponto de comparação, permitindo caracterizar domínios culturais que ultrapassam as fronteiras políticas.

Os romances d’Eça de Queiroz, como o sobremaneira conhecido As Cidades e as Serras, apresentam numerosos exemplos do que afirmamos, e são esses exemplos que nos propomos estudar nessa perspetiva guiada por um conceito de “savoir-vivre”, que participa na criação de um espaço cultural europeu.

SESSÃO 10 - ECONOMIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (1)

OS MAIS RECENTES DESAFIOS DA POLÍTICA FISCAL DA UNIÃO EUROPEIA

Glória Teixeira

Marlene Teixeira de Carvalho

Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Evasão e Fraude fiscais; Planeamento Fiscal Abusivo; "Europa 2020"; "BEPS".

A fiscalidade é a base da soberania das nações, correspondendo a um instrumento de regulação económica capaz de influenciar o consumo, de incentivar a poupança e de orientar a forma de organização das empresas. Numa Europa dita unida é cada vez mais importante – e aliás, é já reconhecida como uma das novas prioridades do espaço europeu – garantir que os regimes fiscais nacionais sejam abertos e equitativos, e não concebidos para atrair empresas estrangeiras de forma desleal ou diminuir a matéria coletável de outros países. O que se pretende não é a uniformização dos sistemas nacionais através de imposições obrigatórias, mas sim a sua compatibilização de forma a garantir um bom funcionamento do mercado único.

Nestes termos, constituem desafios atuais da política fiscal da UE, a eliminação de obstáculos fiscais à atividade económica transfronteiriça, o combate à concorrência fiscal nociva, à evasão e à fraude fiscais, ao planeamento fiscal abusivo, ao branqueamento de capitais, a promoção de uma maior cooperação entre as administrações fiscais, e, não menos importante, o apoio aos objetivos políticos de âmbito mais geral da UE, definidos na estratégia “Europa 2020”, para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Tanto a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu, como a própria Jurisprudência do TJUE – esta última

com a sua reconhecida influência – têm vindo a adotar medidas significativas, reforçando a cooperação, a coordenação e a transparência entre Estados-Membros nestas matérias. Entre elas salientem-se: a proposta da Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva (UE) 2013/34/UE no que respeita à divulgação de informações relativas ao imposto sobre o rendimento por determinadas empresas e sucursais; a Diretiva (UE) 2016/881 do Conselho de 25 de maio de 2016 que altera a Diretiva 2011/16/UE no que respeita à troca automática de informações obrigatórias no domínio da fiscalidade; a proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva (UE) 2015/849 relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo e que altera a Diretiva 2009/101/CE ; a Diretiva (UE) 2016/1164 do Conselho de 12 de julho de 2016 que estabelece regras contra as práticas de elisão fiscal que tenham incidência direta no funcionamento do mercado interno; a Diretiva (UE) 2016/2258 do Conselho de 6 de dezembro de 2016 que altera a Diretiva (UE) 2011/16/UE no que respeita ao acesso às informações antibranqueamento de capitais por parte das autoridades fiscais. Ou ainda o Regulamento (UE) 1286/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2013, que estabelece um programa de ação destinado a aperfeiçoar o funcionamento dos sistemas de tributação na UE para o período de 2014-2020 (Fiscalis 2020) e revoga a Decisão 1482/2007/CE.

Considerando que a dimensão da evasão e da elisão fiscais está estimada pela Comissão Europeia em um bilião de euros por ano, e pela OCDE numa perda de receitas a nível mundial entre 75 a 180 mil milhões de euros anuais (a níveis de 2014), todas as medidas referenciadas supra se demonstram essenciais. Uma cooperação internacional forte, na qual se destaca o plano de ação do G20/OCDE (“BEPS”), essencial no combate à erosão da base tributária e à transferência de lucros, ou ainda variadas comunicações da Comissão Europeia, como a de 5 de julho de 2016, sobre medidas futuras destinadas a reforçar a transparência e a combater a elisão e a evasão fiscais materializam um esforço redobrado tanto das Nações, da UE e de toda a Comunidade Internacional na obtenção de uma fiscalidade mais justa, mais simples e mais eficiente.

GLOBALIZATION AND FOREIGN POLICY IN SOUTHERN EUROPE: A SHORT INTRODUCTION

Pedro Ponte e Sousa

New University of Lisbon, Portugal

Keywords: globalization; global governance; foreign policy; foreign policy analysis; Southern Europe.

Globalization is one of the most important social phenomena in the contemporary world, shaping all dimensions of societal life. However, both among globalization theory as well as foreign policy (FP) studies (and FPA, in particular), the impact of globalization on the state, the effects of political globalization and the transformations it brings to FP have been understood as (not so relevant) contextual elements, described in a generic way or even completely excluded from those research fields and interests. Nevertheless, the particular characteristics in which FP activities are developed render essential, rather than ignoring the state and its external action, to strengthen its study seeking to assess the scope, nature and impact of globalization on its international activity.

Following a brief overview on the interaction between globalization theory and FP, as well as between FP studies and globalization, we will explore the analysis model, analysing these challenges on two different levels. Firstly, the impact of globalization in FP: the higher relevance of multilateral or bilateral relations; the identification of certain problems (threats/risks) as global, and requiring a global response; and (growing?) influence/involvement of other actors in the decision in FP at the national level. Secondly, the greater role played by global governance (GG) in FP issues: to identify the (growing?) influence/involvement of other actors in the implementation of FP, or decision in GG structures; the influence of multiple levels of governance in FP; an increase in temporary coalitions, and greater adaptation to the international environment; and shaping GG structures as a FP goal. We are particularly interested in the characteristics and implications of some core prerogatives of our theoretical framework, as well as the limitations and possible solutions to the challenges that studying globalization and the contemporary foreign policy of Southern European countries poses. Our claim is that FP studies could be rendered more valuable and specific if they adapt to include globalization in its studies as a relevant variable, particularly if they do so in a systematic and comparative fashion.

THE ECONOMIC CONVERGENCE WITHIN THE EURO AREA – RECENT EVOLUTIONS AND PERSPECTIVES

Andrei Radulescu

Banca Transilvania and Romanian Academy (Institute for World Economy), Roménia

Keywords: euro area economy, economic convergence, EU Governance

The Euro Area post-crisis economic cycle (started in mid-2013) consolidated in 2016. In other words, the region presented resilience to the accumulation of several challenges (the populist pressures, the terrorism

threats, the disorderly migration and the structural problems in the banking sector).

This resilience was determined by the New Economic Governance. On the one hand, the European Central Bank intensified the expansionary monetary policy, which determined the decline of the financing costs in the region to record low levels, supporting the investments of the companies and the household consumption. On the other hand, the fiscal consolidation process continued, with the budget deficit (as % of GDP) diminishing to the pre-crisis levels.

The record low level of the financing costs, the gradual re-launch of the credit markets and the decline of the public finance deficits are among the factors that contributed to the consolidation of the leading indicators in the region to the highest level since the spring of 2011. In this context, the economic convergence within the region initiated a positive trend.

The aim of this paper is to analyze the real economic convergence process in the Euro Area over the past two decades. The analysis employs the Cobb Douglas and Hodrick- Prescott methodologies in order to distinguish between the structural and cyclical components of the GDP for the Euro Area member countries, using Eurostat and Ameco databases.

According to the results the convergence of the economic cycles of the Euro Area member countries presented a record high level in 2016, an evolution strongly influenced by the New Economic Governance in Europe.

On the other hand, the convergence of the structural components of the GDP stagnated in 2016, as the structural reforms did not accelerate, given the intensifying populist and protectionist pressures.

However, according to our analysis, the convergence of the potential GDP between the Euro Area and the United States returned to the pre-crisis levels in 2016.

In our view a sustainable long-run convergence is dependent on new structural reforms in the Euro Area. In this context we consider that 2017 may be a decisive year for convergence, given the electoral context in Germany and France.

BULGARIA IN THE EUROPEAN UNION – 10 YEARS LATER

**Milen Penerliev
Veselin Petkov**

University of Shumen "Konstantin Preslavski", Bulgaria

Keywords: EU, Bulgaria, development, issues.

January 1st, 2017 marked the 10th anniversary of the accession of Bulgaria to the European Union. The present paper examines the temporal aspect of the basic demographic and socio-economic indicators of Bulgaria for its 10-year membership in the EU. Throughout this period Bulgaria remained the poorest country in the Community, lagging behind its newest member - Croatia. In demographic terms, Bulgaria exhibits the highest levels of negative natural growth of the population (-5.4 ‰), negative net migration rate of nearly 30 thousand people for 2015 alone, which equals a medium-sized Bulgarian town. In socio-economic aspect, the salary income for 2015 was only € 3,344, or € 278 a month. While the share of poor residents of the EU is 24.5% on the average, that share in Bulgaria reaches some 48% of the population as of 2013 and significantly exceeded the rate of poverty in a troubled country such as Greece, where that share is around 36% of the population. The unemployment rate at the end of 2016 was 7%, which seems to be the only parameter resembling the average European value. The benefits for the country in terms of EU funds utilization and free movement of people and goods have also been analyzed for the 10-year period in discussion. It can be firmly stated that Bulgaria is one of the countries which has benefitted the most from its EU membership. Since 2007 Bulgaria has contributed to the EU budget with BGN 6.2 billion (by the beginning of 2015), while in the same time it has received BGN 20.9 billion. The financial support has been provided through pre-accession instruments such as PHAPE, ISPA, SAPARD, as well as through the EU structural and cohesion funds, the Schengen agreement assistance program, the European Agricultural Fund for Rural Development and the European Maritime and Fisheries Fund, the direct payments to farmers and the Kozloduy International Decommissioning Support Fund. On a comparative basis, the paper reveals Bulgaria's place among the other European countries. The overall standpoint is that during the discussed period the population has not increased its standard of living, nor has it improved its demographic indicators. As far as income is concerned, it has increased (over 40% for the 2010-2016 period), but that has not improved the purchasing power of the population - it has slightly increased for that same period of time from 0 to 20% depending on the various goods, and yet, in some cases the purchasing power has even shown a negative trend. In regional aspect, the difference in the standard of living in rural and urban settlements has become even more glaring. In a region such as Northwestern Bulgaria, the negative natural growth exceeds -17‰ while the mortality rate of the rural population drastically exceeds that of the urban population. However, sociological surveys show that over 60% of the country's residents actually support the EU and the remaining of Bulgaria within the structures of the Union.

SUSTAINABLE URBAN PLANNING FRAMEWORK AND SPORT MEGA-EVENTS IMPACTS

Farideh, Baroghi
Paulo Ribeiro
Júlia M. Lourenço
Universidade do Minho, Portugal

Keywords: Sport mega-events; impacts; urban planning; Olympics host cities!

Studies of sport mega-events have been mainly concerned with several impacts including the economic, socio-cultural, physical and environmental dimensions. Sport mega-events emerged to have positive impacts on urban development through the urban projects and regeneration. Mega-events' urbanization has obviously grown in terms of content, scale, form and complexity but they can be planned as an opportunity of accelerated sustainable urban development for their host cities. These unique circumstances of urban change on a large scale and at excessive speed allow us to observe the dynamics of urban development that would otherwise take decades to realize. The deadline for hosting an event helps to speed up the process of urban changes such as in the case of transport facilities and sport infrastructures. They can also be the cause to other urban facilities improvement such as leisure, commercial facilities and green and open spaces with the purpose of developing physical appearance of the host city. These events can be seen to spark massive urban interventions by being built among poorer areas of host cities. Sport mega-events are considered drivers that effect on design of the cities and consequently urban life is direct and indirectly influenced. As the design of cities plays a significant role in relation to the impacts of urban development, they can also provide a good opportunity to city management, local authorities and urban planners to redevelop brown fields or deprived neighborhoods.

However, to host large scale mega-events for cities is also associated with major risks. Therefore, the main challenge is that the sport mega-events' contributes to the process of urban sustainable development and to enhance the urban planning role in event planning in order to achieve long-term benefits and minimize the negative consequences. Preparation for hosting a mega-event such as the Olympic Games begins with the bidding process and continues in the post-event period, causing several changes in the host cities. Each phase requires urban planning actions associated with the sport mega-event planning in order to achieve sustainable urban development goals. Any host city requires taking action interlinked with urban planning and urban management that enable the city to improve through hosting an event. This article examines the relation between staging a sport mega-event within or without a sustainable urban planning framework and their likely positive or negative impacts in social, economic and environmental dimensions on host city. Several examples of cities that hosted Olympic Games and World Cups across the last twenty years will be used as examples for smaller cities that can host smaller events at their own scale.

SESSÃO 11 - ECONOMIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (2)

TERRITOIRES AGRICOLES ET TIC : LES SITES INTERNET DES EXPLOITATIONS AGRIQUES, ACTEURS DU TERRITOIRE AGRICOLE AQUITAIN

Valérie Kociemba
Université Bordeaux Montaigne, France

Mots-clés : Territoires agricoles, TIC, territoire agricole aquitain

La conjonction de coordination « et » du titre est à elle seule le cœur de la problématique de cette communication. Une conjonction permet d'additionner deux éléments de même nature et même fonction, si cette affirmation s'avère vraie dans notre titre sur le plan syntaxique, elle pose plus de problème au géographe. Car, pour lui de prime abord, territoire et le numérique ne sont pas de même nature. Le territoire est un espace approprié par un groupe social, ici les agriculteurs, de manière réelle ou symbolique. C'est espace est organisé, dirigé et aménagé afin d'assurer la reproduction et la satisfaction des besoins vitaux du groupe social. Les territoires s'étudient en fonction des mailles de gestion de l'espace; dans ce travail l'Aquitaine est le cadre opératoire, l'Aquitaine étudiée est actuellement une partie de la nouvelle région administrative : Nouvelle Aquitaine. D'autres mailles de gestion territoriale seront mobilisées en fonction des filières de production (communes, pays, département, AOC). Le territoire se révèle donc marqué sous le sceau de la réalité et de la matérialité. Le numérique, quant à lui, se définit comme l'ensemble des processus et systèmes techniques qui permettent de produire, transporter, traiter, échanger de l'information grâce à l'informatique et l'électronique. Les sites internet des exploitations agricoles seront « l'objet numérique » étudié, nous les considéreront dans une triple dimension: comme outils de communication, de marketing et de commercialisation.

Les sites internet des exploitations agricoles constituent un corpus de recherche qui permet d'étudier le rôle potentiel des TIC sur les territoires agricoles aquitains.

Notre réflexion menée à partir de l'étude des sites des exploitations viticoles et des exploitations intégrées

dans une logique de distribution en circuit court et /ou dans une activité d'agrotourisme en Aquitaine sera articulée autour de 3 postulats (présents selon des gradients divers dans les sites):

- L

es sites internet comme vitrines du territoire agricole. Elles présentent leurs activités et leur dynamique mais également participent à la construction de leur identité.

- Les sites internet comme liens entre le monde agricole et le monde extérieur, dans une posture de producteur / consommateur ; elles génèrent des flux de marchandises (circuits courts) et de personnes (agrotourisme, oenotourisme)

- Enfin les sites internet participent à la mise en réseau des acteurs du monde agricole et créent des interactivités.

Nous verrons en conclusion, comment ces 3 fonctions se combinent, créent des dynamiques territoriales nouvelles et participent à la valorisation du territoire agricole étudié dans son ensemble.

A LIXIVIZAÇÃO DAS PAISAGENS CULTURAIS E AS SOMBRAS EM BÉLA TARR

Mécia da Cunha Mota

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

José Gomes Vieira

Agrupamento de Escolas de Airões

António Almeida Calheiros

Centro Regional de Braga da Universidade Católica Portuguesa, Portugal

Palavras-chave: políticas públicas; paisagens culturais; adiaforização; lixivização e sombras.

Existe uma articulação sócio-espacial que reflete a intrincada relação das diferentes dimensões do ser humano com a materialidade do património natural. Nesta materialidade cruzam-se elementos de produção, habitação e sonho. Somos muitas vezes confrontados com as complexas combinações que se estabelecem entre a informalidade do desejo, e da sua operacionalização, com as políticas públicas relativas à preservação e/ou regeneração da paisagem.

Numa sociedade caracterizada pela afirmação da aparência, pela presentificação do presente, pela banalização do consumo, pela mudança, pela transitoriedade, pela fluidez, pela competitividade à escala global e pelo aseticismo, a lixivização das paisagens surge-nos como uma consequência direta de todas estas nuances. No entanto, esta lixivização apresenta uma linearidade que não atende às múltiplas e complexas relações do ser humano o seu espaço físico e existencial, o qual pode transformar-se num espaço de encenação e alienação, onde o momento banal se sobreponha à apurada consciência do momento; onde a fugacidade do instante se sobreponha à intensidade do mesmo; onde a erosão dos elementos é determinada pela singularidade da sociedade espetáculo.

No polo oposto encontramos as sombras, maravilhosamente reveladas nas sequências dos filmes do realizador húngaro Béla Tarr. Verifica-se, aí, uma íntima ligação entre a dimensão estética da paisagem sócioecológica com a dimensão política, onde se manifesta, com profundidade e sem disfarces, a condição humana e os seus modos de atuação. As paisagens assumem uma complexa e absoluta dimensão simbólica. Os cenários são percorridos por uma câmara inteligente, sensível e subtil. Uma câmara capaz de nos projetar, sem paraquedas, na meticulosidade e profundidade do detalhe. Somos lançados num clima denso e, talvez mercê do fascínio pelo estranho e uma vinculada atração pela destruição criativa, envolvidos num ambiente sedutor. A quem busca a autenticidade dos lugares na sua passagem pelo tempo, abre-se a uma miríade de paisagens alternativas, que se revelem a si e nos desvelem também.

Tendo subjacente as dinâmicas de lixivização e de sombras, na nossa perspetiva contrastantes, pretende-se aferir neste artigo, a partir do caso concreto do Bom Jesus, em Braga, as possíveis conexões existentes entre os processos subjetivos e materiais, inerentes à sustentabilidade do património cultural, com a necessidade de superação do vírus da adiaforização que esta sociedade líquida, de que nos fala Bauman, nos impõe a todo o momento. Poderão as sombras dos filmes de Béla Tarr iluminar a dimensão sócioecológica da paisagem? Que poderemos dizer ou alvitrar sem o contraponto à lixivização das paisagens, as sombras? Veja-se o branqueamento dos edifícios religiosos, como o complexo patrimonial que é o Bom Jesus do Monte, objeto de reabilitações irresponsáveis. Acene-se ao Elogio da Sombra de um Junichiro Tanizaki; acene-se à lucidez dos filmes conjugados das sombra de um Béla Tarr, acene-se ao modo luminoso de filósofos obscuros em certos quadros de Rembrandt, para perguntar, outra vez, para nos salvarmos: que dizer dessa luz de um meio-dia burocrata sem memória que destextura as singularidades? Que é dos pormenores sem as sombras em conflito com a fuga de uma luz rasante? Que dizer do público todo iluminado pan-óptico neoliberal, sem a sombra de um mundo privado e criativo?

As respostas a estas questões centrais serão apresentadas na parte empírica. Nesta parte procuraremos, através do estudo de caso, elencar a materialidade das políticas públicas numa experiência local de turismo. Aferir até que ponto os aspetos visíveis e estruturantes desta sociedade líquida influíram na recuperação desse património. Se influíram, como poderemos apresentar visões alternativas que reconciliem o humano com outra espiritualidade do lugar. Apresentaremos, como visão alternativa, a conceção tarriana da paisagem.

UMA ANÁLISE DAS FORMAS DE RESISTÊNCIA E OU ADAPTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS DO CAMPO DA MESORREGIÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA/BRASIL

Edna Lopes Miranda
Ana Louise de Carvalho Fiúza
Universidade Federal de Viçosa, Brasil
María Dolores Sánchez Fernández
Universidad de La Coruña, Espanha

Palavras-chave: Organizações Coletivas do Campo, Pequenos Agricultores, Zona da Mata Mineira.

Este estudo teve por objetivo analisar o repertório de ação coletiva das Organizações Coletivas do Campo da mesorregião da Zona da Mata Mineira, Minas Gerais, Brasil. Este estudo foi realizado a partir da análise de duas Organizações: a dos pequenos agricultores (MPA) e da agroecologia. Neste sentido, assumimos a perspectiva teórica de Manoel Carlos Silva (1998) e James Scott (1985), que defendem a necessidade de se considerar as formas cotidianas de resistência dentro dessas Organizações. Adotou-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e a análise documental das Organizações investigadas. Os resultados mostraram que as estratégias de atuação da Organização Coletiva dos pequenos agricultores se situava entre um repertório cotidianamente construído e embates contra as formas de dominação do modelo agrícola capitalista. Já a análise da Organização agroecológica revelou que seu repertório de ação se dava em prol da implementação de práticas sustentáveis relativas ao uso da terra, o que confere às ações uma orientação cultural. Os pequenos agricultores que participaram dessas duas Organizações apresentaram elementos de reciprocidade e também dispositivos de organização coletiva por meio da realização de feiras livres possibilitando relações diretas entre produtores e consumidores. Constatou-se assim, que, a terra deixou de ser percebida pelos participantes como um meio para a produção agrícola e ganhou notoriedade como uma componente importante de reprodução de um modo de vida.

Bibliografia:

SILVA, M.C. Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias no noroeste de Portugal. Porto: Afrontamento, 1998.
SCOTT, J. C. Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance. New Haven and London, Yale University Press, 1985. 389p.

DESAFIOS PARA A POLÍTICA DE HABITAÇÃO EM PORTUGAL

Fátima Loureiro de Matos
Universidade do Porto / CEGOT, Portugal

Palavras-chave: Política habitacional, Desafios, Portugal.

A habitação não pode ser compreendida apenas como simples problema de desequilíbrio entre a oferta e a procura, a questão é mais complexa. A habitação é vivida e é nesta dimensão que se constrói a sua própria identidade e a sua função social. O alojamento ressurgiu nestes últimos anos como um tema central da atualidade social, económica e política, constituindo, ainda, um desafio para o ordenamento do território. Portugal, apesar de ser um país de pequena dimensão, apresenta uma grande diversidade em termos de dinâmicas e características sóciohabitacionais. Analisando a evolução da oferta habitacional em Portugal nos últimos 30 anos, podemos afirmar que houve um contexto de grande expansão da habitação e uma melhoria acentuada dos níveis de conforto. Contudo, desde 2007, Portugal enfrentou uma crise económica sem precedentes que foi combatida através de uma série de medidas de austeridade, com graves efeitos sobre os direitos económicos, sociais e culturais das pessoas em situação mais vulnerável.

Tal como os países do sul da Europa o mercado habitacional português apresenta várias características diferenciadoras: as famílias sempre tiveram um papel importante na produção habitacional, quer por via legal, quer ilegal; o mercado de arrendamento diminuiu drasticamente face ao aumento da habitação própria; os alojamentos de segunda residência tiveram um papel fundamental no crescimento do parque; crescimento que foi, sobretudo, de habitação própria nova em periferias desordenadas e desqualificadas; a oferta de habitação pública é insignificante, assim como a reabilitação.

A população de Portugal, tal como em outros países europeus, está a envelhecer e tem uma taxa de crescimento negativa desde 2010. Entre 2005 e 2015, a idade média da população aumentou mais de quatro anos: em 2015, as pessoas com 65 anos ou mais anos representavam 20,7% da população. A distribuição por idade da população é relevante para o sector da habitação, em especial na análise das necessidades atuais e futuras de habitação e das políticas de habitação.

A crise económica, em Portugal, levou à redução do sector público, a taxas de desemprego elevadas, a uma redução dos salários, impostos mais elevados, aumento dos níveis de pobreza e das situações de exclusão habitacional.

As alterações climáticas têm um impacto direto no conforto térmico e no consumo energético das habitações. As suas consequências diretas fazem-se sentir na saúde das populações, com especial agravamento na população mais envelhecida isolada e/ou com fracos recursos económicos. Nesta comunicação, para compreendermos os desafios que se colocam à política de habitação em Portugal iremos então refletir sobre as dinâmicas das últimas décadas, avaliar as implicações das mudanças demográficas, os impactos da crise económico-financeira e das alterações climáticas.

SESSÃO 12 - PAISAGEM, PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (3)

THE MONASTERIES IN THE BULGARIAN LANDS – RESOURCE FOR DEVELOPMENT OF THE GEOGRAPHY OF CULTURAL TOURISM

Atanas Dermendzhiev

University of Veliko Tarnovo, Bulgaria

Keywords: cultural tourism, orthodox monasteries, tourist-religious areals, tourist routes.

An attempt the orthodox Bulgarian monasteries to be presented from historical-geographical position has been made. The purpose is the connoisseurs of the ancient, eternal, native, to be incorporated.

The significance of the literary schools in Pliska, Preslav, Ohrid and Tarnovo for the origin and territorial localization of the religious cultural monuments, objectified due to these schools, has been examined.

An attempt for cataloging of the orthodox monasteries has been made. Although to a lesser extent, the spiritual-educational contribution of the catholic monasteries, concentrated mainly in North-Western Bulgaria, has been marked.

From the point of view of cultural tourism, the role of these monuments has been outlined, as well as their significance for the real development of the contemporary tourist activity. Their direct importance has been analyzed – financial revenues, increasing of employment, social effect and so on. The stress has been put also on their indirect significance – development of fine arts, formation of value system, preservation of the national tradition and customs.

The pure religious purpose is inevitably woven into the national will for free life, and the historical valuables of the monastery remind of the past times.

Special attention is paid to the monasteries from the time of the Bulgarian revival, characterized as a period of most intensive building of religious monuments, especially in the years after 1830. Today these monasteries, which imprinted the spirit of the period, continue to be used for liturgies, but can also be used as objects of cultural tourism.

In the present paper focus on the formation of tourist-religious areals, their specific characters and potential. At the same time attention is paid attention to the fact that using the objects for tourist purpose presumes good complex training of the tourist personnel. Together with the pure professional knowledge of the organization of the tourist activity, knowledge about the cultural heritage of the particular monastery (builders, masons and others), about the general course of the historical processes during the period, about the dynamic and specific geographic image, even about the church canons are also needed.

An algorithm for characterization of the religious areals is proposed, which includes: analysis of the image, analysis of the accommodation base, analysis of the tourist flows, analysis of the potential market, analysis of the possible tourist routes.

The conviction which is imposed, is that the monasteries, these living religious tradition and part of the eastern orthodoxy, can be used for defending of the Bulgarian identity in the process of globalization and multiculturalism.

O CONTRIBUTO DO ENOTURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM DESTINOS PATRIMÓNIO MUNDIAL – O CASO DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO

Isabel Maria Martins Borges

Universidade Portucalense, Portugal

Palavras-chave: Enoturismo, Douro, Desenvolvimento territorial, Património Mundial, Paisagem.

À imagem do que se constata em muitos outros destinos turísticos, também em Portugal o turismo é um dos mais importantes setores para a economia, sendo considerado estratégico. Mas, numa época de tempos instáveis e imprevisíveis torna-se urgente olhar para o território, em particular os de baixa densidade, numa ótica de preservação das paisagens e do património nas suas múltiplas vertentes, criando oportunidades e dinâmicas de turismo sustentável. Os recursos endógenos, determinantes no desenvolvimento de uma região são incorporados em novas formas de turismo que proporcionam experiências que correspondem às novas motivações dos turistas. O Enoturismo, que se tem expandido de forma muito consistente, tornou-se num pilar importante para a sustentabilidade de muitos territórios, sendo interessante tanto para os anfitriões como para os visitantes.

O Turismo, em particular o Enoturismo, tem sido identificado como umas das mais eficazes vias para a promoção do desenvolvimento socioeconómico da Região Demarcada do Douro, sendo mesmo considerado o motor e a prioridade deste desenvolvimento. Mas, após a classificação em 2001 como Património Mundial da Humanidade, com responsabilidades na preservação do bem classificado, é importante entender como está a ser gerido o destino e qual o impacto no desenvolvimento do território.

O principal objetivo deste estudo assenta em averiguar se o Enoturismo, como componente importante da gestão dos sítios Património Mundial, poderá contribuir para o desenvolvimento do território, assim como analisar a associação à notoriedade do destino e à respetiva intenção de recomendação.

A PAISAGEM DUMA ILHA DO PARQUE NACIONAL DAS ILHAS ATLÂNTICAS DA GALIZA: LEITURAS INTERPRETATIVAS ALÉM DO CONSERVACIONISMO

**Luis Martín Agrelo
Valerià Paül**

Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

Palavras-chave: Paisagem, Parques Nacionais, Florestas, Património imaterial, Gestão territorial.

A ilha de Cortegada caracteriza-se por possuir uma densa massa florestal, que abarca quase toda a sua superfície, o que nos indica também a progressiva dinâmica de abandono em que está imersa desde que foi arrebatada pela força a quem a povoava há mais de cem anos. A intensa pressão agrícola e da pecuária que a ilha suportava então, tem desaparecido de modo progressivo, esmorecendo assim o povoamento humano, a ocupação humana e as vivências rurais que enformavam as atividades dos últimos habitantes e dos seus descendentes. A expressão excepcional que o processo generalizado de abandono das atividades rurais tradicionais na Galiza toma nesta pequena ilha, situada no meio da ria de Arousa, nos motiva a nos deter em suas peculiares características.

Desde a sua catalogação como parte do Parque Nacional Marítimo-Terrestre das Ilhas Atlânticas da Galiza, em 2002, implantou-se um regime protetor restrito e consolidou-se uma visão desta paisagem como sendo apenas natural. Assim, desenvolveu-se uma ideologia «clorofílica», em palavras de Ojeda (2006), ou «verdólatra», de acordo com Roger (1997). Observamos, então, uma política conservacionista baseada na «separação radical entre homem [sic] e natureza», com um «entendimento do teórico clímax como situação real ótima de qualquer ecossistema» (Ojeda, 2006: 193), e uma marcada «obsessão pelo verde» (Roger, 1997 [trad. 2000]: 148). Concretizamos esta ideologia preponderante na valoração duma massa densa de loureiros (*Laurus nobilis*) situada na ilha, uma formação que tem sido objeto de uma particular e intensa produção científica, e que está a ser intensamente utilizada pela promoção turística. Porém, este processo está a implicar também contradições de importância; por exemplo, a memória da antiga presença humana na ilha está ausente nas narrativas oficiais.

A comunicação analisa as narrativas paisagísticas presentes no espaço protegido, a partir de fontes recentes, na linha «clorofílica» e «verdólatra» aludida. Porém, ao mesmo tempo, procuramos testemunhas diretas da perceção da população sobre esta ilha, em particular de pessoas de Carril diretamente vinculadas com ela. Carril é a vila, já no continente, situada adiante de Cortegada. Foram realizadas uma série de entrevistas em profundidade na primavera de 2016 que permitem demonstrar como a visão e vontade dos atores locais se diferenciam do discurso oficial. Observamos, pois, que a reelaboração das visões da paisagem, com uma marcada oposição observada entre a perceção da cidadania de Carril, por um lado, e as ações e ideias do Parque Nacional, pelo outro, é muito rápida. Talvez esse processo avance a um ritmo muito mais rápido do que a sucessão ecológica, inclusive, apesar dos reflorestamentos efetuados.

Referências

Ojeda, J.F. (2006): «Paseando por paisajes de Doñana de la mano de algunos de sus creadores contemporáneos», em Ojeda, J.F., González Faraco, J.C. e López Ontiveros, A. (coord.): Doñana en la cultura contemporánea. Madrid, Ministerio de Medio Ambiente, p. 171-204.

Roger, A. (1997): Court traité du paysage. Paris, Gallimard, 216 p. [Tradução em catalão: Roger, A. (2000): Breu tractat del paisatge. Barcelona, La Campana, 219 p.]

PAISAXE E TERRITORIO: OS PIARES DA ENSEÑANZA PARA O PROFESOR JOSÉ VALVERDE ÁLVAREZ (1909-2000)

**Daniel del Río Franqueira
José Antonio Aldrey Vázquez**

Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

Palavras-chave: paisaxe, territorio, ensino, José Valverde

O profesor José Valverde Álvarez (1909-2000) realizou unha intensa obra investigadora en múltiples campos do coñecemento. O valor e a extensión do seu traballo científico é un feito sumamente meritório

dada a súa condición de mestre comprometido cos seus alumnos, aos que dedicaba moitas horas máis aló das estritamente recoñecidas no curriculum académico para formalos non só nos coñecementos escolares senón tamén como persoas no amplo sentido da palabra. Por iso sorprende o extensa e fecunda que foi a súa labor investigadora, primeiro en Galicia, fundamentalmente en Maceira (Covelo, Pontevedra) o seu destino obrigado como mestre, forzado polo exilio interior ao ser represaliado polo franquismo tras acusárselle de simpatizador coas ideas de esquerda. Neste momento, 1940, acababa de licenciarse en Filosofía e Letras na Universidade de Santiago, pero fora imbuído antes en Madrid das ideas pedagóxicas máis avanzadas e progresistas tras matricularse en 1934 na Facultade de Pedagogía e entrar en contacto coa Institución Libre de Ensinanza.

Así, desde o primeiro momento, alí onde estivese (xa fose por traballo, por desprazamentos estivais, por vivencia...) o primeiro que facía o profesor Valverde era achegarse ao territorio no que se atopaba e procuraba entendela, estudalo e transmitilo, facendo unha aproximación integral a ese espazo, a ese territorio, sen cinguirse en absoluto aos aspectos xeográficos (que eran do seu especial interese), senón que analizaba e describía na súa xeneralidade todos aqueles aspectos humanos que teñen que ver coa xeografía: a paisaxe como pegada humana, os feitos históricos que explicaban o presente, a arqueoloxía e o patrimonio, a riqueza etnográfica, a lingua dos paisanos, a toponimia. E todo iso sen deixar nunca de lado a súa profesión e vocación, o ensino, de maneira que atopamos sempre o verniz pedagóxico na súa maneira de explicar o territorio e en diferentes escritos seus nos que a preocupación polo ensino e a pedagogía sempre son patentes.

Con todo, e a pesar da súa extensa obra manuscrita coa que puidemos traballar, conta con poucas obras publicadas, de moita calidade, pero que recollen tan só unha pequena parte do seu minucioso labor de moitos anos.

Neste traballo faremos unha aproximación ao traballo de Don José Valverde Álvarez, que foi un erudito comprometido non suficientemente recoñecido nin difundido, cunha prolixa e valiosa obra no ámbito das humanidades en sentido amplo que trataremos de abordar no que concirne aos seus traballos realizados en Galicia até o seu traslado a Sanlúcar de Barrameda en 1955, onde continuou co seu labor docente e investigador, pero xa centrado en terras andaluzas.

SESSÃO 13 - PAISAGEM, PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (4)

OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO DE TURISMO CULTURAL NO MUNICÍPIO NEDELINO

Slavi Dimitrov

Tatyana Dimitrova

University of Veliko Tarnovo, Bulgaria

Palavras-chave: turismo, trácios, património cultural e histórico, Festival Popular.

O municipio Nedelino faz parte da região de Smolyan, parte de área Central do Sul, Община. A cidade de Nedelino está situada no vale da ravina Dalgo /Uzun, designado também como Rio Nedelynska, do Médio Ródope, a 540 m acima do nível do mar. No município estão incluídos 16 lugares povoados – aldeias. O sustento principal da povoação decorre do cultivo do tabaco. Além disso, cultivam-se também batatas enquanto se colhem maçãs e nozes. Pratica-se, de igual modo, a criação de gado bovino. Em simultâneo, desenvolve-se a indústria transformadora, como é exemplo a indústria ligeira e a de costura, ou ainda o setor madeireiro.

Por seu lado, o desenvolvimento do turismo tem uma importância considerável no que se refere ao seu impacto no quadro económico e no emprego da região. A região tem, efetivamente, um património e história muito ricos. A título de exemplo, recorde-se que os estudos arqueológicos feitos na região e as descobertas encontradas testemunham a presença de vida no município de Nedelino desde a época Neolítica, cenário que se prolonga até aos nossos dias.

Desta multiplicidade e diversidade patrimonial, distingamos alguns exemplos:

Lugares essenciais: Santuário do Pico Bozhitzha (1241 m acima do nível do mar) localizado em Kostadin; Santuário do Pico de Santo Iliya (1002 m acima do nível médio das águas do mar); Santuário no Pico de Santa Nedelya (868.8 m acima do nível médio das águas do mar); Kurbanyshite.

Outeiros de Trácia: bairro Dunha.

Aldeias: Bairros Shadiytza; Aldeia de Marina (Santa Marina), 1800 m a Norte de Nedelino; o Lugar da Aldeia.

Necrópoles: “Torreira Seca”; o lugar de Marina; a área dos Correios, no centro de Nedelino; o Lugar de Cherkovoto; o lugar ‘Kaurso Grobe”; as Necrópoles da aldeia de Dimanovo (no total quatro). Existem também outras necrópoles no lugar de “Popova Chuka” e em Sivovo, ou ainda nos lugares de Bartzevo, Oskrusha e Grobcheni.

Minas antigas: nos lugares de Kuposkoto, Madanishte, nas Pedras Brancas ou ainda em Torreira Seca.

Fortalezas: no lugar de Gradishte, a 3 300 m de Nedelino. Existem também vestígios de uma Fortaleza do início da época Bizantina no lugar de Chukata (1063 m acima do nível médio das águas do mar), provavelmente de Trácia, usada também durante o início da Idade Média. (VI s. d.C.);

Capelas: o Pico Santo Ilya (1002 m acima do nível do mar); o Pico Santa Nedelya (868.8 m acima do nível do mar), donde provem o nome da cidade; o lugar de Kaurisko Gorbe”.

Em síntese, o município dispõe de múltiplas potencialidades:

- situa-se perto de centros turísticos e de centros de veraneio de importância à escala nacional (Smolyan, Pamporovo, Kardzhali (Perperikon), (Zlatograd);

- possui uma situação geográfica favorável, pois fica próximo da fronteira com a Grécia;

- multiplicam-se os recursos turísticos (já inventariados);

- detem um soberbo e diversificado património cultural e histórico;

- evidencia uma história rica, bem como tradições ancestrais e um folclore autêntico que demonstram uma identidade e auto-estima preservadas;

- tem possibilidades de desenvolver um excepcional produto turístico.

Para a concretização deste produtoturístico, o município enfrenta porém múltiplos obstáculos:

- falta de segurança financeira dos projetos regionais de investimento;

- falta de informação sobre as fontes de financiamento;

- falta de investidores estratégicos;

- interesse limitado por parte dos investidores estrangeiros na região e nos pequenos municípios, sobretudo por falta de informação, já que existe uma comunicação inadequada;

- fatores demográficos agravados perante a fuga de mão-de-obra jovem, com o conseqüente despovoamento dos espaços rurais.

É, porém, de grande importância para o desenvolvimento regional a promoção de um produto cultural turístico, extensível a todo o ano. Para tal, aposta-se num produto que privilegia a unicidade de Nedelino como sendo um lugar de solidariedade e detentor de uma rica identidade fundamentada em múltiplos valores culturais, um dos quais é a canção a duas vozes de Nedelino. Esta canção é uma manifestação única da tradição vocal da montanha de Ródope, facto que atrai a atenção dos investigadores desde meados do século passado. O primeiro que investigou a canção a duas vozes, foi o Prof. Nikolay Kauffman. Assim surgiu a ideia de criar o Festival Nacional de Folclore associado à canção popular, uma organização do município de Nedelino com o Ministério de Cultura. O festival tem vários objetivos principais:

- o renascer das tradições associadas à canção popular no município, divulgando-as;

- preservar e divulgar a canção a duas vozes no país e em todo o mundo;

- dar a possibilidade a todas as crianças sobredotadas de manifestarem o seu talento na arte interpretativa - canção, instrumentos, dança.

Por outro lado, todos os cantores, instrumentistas, dançarinos e participantes que representam os costumes regionais, têm de utilizar, quando possível, fatos típicos da região folclórica a que pertencem. Assim, no primeiro festival nacional folclórico, designado “Nedelino -2002”, participaram 1100 amadores provenientes de todas as regiões folclóricas da Bulgária. Em 2005, por seu lado, participaram já mais de 150 amadores provenientes da Roménia, Sérvia, Chipre e Macedónia.

Entre 3, 4 e 5 de Setembro de 2016 realizou-se o décimo quinto Festival Folclórico Nacional da canção a duas vozes e da canção popular, com uma participação internacional. Denominou-se “Nedelino 2016” e acolheu mais de 3000 participantes, entre nacionais e estrangeiros.

Neste contexto, conjugando os valores naturais, paisagísticos, com o património e a vida cultural, criam-se condições para preservar e sublinhar a identidade e o ambiente de Nedelino. Assim, a transformação do Município de Nedelino num destino turístico e o seu posicionamento no quadro turístico da região, podem ser representados pelos produtos seguintes: turismo cultural, ecoturismo, turismo folclórico, turismo desportivo e turismo agrário.

LOS IMPACTOS SOCIOCULTURALES DEL TURISMO, SEGÚN LOS RESIDENTES DE PUNTA DEL ESTE (URUGUAY)

María Dolores Sánchez-Fernández
Universidade da Coruña, Espanha

Daniel Álvarez Bassi
Universidad Católica del Uruguay, Uruguay

José Ramón Cardona
Universitat de les Illes Balears, España

Palabras clave: Percepción, Cultura, Residentes, Turismo, Punta del Este.

Se encuentra ampliamente reconocido que los gestores deben tener en cuenta los puntos de vista de los residentes, si se desea la sostenibilidad del turismo. Por ello, a lo largo de las últimas décadas se han realizado múltiples estudios analizando las actitudes hacia el turismo. Los impactos del turismo son tradicionalmente divididos en tres tipos: económicos, socioculturales y medioambientales. El objetivo de este trabajo es analizar la percepción que poseen los residentes de diversos impactos del turismo sobre la sociedad y la cultura local. La cultura puede considerarse un conjunto de creencias, valores, costumbres y elementos materiales aprendidos que condicionan el comportamiento de los miembros de un grupo de personas, comúnmente denominado sociedad.

En este caso, la región estudiada es Maldonado-Punta del Este y es un estudio descriptivo basado en análisis univariantes y bivariantes de una muestra de 360 residentes, lo que supone un error de muestreo del 5,25% en un intervalo de confianza del 95,5% si se toma como hipótesis que $p=q=0,5$. El cuestionario utilizado contenía ítems con escalas Likert con opción de respuesta y un conjunto de preguntas sociodemográficas. El trabajo de campo se realizó entre 2013 y 2014 mediante un procedimiento de muestreo por conveniencia controlando parámetros demográficos. Punta del Este es el principal destino turístico de sol y playa de Uruguay y uno de los balnearios más importantes de Sudamérica. Punta del Este se encuentra situada en el sudeste del país y forma una conurbación de más de 100.000 habitantes con la vecina ciudad de Maldonado.

La cultura es un recurso que permite atraer turismo, si bien, por otra parte, el turismo causa cambios en la cultura local. Estos cambios son vistos como positivos o negativos dependiendo de la visión personal que posea cada individuo de la cultura y la sociedad local. En el caso de la conurbación de Maldonado-Punta del Este la percepción que tienen los residentes de los impactos sociales y culturales del turismo es mayoritariamente positiva, aunque no excesivamente entusiasta: es mayoritaria la idea de que el turismo ha facilitado intercambios culturales positivos entre turistas y residentes (65,5%) y el trato recibido de los turistas es amable y respetuoso (45,8%). El 89,4% de la muestra está orgullosa de que tantos turistas quieran visitar y conocer su región, indicando que la visión global de los impactos socioculturales generados por el turismo es positiva. Además las respuestas muestran muy pocas diferencias significativas al tomar en consideración variables demográficas (nivel de estudios, trabajar en contacto con turistas, ingresos netos familiares, etc.), el apego y el sentimiento de integración. Posiblemente, estos resultados son debidos a las pocas diferencias culturales existentes entre los residentes, los inmigrantes recién llegados y los turistas mayoritarios en la región. El principal mercado emisor de turistas es Argentina, y Uruguay y Argentina poseen elevadas similitudes culturales.

La cultura y su evolución es uno de los elementos más relevantes dentro de los factores no económicos que determinan las actitudes de los residentes hacia el turismo, por tanto es necesario tener en cuenta este factor a la hora de la planificación y gestión del destino turístico. En el caso de Punta del Este, dada la situación actual, sólo sería necesario realizar políticas de tipo preventivo en lo referente a la cultura local ya que en la actualidad la situación es de cuasi asimilación inmediata de las personas llegadas a la región. Entre las líneas futuras de estudio sería prioritario comparar destinos con las características de Punta del Este, residentes y turistas con una distancia cultural pequeña, con destinos Europeos de sol y playa, normalmente con residentes y turistas culturalmente distantes.

LA PUESTA EN VALOR DE UN PATRIMONIO OCULTO: LOS GEOARCHIVOS HOLOCENOS DEL NW PENINSULAR

**Manuela Costa-Casais
M. Isabel Caetano Alves**

Universidade de Santiago Compostela, Espanha

Palabras clave: Geoarchivos, Holoceno, Geositios, Patrimonio Natural-Cultural, NW Peninsular.

La temática relacionada con el Patrimonio Natural -geológico y geomorfológico- y la geodiversidad es reciente en España y en gran parte de Europa, siendo a comienzos del siglo XXI cuando el patrimonio geológico es tratado desde el punto de vista científico. El marco legislativo referente a la conservación natural en el estado español recoge que deben ser realizados inventarios y estudios actualizados sobre el patrimonio geológico y el estado de conservación de la geodiversidad. Patrimonio geológico, sitios geológicos (geositios), geodiversidad y geoconservación son conceptos existentes en la literatura científica que tratan sobre el Patrimonio Natural que a menudo, han sido mal utilizados, e incluso, en la actualidad, es común ver como se aplican de forma poco convencional. La identificación y caracterización de geositios particulares son pasos decisivos en cualquier estrategia para llegar a su geoconservación. En este contexto, la geodiversidad, es caracterizada por su valor científico, y es un recurso esencial para la educación, turismo, o identidad cultural de una comunidad.

La interpretación del patrimonio geológico - geomorfológico es una estrategia que tiene como objetivo facilitar la comunicación entre los diferentes tipos de público, ayudando a la promoción de la cultura científica y la generación de sentimientos de estima y protección para este patrimonio. El impulso del Patrimonio Natural en el campo de la geomorfología no depende únicamente de las formaciones superficiales del terreno, sino más bien de la voluntad de las personas en reconocerlo en su región y trasladar su conocimiento a la sociedad en general. Por ello es necesario conocer y dar a conocer el valor científico de los lugares de interés geológico para poder ser valorados. En este sentido, este trabajo trata de mostrar la relevancia patrimonial de formaciones superficiales localizadas en el NW Peninsular, e identificadas como suelos coluviales holocenos. Su estudio e interpretación, desde las Ciencias de la Tierra y Humanidades, aporta información ambiental y social de gran relevancia para la reconstrucción de la dinámica geomorfológica y actividad humana, así como el impacto directo generado en el Paisaje. Los depósitos coluviales han sido reconocidos como geoarchivos de gran valor, tanto por su amplia distribución espacial como temporal. Registran cambios sucedidos en el paisaje a lo largo del Holoceno. Su formación es controlada por la interacción entre procesos edafogenéticos y sedimentológicos. Preservan información

sobre los procesos erosivos / acumulativos, generados bajo el efecto directo del clima, de la actividad antrópica o de la interacción entre ambos. Tanto el clima como las actividades humanas juegan un papel importante en su formación, confirmando que son auténticos geoarchivos del cambio ambiental holoceno desde un enfoque geoarqueológico.

El objetivo de este trabajo es descubrir ese patrimonio oculto y resaltarlo como patrimonio geológico-geomorfológico, con la finalidad de destacar su valor científico, didáctico y su potencial geoturístico para que así sean reconocidos como geosítios.

ÓBIDOS COMO DESTINO TURÍSTICO DE NATAL

**Caroline Nery
Yoná Dalonso
Paula Remoaldo
Júlia M. Lourenço**

Universidade do Minho, Portugal

Palavras-chave: Turismo de natal; Turismo de eventos; Modelo de Entrelaçamento; Óbidos.

Esta comunicação tem por objetivo analisar a problemática existente no turismo de natal em Óbidos (Portugal) em comparação com outras duas cidades distintas nos âmbitos socio-económico, cultural e político, mas que se assemelham ao apropriarem-se deste segmento turístico como um fator de desenvolvimento local muito importante. São elas Gramado (Brasil) e Rovaniemi (Finlândia).

A metodologia utilizada assenta na aplicação do Modelo de Entrelaçamento (Dalonso et al. 2014, 2015) e na análise comparativa entre os recursos turísticos, as políticas públicas e os agentes de desenvolvimento presentes nas três cidades.

No caso de Óbidos, o património é recurso fulcral do planeamento turístico local, constituído por um imaginário histórico e simbólico que lhe proporciona identificar a cultura ali existente, além de vivificar o passado. Nas outras duas cidades, embora o património constitua um recurso, não é determinante. Nestas cidades, é a localização geográfica num território com neve que é associada à morada do Pai Natal. No caso de Óbidos nada no contexto climático pode ser associado a este tipo de localização mítica. No entanto, esta cidade portuguesa optou por uma abordagem criativa, permitindo experiências direcionadas à interação e salvaguarda do património, exaltando o mesmo e proporcionando vivências que vão além do quotidiano.

Como exemplo de ações turísticas criativas, cita-se o desenvolvimento de eventos que são um importante fator motivador de turismo e fator proeminente no desenvolvimento de planos de marketing. É o caso do evento Óbidos Vila Natal, organizado anualmente pela Câmara Municipal de Óbidos desde 2006. Decorre entre dezembro e janeiro e recebe cerca de 200 mil participantes, transformando a vila em uma espécie de parque temático dedicado ao período natalício.

O evento não possui nenhum apelo cultural característico mas afirma-se enquanto estratégia de promoção turística do município que, conseqüentemente, atrai a atenção dos visitantes para os restantes atrativos. O evento acaba por se configurar como um meio para vivificar a vila de Óbidos enquanto espaço que pode despertar o imaginário histórico.

Constata-se, também, que apesar da adoção de medidas que garantem a proteção do património de valor histórico e identitário, a inexistência de um plano direcionado faz com que o património local seja apenas conservado e divulgado, quando poderia ser ressignificado acompanhando as tendências atuais do turismo.

SESSÃO 14 - ECONOMIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (3)

REGIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Catarina Joana Rodrigues Lima dos Santos Silva
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Regionalização; Regiões; Administração; Desenvolvimento Económico.

Neste trabalho pretende-se analisar a questão da Regionalização Administrativa, em Portugal, e como essa política poderia afetar o desenvolvimento económico e social do país, através da descentralização da administração pública.

Este estudo visa examinar o impacto económico-social deste tipo de políticas, especialmente tendo em conta a conjuntura económica que se instalou, desde a crise de 2008, e como esta afetou profundamente a economia e a sociedade portuguesas. Assim, pretende examinar-se como uma política essencialmente do foro administrativo pode ter conseqüências a nível económico e social.

A Regionalização Administrativa, surge nos moldes atuais com a Constituição da República Portuguesa de

1976, estando consagrada no Título VIII, Capítulo IV, artigos 255º a 262º, como sendo uma autarquia supramunicipal encarregada de funções de coordenação e apoio aos municípios, para além da elaboração dos planos regionais (e nunca tendo sido retirada por nenhuma das sete Revisões Constitucionais realizadas até hoje). A Regionalização tem vindo a dividir opiniões desde a sua conceção, nunca se tendo sido concretizada a sua implementação. Esta é uma política de descentralização que tem como objetivo a criação de um nível intermédio de poder (entre o poder central e o poder local, o poder regional), de maneira a propiciar a participação democrática dos cidadãos e a eliminar o tradicional centralismo, mas sem o poder político atribuído às Regiões Autónomas (reservado apenas aos arquipélagos da Madeira e dos Açores, pela Constituição). Por meio deste tipo de políticas, além de se verificar uma alteração no funcionamento da administração pública, verificam-se igualmente diferenças seja a nível económico, seja a nível social. Por esse motivo, se decidiu partir para a análise das consequências sociais e económicas que poderiam surgir, num país como Portugal, tradicionalmente centralista e com elevadas desigualdades no âmbito regional, e assim entender esta polémica medida que tem a capacidade de alterar profundamente a realidade portuguesa.

Com isto, tentou compreender-se melhor esta questão, nomeadamente através dos seus antecedentes e percurso histórico, a sua construção, os exemplos de outros países, as teses em debate, mas principalmente o que pode efetivamente advir do desbloqueamento deste processo, nomeadamente a nível económico e social mas também numa perspetiva geral, para Portugal.

Em conclusão, esta pesquisa dissecou a Regionalização Administrativa, uma política descentralizadora, presente na Constituição Portuguesa, desde 1976, assunto muito complexo e que tem gerado grande fragmentação de opiniões, sendo no entanto, sucessivamente preterido nos grandes debates. Desde a revolução do 25 de Abril de 1974 e até aos dias de hoje, tem havido diversos avanços e recuos nesta área e a indefinição tem vindo a imperar, tendo-se a população acomodado ao modelo excêntrico vigente. No entanto, as diversas ilações retiradas deste estudo apontam para que esta reforma possa ser uma fonte de desenvolvimento económico e de diminuição de desigualdades, sendo, por isso, urgente debater este tema aqui proposto, para que este imperativo constitucional possa ser alvo de um debate informado e completo, elucidando os cidadãos afetados por esta política.

SUSTENTABILIDADE A CIRCULAR COMO ECONOMIA CIRCULAR?

Ana Luísa Coelho

Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Sustentabilidade, Economia Circular, Análise SWOT

Num mundo de uma crescente pressão sobre os recursos e o ambiente, a União Europeia não tem senão a hipótese de encetar pela transição para um modelo económico que promove a eficiência de recursos. É o que se defende a 17 de Dezembro de 2012 no Manifesto por uma Europa Eficiente em Recursos, um manifesto de representantes de vária ordem entre eles diretores executivos de empresas. Segundo a OCDE passar para a Economia Circular (EC) pode conduzir a crescimento económico estável com grandes oportunidades de negócio. Em 2015 foi aprovado o Pacote Europeu para a Economia Circular pela Comissão Europeia. E em 2016 está presente no Plano Nacional de Reformas para Portugal. Em que é que se configura efetivamente?

O ser humano tem sempre seguido um modelo linear de produção de bens, em que se extrai a matéria-prima, se fabrica e usam os produtos e, por fim, se eliminam ou descartam os resíduos. Um comportamento está a conduzir à escassez de recursos naturais e a impactos negativos (poluição, degradação de ecossistemas). Neste contexto, surge a necessidade de mudança para um modelo circular no qual os materiais não saem do ciclo produtivo, através de reutilização, recuperação e reciclagem de materiais atinge-se um ciclo fechado.

Este modelo está a ser defendido e disseminado no mundo por várias instituições académicas, governamentais e empresariais; visa gerar mais valor e oportunidade económica com menos (i) uso (poupança) de material, (ii) consumo de energia (redução de custos), e (iii) emissões de CO₂eq; e procura dissociar o crescimento económico dos recursos limitados. O Fórum Económico Mundial previu que a EC irá contribuir para um milhão de milhões de dólares anuais globalmente em 2025. Estima-se que esta economia possa gerar 7 mil milhões de euros por ano nos Países Baixos e criar mais de 50 mil postos de trabalho. Mas, como é se leva a que se alinhe nesta que se afirma como a “revolução industrial para a nova geração”?

Começa na conceção do sistema, onde se pensa e repensa mecanismos. De acordo com David Palmer-Jones, presidente da Federação Europeia de Gestão de Resíduos está a enterrar-se energia no solo, daí a necessidade de criar infraestruturas locais que sirvam populações e indústrias, e de desenvolver ecodesign, pois a conceção do produto determina a sua sustentabilidade.

A Europa está a direcionar várias políticas novas, sendo o Pacote Europeu da Economia Circular um bom ponto de partida. Mas afinal, como circula a Economia Circular?

Aspetos impulsionadores e bloqueadores da implementação da EC foram tratados através duma análise SWOT (acrónimo para Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats)): uma ferramenta-chave para planeamento estratégico que identifica elementos-chave

e prioridades de atuação. A adoção desta moldura de análise permite uma abordagem de planeamento a longo prazo baseado na análise qualitativa complementar à previsão quantitativa; facilita a ligação entre as forças e as fraquezas internas, e as ameaças e oportunidades externas; e também fornece um enquadramento para identificar e formular estratégias que (a) usam as forças para tirar vantagem de oportunidades; (b) corrigem as fraquezas tirando vantagem das oportunidades; (c) usam as forças para evitar ou reduzir o impacto de ameaças; e (d) são táticas defensivas direcionadas para reduzir fraquezas e evitar ameaças de sustentabilidade económica, social e ambiental.

COMO LIDAR COM A COMPLEXIDADE?

Ana Luísa Coelho

Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Sistemas complexos, Pensar em Sistemas, Tecnologias, Inovação, Educação, Economia Circular.

A maior parte dos sistemas do mundo real são complexos. Não podem ser compreendidos através da simples análise das partes separadas, muitas vezes designadas de seus agentes, porque estes agentes estão fortemente ligados aos retornos das relações/ligações: o comportamento dos agentes influencia o todo e o todo influencia o comportamento dos agentes. Como lidar com a complexidade? Como pensar em sistemas?

As raízes históricas de ciências complexas são diversas, mas provêm claramente da termodinâmica e da teoria da evolução. No entanto, não existem, em sentido estrito, sistemas separados – o universo é um continuum – daí que, onde se colocam as fronteiras ou limites depende do(s) objectivo(s) das discussões e do que pretendemos para modelo.

Muitas técnicas foram evoluindo numa procura de melhoria contínua, a tecnologia digital e a capacidade de computação permitiram desenvolver modelos que melhor reflectem o mundo real e a sua complexidade. Tecnologias de ponta como Big Data e a IoT (Internet of Things) têm o potencial para alavancar a adoção de conceitos tanto por organizações como pela sociedade, que se tornam assim presentes no nosso dia-a-dia. Estas ferramentas despoletaram o desenvolvimento de ciência complexa. Em muitas áreas como a Educação, muitos líderes de pensamento estão cada vez mais a reconhecer a natureza adaptativa e complexa do mundo real e, por isso, estão a usar abordagens de pensamento em sistemas. A capacidade de compreender como as partes se influenciam umas às outras dentro de um todo e a relação do todo com as partes é crucial. Os elementos são tidos em conta na sua relação com os contextos económico, ambiental, social.

Uma máquina é também um sistema claramente delimitado e, provavelmente, determinista, mas pensar em sistemas está muito mais relacionado com a esmagadora maioria dos sistemas do mundo real: não lineares, ricos em feedback, e interdependentes. Nestes sistemas, condições iniciais imprecisas combinadas com feedbacks conduzem a consequências surpreendentes, e os resultados normalmente não são proporcionais aos *inputs*. Tais sistemas não podem ser geridos no sentido convencional 'linear', exigem maior flexibilidade e maior adaptabilidade às constantes mudanças.

Este artigo procura dar resposta ao como pensar em sistemas para lidar com a complexidade do mundo real e atingir mais a eficácia do que a eficiência. Pretende mostrar-se como gerar metabolismos cíclicos que permitem sinergias com acumular de inteligência. Para tal analisam-se o que podem ser os princípios de sistemas complexos, o que se entende como “pensar em sistemas” numa ligação de eficiência vs. eficácia, e a utilidade da tecnologia de ponta para ter uma noção do todo. Mais como usar “pensar em sistemas” para identificar problemas e oportunidades de forma diferente, e mostrar como existem atividades que permitem explorar algumas características de sistemas adaptativos complexos como a interconectividade, a resiliência e as fases de transição, e como estes são importantes para transições de paradigma como o novo paradigma da Economia Circular.

REFLEXOS DO AMBIENTE NA SAÚDE INFANTIL E NA ECONOMIA

Micaela de Sousa Gonçalves

Maria da Conceição Pereira Ramos

Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Ambiente, Saúde Infantil e Impacto Económico

Desde a revolução industrial as atividades antropogénicas têm vindo a degradar o planeta Terra, o que implica uma deterioração severa do meio ambiente em que vivemos.

Os danos ambientais reflectem-se de forma negativa na sociedade, principalmente ao nível da saúde das populações e ao nível da economia através dos custos que acarretam. Os efeitos negativos são mais severos quando o público-alvo são as crianças, que devido às suas características inerentes são mais vulneráveis aos impactos negativos do ambiente.

Ao longo do último século tem-se verificado uma crescente preocupação para minimizar este problema. Uma das principais estratégias apontadas para a sua resolução passa pela procura de um desenvolvimento sustentável que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras e assenta em três pilares interdependentes, nomeadamente, a proteção do ambiente, o desenvolvimento económico e o desenvolvimento social, do qual faz parte a saúde da população.

O desenvolvimento económico deve salvaguardar a qualidade e a quantidade dos recursos existentes. Em termos ambientais é necessário proteger o ambiente através da compreensão dos processos naturais, pois só assim é possível acompanhar as estratégias económicas. O desenvolvimento social deve conseguir alcançar a equidade e o bem-estar social para toda a população e para tal, é necessário assegurar o acesso ao emprego, à educação, aos recursos naturais e aos serviços de saúde.

A saúde é altamente influenciada pelos riscos ambientais, estes são responsáveis por um quarto das doenças a nível mundial (WHO, 2011). Os restantes fatores estão associados aos problemas biológicos, sociais e económicos e estilos de vida. Os efeitos do ambiente são ainda mais acentuados quando avaliamos a saúde das crianças, uma vez que estas, devido a fatores biológicos e comportamentais, tornam-se um alvo mais fácil para os riscos ambientais. As crianças de hoje são as gerações futuras presentes no conceito de desenvolvimento sustentável, o que incrementa a necessidade de desenvolver investigações neste âmbito.

Os problemas de saúde com origem no ambiente vão-se refletir de forma inequívoca na economia, tanto nos custos diretos para tratar os pacientes em termos curativos, ou com tratamentos prolongados quando os doentes são portadores de doenças crónicas, e os custos indiretos, nomeadamente, absentismo, perda de dias de trabalho/escola e redução da produtividade.

A investigação procurou compreender de que forma os problemas ambientais vão influenciar negativamente a saúde das populações, tentando compreender quais são os seus impactos em termos económicos. Esta investigação baseou-se na revisão bibliográfica e em entrevistas a observadores privilegiados.

Por fim, esta comunicação aponta estratégias, no âmbito do desenvolvimento sustentável, que procuram melhorar a qualidade de vida desde a infância, como ao longo da vida adulta.

Bibliografia

WHO. (2011). WHO Public Health & Environment Global Strategy Overview. p.11. Em:http://www.who.int/phe/publications/PHE_2011_global_strategy_overview_2011.pdf?ua=1

SESSÃO 15 - AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (3)

HARMONIZAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO E ROTULAGEM DAS ÁGUAS MINERAIS ENVASADAS NO BRASIL COM AS ÁGUAS ENVASADAS NA COMUNIDADE EUROPEIA.

Lucio Carramillo Caetano

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Palavras-chave: Água Mineral, Política Brasileira da Água Mineral, Classificação da União Europeia de Água Mineral.

O contínuo crescimento de indústrias de envase de água mineral no Brasil vem exigindo uma modificação constante na legislação brasileira voltada para a regulação do aproveitamento desse alimento que também é considerado, no Brasil, um bem mineral.

Como bem mineral, o aproveitamento da água mineral envasada é regido pelo Órgão gestor da mineração no Brasil, que é o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), enquanto que, como alimento, a sua industrialização e comércio são regidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde (MS). Essa situação gera uma confusa e elevada carga administrativa e burocrática aos interessados na montagem de uma indústria de água mineral no Brasil que, por força de uma normatização gerada ainda na primeira metade do século passado (1945), contempla uma cultura quase secular de procedimentos voltados para a extração mineral, a classificação da água, o envase, a rotulagem e a comercialização.

Ainda que a legislação referente aos alimentos no Brasil venha sendo alterada através de atualizações constantemente sempre em concordância com as determinações do CODEX ALIMENTARIUS, o mesmo não ocorre em relação à legislação da água mineral no contexto da gestão da mineração brasileira. O Código de Águas Minerais, em vigor até aos dias de hoje (janeiro de 2017), foi promulgado em 1945 e chegou ao século XXI sem sofrer qualquer alteração significativa. Essa situação, assim como tantas outras, impostas por uma legislação com mais de 70 anos de existência, vem dificultando o próprio setor quando comparado com as águas minerais envasadas no Mundo, especificamente na União Europeia.

A presente investigação propõe, a alteração do Código de Águas Minerais e da legislação correlata, com vista a propiciar uma nova política da água mineral brasileira envasada, aproximando-a da legislação em vigor na União Europeia.

Esses pequenos e profundos ajustes, principalmente em relação à definição dos padrões de classificação e de rotulagem da água mineral brasileira envasada, realizados em consonância com as diretrizes já

praticadas pela União Europeia propiciarão a ampliação da participação da água mineral brasileira envasada no mercado externo fazendo, com que, desta forma, a indústria de água mineral envasada no Brasil obtenha a visibilidade necessária para penetrar no mercado internacional das águas envasadas a partir do continente Europeu.

Dessa forma, o Brasil ampliaria a sua presença nesse mercado participando com uma qualidade de água mineral envasada diferenciada, propiciando geração de empregos, tanto no Brasil através da ampliação de sua produção com criação de novas plantas industriais, bem como na União Europeia com a criação de postos de distribuição desse novo produto com características diferentes das águas envasadas na Europa.

APLICACIÓN INTERNACIONAL DEL MÉTODO RACIONAL: ESTUDIO DE LAS INUNDACIONES EN LA REGIÃO DO NORTE DE PORTUGAL

Alexandre Luis Vázquez-Rodríguez
Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

Palavras-chave: inundaciones, método racional hidrológico, Região Norte de Portugal, riesgo natural.

Las inundaciones son el desastre natural más frecuente y con una gran capacidad de causar daños y pérdidas humanas y económicas en un corto intervalo de tiempo. España experimenta este tipo de eventos a lo largo de todo su territorio: Galicia, la Comunidad Valencia o Navarra son parte de las regiones afectadas anualmente por estos fenómenos. Estos acontecimientos pueden tener diversas causas, siendo la crecida y desbordamiento de los ríos, debido a la recepción de una gran cantidad de precipitaciones, la más habitual. A la hora de estudiar estos eventos, existen diferentes aproximaciones, siendo el método racional de Téméz, modificado por Ferrer, el método de referencia para abordar su análisis, ya que junto a los sistemas de información geográfica y a programas de modelización hidrológica, se puede estimar las zonas inundables generadas por los cursos fluviales, información imprescindible para elaborar cualquier plan o cualquier medida de actuación y de mitigación. Pero, ¿este método es sólo aplicable al caso de España, o, por el contrario, se puede trasladar a otros países? La respuesta es que, aunque fuese diseñado para España, su adaptación a otros territorios es viable, siempre y cuando se hagan las modificaciones pertinentes necesarias.

Dentro de la Península Ibérica, Portugal también es un país que sufre inundaciones anualmente a lo largo de su territorio. Así regiones como la Região Norte o el Algarve, experimentan estos eventos frecuentemente. Debido a que este país presenta unas condiciones geológicas y geográficas similares a las del oeste de España, y a que los efectos sufridos por las inundaciones son parecidos, siendo un problema común a ambos estados, la adaptación del método racional en territorio portugués es relativamente sencilla.

El objetivo del presente trabajo es realizar un estudio de la dinámica de las inundaciones en Portugal, empleando y adaptando el método racional hidrológico. Para ello se analizará la Região Norte de Portugal, debido a su importante red hidrográfica, dónde se localizan grandes ríos como el Tâmega, el Lima (Limia) o el Douro (Duro), entre otros, a sus condiciones geológicas y geográficas, similares a las del noroeste español, y a la actualidad del tema, ya que las últimas inundaciones registradas en esta zona se dieron durante enero del presente año, misma fecha de las últimas que ocurrieron en el noroeste español.

FIRST RESULTS OF THE APPLICATION OF A CONCENTRATION INDEX ON THE RIVER DISCHARGE: CASE STUDY OF SELECTED STATIONS IN SPAIN

Dominic Royé
Jesús Horacio García
A. Ollero

Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

Keywords: Concentration Index; river discharge; Spain; spatial-temporal distributiona.

The frequency distribution of daily precipitation amounts almost anywhere conforms to a negative exponential distribution, reflecting the fact that there are many small daily totals and few large ones. This feature can also be found in river discharges due to the close relationship with atmospheric patterns. Positive exponential curves, which plot the cumulative percentages of days with discharges against the cumulative percentage of the discharge amounts that they contribute, can be evaluated through the Concentration Index (CI), which ranges from 0 to 1. The higher the value, the larger the concentration of daily average river discharges. The Concentration Index has been applied as a first trial to a selected number of stations in Spain. At the same time, other discharge indices and geographical and atmospheric variables such as the annual coefficient of variation, seasonal rainfall and the probabilities of a day with a defined river discharge have been presented with a view to explaining spatial-temporal CI patterns. The stations were selected according to four criteria: rivers in the most natural state possible, the type of climate, watersheds <1,000 km² and length of series between 15 and 30 years and contemporaneous. The spatial-temporal distribution

of the CI for the selected stations is geographically consistent, reflecting the principal physiographic and climatic units of the country. Hydrological variables were calculated to justify the results of CI. We use usual values (daily flows) and extreme values (floods and droughts). In the former, the average daily flow rates corresponding to the 10% to 90% surplus percentiles were calculated, and in the second, the mean annual maxima / minima and the duration of the maximum and minimum flows were analyzed. We expressed this like the maximum number of consecutive days with average daily flow \geq Q5% natural (flood) and maximum number of consecutive days with average daily flow \leq Q95% natural (drought). In addition, the geological characteristics of each station were analyzed to understand more about its hydrological dynamics.

SESSÃO 16 - INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO E ENSINO (3)

PANORAMA DE LA DOCENCIA DE LA GEOGRAFÍA EN LA UNIVERSIDAD DE SANTIAGO. UN RELATO DE CÓMO HEMOS LLEGADO A ESTE PUNTO: DEL “TRATO DISCRIMINATORIO” AL “ACOSO LABORAL”

Marcos Valcárcel

Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

Palavras-chave: Geografía en la Universidad de Santiago, “Trato Discriminatorio”, “Acoso Laboral”.

El profesorado universitario conoce sobradamente en qué consisten las tareas de docencia e investigación. Lo es porque ejerce el magisterio y porque investiga. Si practica solo el primero en nada se diferencia del resto del profesorado que compone el sistema de enseñanza, es decir, el profesor de educación primaria o secundaria. Si solo realiza lo segundo se desentiende de los alumnos universitarios, nuestros clientes en primera instancia, que no reciben la transferencia de los conocimientos originales generados por esa investigación. El hecho de que estas dos funciones estén indisolublemente ligadas no quiere decir que no deban diferenciarse claramente a la hora de computar la dedicación real del profesor universitario, de manera que exista un equilibrio razonable en el tiempo de trabajo invertido en ambas. Porque en la práctica todos nosotros sabemos que los profesores de la Universidad de Santiago de Compostela (a partir de este momento esta universidad, o simplemente su acrónimo USC) realmente se diferencian entre los que tienen docencia, y a lo mejor encuentran tiempo para investigar, y los nominalmente se dedican casi en exclusiva a la investigación, la realicen o no. Es decir, unos cubrimos mal que bien las funciones de un profesor de universidad y otros está por ver. Unos no investigamos porque no podemos y otros no enseñan porque no se les permite (es tal su escasa carga docente que aunque quisiesen enseñar no tendrían a quien).

El principio de Igualdad de Trato puede ser considerado como uno de los pilares fundamentales del Derecho del Trabajo en la moderna doctrina laboral a escala mundial. El principio de Igualdad de Trato prohíbe al empleador el trato desfavorable arbitrario o sin causa justificada, de un trabajador o de un grupo de trabajadores, frente a otros trabajadores que se encuentran en situación comparable. El empleador está obligado, en virtud de la relación laboral, a dar un trato igualitario a los trabajadores y, en consecuencia, no puede arbitrariamente o sin la existencia de una causa justificada, dar un trato desigual a trabajadores que se encuentren en una situación similar, en razón por ejemplo de la naturaleza de los servicios prestados. El principio de igualdad de trato presupone siempre una actuación colectiva del empleador, esto es, una actuación frente a un grupo de trabajadores. Es aceptable que el empleador, en virtud del principio de libertad contractual, conceda un trato más beneficioso a un trabajador en particular, debido, por ejemplo, a su mayor capacitación o aptitud profesional. Pero debe entenderse que el principio de Igualdad de Trato excluye sólo conductas arbitrarias o sin causa justificada, que afecten y perjudiquen a un trabajador frente a otros en situación comparable. Un trabajador, por su parte, no puede en virtud del principio de Igualdad de Trato oponerse a que el empleador confiera mejores condiciones de trabajo a otro trabajador, sino sólo fundar una pretensión basado en este principio, si ha sido arbitrariamente o injustificadamente excluido de la aplicación de una regla general impuesta por el empleador, de manera expresa o implícitamente, y a consecuencia de ello se ve perjudicado. Para poder aplicar el principio de Igualdad de Trato, obviamente debe existir un conjunto de trabajadores en situación comparable. Si el empleador en forma unilateral y voluntaria, a través de una regla o medida, garantice o constituya un nuevo orden en el interior de la empresa, en relación con las remuneraciones o condiciones de trabajo, que va más allá de lo establecido individualmente en las condiciones de trabajo, la aplicación del principio de Igualdad de Trato debe manifestarse protegiendo a los trabajadores de una exclusión arbitraria o sin causa justificada respecto a las nuevas condiciones impuestas por el empleador, de la cual podría derivarse un perjuicio para ellos.

Las estrategias que utilizan los acosadores son frecuentemente sutiles. Se pretende hacer pasar al acosado por incompetente o en el mejor de los casos por “poco informado”, cuando no por problemático. Evidentemente el objetivo es no poder ser acusado de nada, debido a lo difícil que es demostrar una situación de este tipo. Pero no es menos cierto que el acoso laboral, de producirse, debe ser siempre comprobable objetivamente, de manera que ante la negación por parte de los que lo practican se pueda acreditar este por testigos o documentalmente. Tenemos que preguntarnos cuál es el sobregasto real que la USC se ve obligada a afrontar todos los años debido a esta política de contratación, y si no es nuestra obligación como miembros de esta Universidad denunciarlo públicamente. ¿Cómo podemos catalogar este comportamiento?

DO ENUNCIADO À RESPOSTA DO ESTUDANTE: ITINERÁRIO METODOLÓGICO PARA UMA ANÁLISE INTEGRADA DOS EXAMES NACIONAIS DE GEOGRAFIA A DO ENSINO SECUNDÁRIO

Hugo Filipe da Costa Moreira
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Avaliação; Ensino Secundário; Exame Nacional; Geografia A.

A presente comunicação incide sobre o estudo integrado da Avaliação Sumativa Externa da prova de exame nacional de Geografia A da 1ª fase de 2014, inserindo-se assim na temática “Inovação, Educação e Ensino” destas jornadas.

Esta comunicação resultou de um estudo desenvolvido durante o ano letivo de 2015/2016, em contexto escolar, e que pretende constituir mais um contributo e uma chamada de atenção para o pouco que se tem vindo a fazer nesta área da avaliação, mais concretamente, na avaliação sumativa externa.

Esta investigação procura problematizar o conhecimento cognitivo exigido pelo enunciado da prova do exame nacional de Geografia A da 1ª fase de 2014 e estabelecer a relação entre as questões, os critérios de classificação e as respostas dadas pelos estudantes, de forma a aproximarmo-nos do pensamento geográfico evidenciado.

Segundo Landsheere, a avaliação “merece (...) um lugar importante no ensino de que faz parte integrante. Ela tem sempre relação, directa ou indirectamente, com o progresso, em extensão ou em qualidade, da aprendizagem” (Landsheere, 1979, p. 15).

Ocupando assim um lugar importante no seio de todo o processo de ensino-aprendizagem, esta comunicação apresenta um valor acrescentado, porque procura abordar, através de uma outra perspetiva, o pensamento geográfico patenteado nas respostas dos alunos.

De acordo com a visão de Herculano Cachinho: “...através da geografia as pessoas aprendem a ler e interpretar o mundo, a terem confiança em si e no meio em que vivem, a compreenderem e respeitarem o espaço dos outros, enfim a construírem o seu lugar no mundo e agirem nele de uma forma responsável” (Cachinho, 2002, p. 3).

Segundo o autor, a Geografia tem uma espécie de função que mais nenhuma área do saber tem, a forma como sabemos pensar o espaço, competência esta indispensável para o exercício da cidadania responsável. É uma aprendizagem para a vida e reflete-se na integração das pessoas no mundo moderno (cf. Cachinho, 2002, p. 3).

Dado como adquirido que a avaliação se apresenta como um elemento regulador do processo de ensino-aprendizagem, os principais objetivos desta investigação passam por analisar a prova de exame nacional de Geografia A ao nível da estrutura, do conteúdo e da valoração, por avaliar o tipo das aprendizagens geográficas evidenciadas pelas respostas dadas pelos estudantes à prova em estudo e, por fim, problematizar a relação entre o conhecimento cognitivo exigido pelos exames nacional de Geografia A da 1ª fase de 2014 e as respostas dadas pelos candidatos.

Para a concretização destes objetivos a metodologia aplicada teve por base duas taxonomias, a taxonomia de Benjamin Bloom revista e adaptada por Anderson e Krathwohl, em 2001, que foi utilizada ao nível dos exames e respetivos critérios de classificação, e a taxonomia SOLO (Structure of Observed Learning Outcomes) desenvolvida por John Burville Biggs, aplicada à análise das respostas dos alunos.

Passando a apresentar alguns dos resultados obtidos, o enunciado do exame de Geografia A necessita de algumas reformulações ao nível da formulação das questões; ao nível dos critérios de classificação há uma desconexão técnica e cognitiva detetada entre as perguntas e os critérios; e, por fim, ao nível das respostas verifica-se que os discentes não evidenciam um pensamento geográfico que supere o desempenho cognitivo requerido pelas questões das provas de exame.

Em suma, a presente investigação ao proceder a uma análise integrada à prova do exames nacional em estudo, aos respetivos critérios de classificação e às respostas produzidas pelos estudantes a partir de um estudo de caso, focado numa escola secundária do Grande Porto, visa contribuir, de modo tecnicamente apoiado, para uma problematização do(s) processo(s) e resultado(s) da avaliação sumativa.

Bibliografia

Cachinho, Herculano (2002). Geografia Escolar: Orientação Teórica e Praxis Didáctica. Lisboa: Edições Colibri.

Landsheere, G. (1979). Avaliação Contínua e Exames: Noções de Docimologia. Bruxelas: Edition Labor.

A PERTINÊNCIA DA SAÍDA DE CAMPO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA. O CASO DO ALTO DOURO VINHATEIRO

Joel Diogo Birrento Aguiar
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: saída de campo; trabalho de campo; Alto Douro Vinhateiro; História; Geografia; paisagem.

Atualmente, sendo as saídas de campo uma experiência de aprendizagem cada vez menos utilizadas pelos professores, procuramos ao longo deste trabalho perceber qual o impacto e a pertinência que a realização

deste género de atividades pode ter ao nível das aprendizagens desenvolvidas pelos alunos, especialmente nas áreas disciplinas de História e Geografia. Numa época em que se fala cada vez mais do uso de novas tecnologias na sala de aula, pretendemos implementar uma estratégia de aprendizagem que não decorre no espaço da sala de aula, mas que permite aos alunos construir o seu conhecimento de uma forma mais apelativa e motivadora.

Desenvolvido no âmbito do estágio pedagógico, realizado numa escola do Grande Porto, no ano letivo 2015/2016, o presente estudo concretizou-se através da realização de uma saída de campo à cidade de Peso da Régua, para duas turmas do 11º ano de escolaridade. Pretendíamos com este estudo, tentar integrar a História e a Geografia nesta região, fazendo com que os alunos aplicassem os conhecimentos aprendidos na sala de aula, no espaço onde estavam inseridos. Era nosso objetivo também saber qual a evolução que os alunos iriam ter entre o antes e o depois da realização desta atividade.

Para a recolha e tratamento dos dados foram utilizados instrumentos diversos (na sua maioria, questionários), posteriormente submetidos a uma análise de cariz quantitativo ou qualitativo, consoante a natureza dos dados suscitados. As opiniões expressas pelos alunos também foram análise de conteúdo de respostas para verificar os momentos que mais destacaram nesta experiência.

Análise de todos estes dados revelou uma melhoria significativa de conhecimentos dos alunos depois de terem efetuado a saída de campo. Da análise ao conteúdo das opiniões dos alunos, estes identificaram várias aspetos positivos que decorreram na realização desta atividade. Ficou claro, que a implementação das saídas de campo aliadas ao desenvolvimento do trabalho de campo com os alunos, é uma excelente estratégia de ensino-aprendizagem.

CRI(S)E (D)AS CIDADES IMAGINÁRIAS, CRI(S)E (D)O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL!

Paulo Manuel Costa Lemos
Júlio Filipe Seixas da Rocha
Ana Sofia Ferreira da Costa
Dora Patrícia Abreu Soares
Universidade do Porto, Portugal

Adriana Seara Carvalho
Colégio Euro-Atlântico, Portugal

Vítor Manuel Moura Ribeiro
Universidade do Minho, Portugal

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Cidades do Futuro; Ecocidadania; Ecoconsciência; Projeto Escolar.

Afinal, como serão as Cidades do Futuro? Serão elas como hoje as idealizamos? E, porque não existem hoje essas Cidades Sustentáveis, Inclusivas e Inteligentes? Serão somente Imaginárias e Utópicas que não as possamos transformar em Reais e Concretas?

É verdade... este é um dos momentos mais críticos e difíceis da nossa história, onde a Humanidade começa a consciencializar-se de que as ações que pratica estão a originar severos impactos sobre o Meio Ambiente. É devido a esta fatídica realidade gerada pelo Homem que hoje procuramos urgentemente caminhos alternativos que nos permitam sobreviver. Assim se crê que nestas duas primeiras décadas do século XXI, a Humanidade se tenha que dedicar à criação de uma sociedade sustentável que nutra respeito pela Natureza, conheça, compreenda e defenda os Direitos Humanos Universais, valorize a Justiça Económica e desenvolva uma Cultura da Paz.

Este é o caminho a seguir na réstia tentativa de salvarmos, ainda, a ambição (consciente) de concretizar um sonho! Aliás, é a melhor alternativa para que a Terra consiga se recompor e para nós, sociedades atuais, podermos (fazer um valioso esforço de) perspetivar a nossa qualidade de vida em função de preocupações ambientais, sociais e económicas, assegurando, assim, a nossa sobrevivência. Uma sobrevivência assente em direitos e deveres, onde precisamos consciente e racionalmente satisfazer as nossas necessidades sem comprometermos a capacidade das nossas futuras gerações satisfazerem também as suas.

Neste âmbito e, para nós, professores de Geografia das gerações mais pequenas que um dia, estamos em crer, formem a tão desejada sociedade sustentável, apelar à sua atenção para a importância da sustentabilidade (ambiental) é vital. De tal modo que, partindo desta premissa, teoria ou desejo, se preferirem, este artigo baseia-se numa pequena amostra (98 alunos) composta por quatro turmas de 8º ano de escolaridade de duas escolas da Grande Área Metropolitana do Porto. Com as suas respostas/contribuições a um inquérito por questionário, procurou-se compreender até que ponto a sustentabilidade ambiental faz parte do seu quotidiano. Pretendeu-se também apurar em que medida a escola, e o espaço geográfico em que esta se insere, tem um papel fulcral na educação ambiental e na formação dos nossos alunos enquanto cidadãos ativos e conscientes das adversidades que a Humanidade enfrenta atualmente.

Embora com muitas interrogações, muitas questões sem resposta e muitos dilemas por decifrar, conclui-se

que, por um lado, pouco mais de um meio da nossa amostra sabe o que é a Sustentabilidade Ambiental (53,06%) e que, por outro, grande percentagem da mesma não fala sobre a temática em questão com os seus pais (56,12%). Tal realidade leva-nos a crer que o paradigma da Sustentabilidade Ambiental, embora comumente conhecido por todos, não é relevado com o devido valor (merecido) pela sociedade; simultaneamente a escola parece assumir em pleno século XXI um papel central na divulgação e sensibilização da importância vital da Educação Ambiental, inculcando valores éticos, cidadania ativa e paixão pela Natureza! Até porque, nunca é demais lembrar que a Terra já está significativamente prejudicada pelas nossas ações. Para salvá-la, precisamos de acreditar que o paradigma do Desenvolvimento Sustentável pode ser a resposta de que necessitamos e, para isso, há que priorizar um desenvolvimento social e humano com capacidade de suporte ambiental, indo, assim, ao encontro das tão afortunadas Cidades (Imaginárias e) Sustentáveis do Futuro!

Posters

[RESUMOS]

TEMA 1. SOCIEDADE, CULTURA E EDUCAÇÃO

(MISSÃO) SOCIEDADE INFANTIL: PAREM, LEIAM E REFLITAM... OS ESPAÇOS VERDES PODEM NÃO DURAR PARA SEMPRE!

Paulo Manuel Costa Lemos
Júlio Filipe Seixas da Rocha
Ana Sofia Ferreira da Costa
Dora Patrícia Abreu Soares

Universidade do Porto, Portugal

Maria Salomé Fernandes Ribeiro
Escola Secundária António Nobre, Portugal

Adriana Seara Carvalho
Colégio Euro-Atlântico, Portugal

Palavras-chave: Ordenamento do Território; Espaços Verdes; Continuum Naturale; Didática da Geografia.

Todos sabemos o que são espaços verdes, porque todos já deles usufruímos nalgum momento da nossa vida. Mas, saberemos realmente qual o seu significado e a sua importância? Porque os devemos proteger e valorizar?

À procura de respostas para estas questões centrais e perturbadoras da atualidade, tão debatidas pelos teóricos e “sabichões” da área, resolvemos escutar a voz da Sociedade Infantil. Mais do que tornar a ouvir as mesmas premissas, teses e conselhos dos cientistas, pretendemos fazer ressaltar para o diálogo a opinião (através da construção de Word Clouds) de três turmas do 8º ano de duas das escolas da Grande Área Metropolitana do Porto (Escola Secundária António Nobre e Escola Secundária de Paredes), e com eles (re)aprender e (re)pensar a importância, a vitalidade e a centralidade que os espaços verdes parecem assumir na dinâmica das sociedades atuais.

Para isso, é necessário recuar no tempo, até ao momento em que surgiram as cidades, uma vez que é com elas que o conceito “espaço verde” nasceu na tentativa, ou melhor ainda, na necessidade de manter as funções vitais da paisagem urbana. Considerados pela Sociedade Infantil como uma verdade necessária, desejável, absoluta e inquestionável, são eles que desde a contribuição para a preservação da biodiversidade à aproximação da população à natureza, conseguem promover a saúde e o bem-estar das sociedades e têm a dívida de conseguirem “desintoxicar” a cidade (funcionando como uma espécie de “respiração” do tecido urbano), tornando-a esteticamente mais bela e apelativa.

Nesta medida, seria de esperar que os espaços verdes possuíssem uma crescente importância nas políticas nacionais, regionais e municipais de qualquer país. Ora, muito particularmente no caso português, os “sabichões” mostram-nos que estes espaços são mormente valorizados numa perspetiva ou, se quisermos, numa lógica de estrutura verde sustentável e permanente na cidade, a qual mantém uma importante relação de simbiose com o espaço natural circundante - “Continuum Naturale”. Segundo eles e, aliás, contemplado na Lei de Bases do Ambiente, “Continuum Naturale” é a pedra angular da sustentabilidade ambiental de qualquer meio urbano, já que permite (re)criar (novos) espaços verdes estabelecendo “pontes” de ligação (os designados e cruciais “corredores verdes”) entre estes e o meio natural envolvente, abrangendo a (dinâmica da) cidade e a (vida da) sociedade, assumindo a paisagem natural múltiplas formas e diversas funções.

Portanto, nasce aqui a tão afortunada oportunidade de conseguirmos (inter)ligar as premissas científicas com as ideias inovadoras e simples dos nossos pequenos cidadãos. Da sua confluência, ressalva-se que, para além dos espaços verdes assumirem uma crescente importância nas políticas de Ordenamento do Território, estes são a peça-chave no Desenvolvimento Sustentável, pois permitem estabelecer laços íntimos entre a qualidade de vida dos cidadãos com a sua envolvência natural e a preservação do ambiente, adquirindo uma grande influência na qualidade de vida da sociedade que deles usufrui. Por entre, oportunidades de exercício físico, convívio social, descontração, paz e sossego, este elixir do Desenvolvimento Sustentável é uma das principais preocupações da nossa Sociedade Infantil que nos alerta de que a sua preservação e conservação é da responsabilidade de TODOS: é crucial o desenvolvimento de comportamentos ambientalmente corretos e o respeito por cada espaço verdade existente! Se assim o fizermos, aconselham-nos, veremos que para além das múltiplas valências de que vos fomos confundindo, os espaços verdes conseguem favorecer a convivência entre diversos grupos sociais e têm um potencial incrível de identificação com o património da cidade, estimulando o nosso sentimento cívico de pertença!

WESTWORLD Y LA RELACIÓN ANFITRIÓN-HUÉSPED: DE LA HOSPITALIDAD A LA TURISMOFÓBIA

José Ramón Cardona

Universitat de les Illes Balears, Espanha

María Dolores Sánchez-Fernández

Universidade da Coruña, Espanha

Palabras clave: hospitalidad, Westworld, turismofobia, enfrentamiento.

Westworld es una serie de 2016 emitida inicialmente por Home Box Office (HBO) y basada en la película Westworld (1973) de Michael Crichton. En esencia, la trama principal de la serie es la misma que la de la película original. Se trata de un parque de atracciones futurista en donde los visitantes, denominados “huéspedes”, pueden vivir una experiencia propia del Salvaje Oeste de finales del siglo XIX. Los visitantes pueden realizar cualquier cosa que deseen (peleas, asesinatos, violaciones, etc.) sin miedo a represalias, especialmente por parte de los “anfitriones”. Los “anfitriones” son androides con una apariencia tan real que los hace difíciles de distinguir de los humanos y que están programados para interactuar con los “huéspedes” y acceder a todos sus deseos, sean cuales sean. Este trabajo es un ensayo que aporta reflexiones sobre el concepto de hospitalidad que poseen algunas personas y sus consecuencias para la gestión de los destinos turísticos a través de su reflejo en la ficción Westworld.

La hospitalidad implica que unas personas, los anfitriones, reciben a otras personas, los huéspedes. Los anfitriones se encuentran en su morada (casa, región, país, etc.) mientras que los huéspedes se han desplazado fuera de ella. El concepto morada implica moral y costumbres, por tanto la hospitalidad implica que dos grupos de personas, anfitriones y huéspedes, se encuentran en la morada del primero y por ello en un entorno dominado por las costumbres y la moral del anfitrión. Existen diversos tipos de hospitalidad según algunos autores:

a) La “hospitalidad contractual” de Immanuel Kant y la “hospitalidad condicional” de Jacques Derrida implican una invitación del anfitrión dirigida al huésped, ya que conllevan un deseo de limitar la acogida, manteniendo el control y el poder del anfitrión sobre su morada. Es una hospitalidad muy formal, representada por rituales, normas y convenciones que representan la relación contractual y la aceptación de las condiciones implícitas.

b) La “hospitalidad universal” de Kant y la “hospitalidad pura o incondicional” de Derrida implican un derecho de visita del viajero o huésped y una asunción de riesgos por parte del anfitrión. Es una hospitalidad que es incompatible con la soberanía, el control y poder sobre la propia morada. Se fundamenta en ideas religiosas de amor al otro y raya en la utopía.

c) La “hospitalidad hiperbólica” de Derrida implica una xenomanía o xenofilia que se traduce en un exceso u obsesión patológica por el otro y todo lo que representa.

En la actualidad, el miedo a perder la propia morada lleva a defender una hospitalidad condicional, o restringida al similar, por los denominados “populismos”. En contraposición a ellos se defiende una hospitalidad universal de “puertas abiertas” vista por algunos como un riesgo y una hospitalidad hiperbólica. En Westworld, la hospitalidad hiperbólica o extrema de los anfitriones implica tal riesgo que por ello son androides en vez de humanos. Con el tiempo, esta hospitalidad hiperbólica termina desembocando en una respuesta violenta contra los huéspedes, ejemplo de máxima xenofobia, inhospitalidad y rechazo del otro. Pero la hospitalidad es un deber tanto para el anfitrión como para el huésped, ya que la visita no debe convertirse en conquista o destrucción. El éxito, a lo largo de los milenios, del concepto de hospitalidad se debe a que implica una relación de reciprocidad que conlleva el reconocimiento del huésped como sujeto de derechos y, en contrapartida, la aceptación de las normas y costumbres del anfitrión, siendo una hospitalidad contractual o condicional. Cuando se percibe el turismo como una supeditación del anfitrión a los deseos del huésped, como en Westworld, es sólo cuestión de tiempo el rechazo del huésped o “turismofobia”. En destinos como Baleares, la turismofobia está empezando a dar los primeros titulares de prensa y puede ser un grave problema social y económico para la región, aunque sin llegar al extremo de Westworld.

O INSUCESSO ESCOLAR: ALUNOS COM FALTA DE CAPACIDADE OU PROFESSORES QUE NÃO SABEM ENSINAR?

Sílvia Alexandra Oliveira

Maria de Fátima Alves Costa

Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: (In)sucesso escolar, Causas; Estrutura Social; Estrutura familiar; Professores.

O insucesso escolar é considerado “a incapacidade que o aluno revela de atingir os objetivos globais definidos para cada ciclo de estudos” (Eurydice citado por Sil & Lopes, 2005: 2985), é uma das problemáticas cada vez mais faladas na atualidade e uma das maiores preocupações de toda a comunidade escolar, visto ser algo cada vez mais frequente em pleno século XXI e que conduz ao seu abandono,

havendo inúmeras e variadas causas que se podem encontrar na origem de tal fenómeno. Analisando esta problemática do ponto de vista do professor, uma das principais causas do insucesso escolar seria a falta de bases, falta de capacidade e/ou motivação por parte dos alunos que acaba por influenciar o sucesso na aprendizagem. Assim sendo, segundo os professores, o insucesso escolar está relacionado com o QI que traduz as maiores ou menores capacidades do aluno e calcula a sua inteligência através dos seus “dons” naturais para o ensino/aprendizagem. Por outro lado, considera-se que o insucesso escolar pode também estar diretamente relacionado com a origem social do aluno e o disfuncionamento das estruturas familiares. Para que haja êxito, é imperativo que a família consiga passar à criança um “conjunto de bases culturais e linguísticas necessárias à sua progressão escolar” caso contrário apenas provoca “um atraso da criança” (Sil & Lopes, 2005: 2987). Deste ponto de vista, para que a criança seja bem-sucedida na escola é necessário que os pais sejam mais presentes na sua vida, que o ambiente em casa seja pacífico e harmonioso e nunca de discórdia e/ou violência. Nos casos em que os pais são mais participativos, apoiando-as incondicionalmente, estas são bem-sucedidas, tal como afirma Barroso (2010: 9) “os alunos de melhor rendimento percebem maior apoio dos pais, mesmo que isso não se estenda às atividades escolares (...)” sendo que, no caso de pais ausentes, ocorre precisamente o oposto!

Mas será que a causa do insucesso escolar se encontra apenas na estrutura familiar e na suposta falta de capacidades dos alunos? E se o problema estiver diretamente relacionado com o professor e não com o aluno? Hoje em dia, o que se espera de qualquer educador é que este transmita conhecimentos aos alunos. Espera-se que todos os educadores, incluindo os professores, os ensinam sendo que “Ensinar bem não significa repassar conteúdos, mas levar o aluno a pensar, criticar” (Oliveira, 2014: 4). Para além disso, segundo Bulgræn (2010: 30) “O educador deve atuar como mediador do conhecimento, de forma que os alunos aprendam os saberes escolares em interação com o outro, e não apenas recebam-no passivamente.”

E o que acontece quando o professor cria expectativas negativas relativas a um aluno? A verdade é que o professor tem um papel determinante na vida dos alunos e criando expectativas negativas relativas a um dado aluno é algo que pode ter um efeito decisivo no aluno podendo, mesmo afetar o desenvolvimento intelectual e até o processo escolar de cada um. Para além disso, o que acontece quando um professor não se mantém atualizado? O mundo está em constante movimento e o presente, amanhã pode já não ser o mesmo, sendo crucial que o professor se mantenha a par das notícias! Como pode um professor ser capaz de ensinar se não tiver conhecimentos concretos em relação ao mundo e ao meio que o envolve? Será este capaz de responder às perguntas dos seus alunos se tiver agarrado ao século passado?

Sendo o insucesso escolar algo deveras preocupante e marcante na atualidade, afetando diretamente o futuro de cada um, o mercado de trabalho de cada país e que tem fortes implicações na sociedade, torna-se crucial encontrar soluções que solucionem esta problemática. Para tal, é indispensável que sejam apresentadas todas as possibilidades existentes não deixando nenhuma hipótese de lado, incluindo a falta de capacidade de ensinar por parte dos professores. Como tal, a verdadeira questão que aqui se coloca é a seguinte: haverá alunos que não sabem aprender ou professores que não sabem ensinar?

O CONTRIBUTO DAS BANDAS FILARMÓNICAS PARA A CONSTRUÇÃO/PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL: O CASO DE BAIÃO

Diogo Miguel Pinto
Célia Manuela Figueiras
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Identidade local, Memória coletiva, Cultura, Bandas Filarmónicas, Baião.

As bandas filarmónicas são parte integrante do cenário musical, cultural e etnográfico do país. Quer no meio rural, quer no urbano, são diversas as instituições desta natureza que alegam as romarias, realizam concertos, cantam as janeiras, ou organizam outras atividades culturais. É, pois, inquestionável o impacto das bandas filarmónicas no território nacional pelas diversas atividades que disponibilizam, se bem que realçando sempre a sua ação como educadoras musicais, pois são as principais escolas de música do país, além do “berço” de muitos dos músicos das nossas orquestras. Estas instituições fornecem às populações quase gratuitamente (algumas mesmo de forma gratuita) um denso leque de conhecimentos musicais, além de dinamizarem as relações interpessoais. “As associações, os movimentos associativos assumem um papel relevante na sociedade desde meados do século XIX, com grande expressão a nível de todo o território nacional, como espaços de formação cívica e de cidadania, no seu claro pendor formativo, mas surgem também como espaços de ocupação de tempos livres, espaços de lazer, de convívio e divertimento.” (Caldeira, 2014).

Na Confederação Musical Portuguesa encontram-se registadas cerca de 718 bandas filarmónicas, mas existem na realidade muitas mais dispersas pelo país. No caso em estudo, no concelho de Baião pontuam atualmente duas bandas: a Banda Marcial de Ancede e a Banda Musical da Casa do Povo de Santa Marinha do Zêzere. A Banda Marcial de Ancede foi fundada em 1 de março de 1845, sendo a mais antiga associação do município de Baião e uma das mais antigas bandas nacionais. Foi fundada por D. Miguel Souto Mayor “senhor da Casa de Esmoriz, escritor e compositor musical” (AR, 2003:4). Por seu lado, a Banda Musical da Casa do Povo de Santa Marinha do Zêzere, nasceu como “Banda Zezerense”, em 1920, mas em 1937,

com a fundação da “Casa do Povo de Santa Marinha do Zêzere”, sofreu a alteração que lhe proporciona a sua atual designação. Nos dias de hoje estas duas bandas fazem alegrar as populações de Baião, sobretudo durante o verão, mas percorrendo também várias localidades do Norte que as recebem.

Apesar de toda a instrução cultural inerente, estes “mecenas musicais” ainda contribuem de forma grandiosa para a construção e preservação da identidade dos espaços onde se inserem, para além de divulgarem a sua região. Recorde-se ainda que o reportório que tocam e a constituição, o perfil sociocultural dos seus membros, refletem o local, a cultura dos meios de onde são originárias as bandas. Acresce que as bandas filarmónicas são extremamente acarinhadas pelos locais e a prova disso é o acompanhamento que fazem das mesmas nas suas deslocações, contribuindo em muito para a sua manutenção. Por último, refira-se que a sua importância é reconhecida pelo poder autárquico, já que grande parte do apoio financeiro é prestado pelos municípios, mas também pelos cidadãos que se tornam sócios ou aderem às várias iniciativas para angariações de fundos.

Sendo uma realidade do “Portugal Profundo”, da cultura portuguesa e desempenhando um papel tão relevante na etnografia, na história e na “revitalização” dos lugares onde se situam era de esperar que fossem mais estudadas, mais apoiadas pelo próprio Estado, mas a realidade é que ainda existe algum preconceito em relação às filarmónicas e a própria academia não o tem ultrapassado. Lentamente, porém, a realidade está a alterar-se, já que as bandas são, antes de mais, as “embaixadoras” da sua terra e por isso merecem destaque nos estudos sobre cultura demótica.

Para a concretização deste trabalho realizamos um inquérito a alguns membros das respetivas bandas, entrevistas aos responsáveis pelas duas instituições e um membro mais antigo e um mais novo com o objetivo de perceber a sua realidade social, histórica e perspectivas do futuro.

CATALUNHA: UMA NAÇÃO SUBMETIDA POR UM ESTADO?

Ana Rita Neves Fernandes
Catarina Isabel Barbosa Rocha
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Catalunha, Espanha, Nação, Estado, Independência

A Catalunha, comunidade autónoma localizada no nordeste de Espanha, vem, desde 1714, lutando pela sua autonomia e independência do estado espanhol, que continua a negar o pedido de realização de um referendo, quando este possibilitaria a criação de um novo estado, a Catalunha.

Mas, para além da Catalunha não evidenciar um sentimento de integração no território espanhol, esta apresenta ainda outra particularidade, que é o facto de ser uma nação, enquanto Espanha é um Estado, já que não existe um sentimento de pertença ao espaço nacional, uma identidade partilhada por todos os seus cidadãos. Em contraste, existe sim a soma das identidades basca, galega, catalã e castelhana.

Há, pois, a necessidade de perceber não só os fundamentos de Espanha não conceder a possibilidade de escolha à Catalunha e aceitar a realização de um possível referendo, bem como as suas consequências, mas também o que torna o território catalão numa verdadeira nação. São estes os principais objetivos deste poster.

Sabendo nós que a comunidade catalã partilha um conjunto de símbolos que auxiliam a construção da sua identidade e sentimento patriótico, como por exemplo a língua (o catalão), as tradições, o hino, a história ou mesmo a bandeira, factos impossíveis de ignorar aquando do passeio pelas calcetadas ruas de Barcelona, a sua desejada capital, no entanto, e contrariamente ao que muitos pensam, a história da Catalunha recua no tempo, já que no passado, até 1714, foi um reino independente. Por isso, a causa catalã advoga hoje que apenas quer que lhe restituam o estatuto que já usufruiu.

Ao mesmo tempo, sabemos também que as principais razões que levam o governo espanhol a não aceder ao pedido de referendo estão relacionadas não só com a posição geográfica e estratégica catalã (na fronteira com a França), mas também com o facto de, economicamente, a região da Catalunha ser das mais ricas de Espanha, contribuindo muito para a economia nacional, visto que de todas as regiões autónomas é a que mais colabora na área das exportações, indústria ou turismo. Acresce ainda o receio das repercussões que a autonomia traria, tal como o desejo das restantes comunidades, como a basca ou a galega, adquirirem também a sua desejada independência.

A realização deste trabalho terá como principal método a análise crítica de textos científicos nomeadamente artigos como 'Identidad y Política en Cataluña: el auge del independentismo en el nacionalismo catalán actual' de Montserrat Clua e Faina ou 'Definições de Nacionalismo e Identidade Cultural: a língua e a cultura, fronteiras da Nação Catalã' de Ana Luísa Paiva.

Assim, tendo como tema a identidade catalã, a sua origem e crescimento quando inserida no território espanhol, este artigo pretende compreender e ilustrar a existência duma nação, a catalã, que se encontra submetida pelo Estado espanhol onde, jurídica e territorialmente está inserida, ao mesmo tempo que tenta desenvolver uma solução para esta real problemática, a desenrolar-se num espaço tão próximo de Portugal.

FRANCE: PROBLEMS OF SEGREGATION AND INTEGRATION

Andreas Ruby
Julia Schauer
Universidade do Porto, Portugal

Keywords: France, Social Segregation, Migration, Integration.

This poster picks France out as a central theme, supposed to be one of the spatially and economically biggest and socially enlightened countries in Europe. But also, this assumed leader in the European area has to fight with immense actual problems. Especially in the environment of migrated people, who came over the years of the 20th and 21st century from the past French colonies, namely Maghreb or Sub Saharan Africa, there seem to exist lot of problems. The first part of the paper starts with the historical past of migration to France and continues with a small characterization of the actual foreign community to gain a more different view concerning their countries of origin, their ethnos or their religion. Following, problems of the language, religion, disadvantage at the labour market or daily racism will be picked out as examples to create an actual view over the French modern society and difficulties the migrants must face in their new life. Later the authors try to detect some of the barriers of integration but at the same time to mention some chances for successful living together.

In a second part, the paper analyses the specialties of the “banlieues”, the suburbs around the French metropole Paris and the ethnical segregation, so the social-spatially, but also the social-politically dynamics who cause directly big problems in the society. Some of the mentioned and very urgent consequences of this processes are the lower rate or a total lack of education, higher rates of criminality or an intense trade of drugs. Finally, the poster presents diverse possibilities of the political actors to minimize the described problems to give a chance of a better life to the inhabitants of this suburbs.

The resulting poster tries to present the main aspects and main problems of the French society in matters of the immigrated people and at the same time to identify and characterize these problems. Supplied by a spatially explicit example of a “banlieues” around Paris, the gravity of the situation, the actuality and the reality are tried to be more concrete and easily understandable. It ends with some potential political policy advises to improve the actual situation caused by the complex problems.

ITÁLIA: O DINAMISMO SOCIETAL E A TRANSVERSALIDADE DA CULTURA

Adriana Cristina Pereira Meireles
Pedro Miguel Silva Azevedo
Sónia Catarina Mendes Andrade
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Sociedade; Cultura; Desenvolvimento; Política; Educação.

Este resumo rege-se segundo uma panóplia de temáticas de ordem social e cultural, estendendo-se desde a estrutura política ao pluralismo da cultura italiana nas últimas décadas. A metodologia centra-se essencialmente, numa pesquisa bibliográfica e documental.

A Itália é um Estado localizado no Sul da Europa, sendo em termos de desenvolvimento, um dos mais avançados no continente europeu. No entanto, tal não significa a ausência de problemas. Denota-se, com efeito, um forte contraste entre “duas Itálias”: uma Itália fortemente caracterizada por défices estruturais, nomeadamente os decorrentes de um sistema político incapaz de fazer face aos entraves com que se depara e, em contrapartida, uma sociedade civil que é capaz de prosperar tanto a nível social como a nível cultural, apesar de todas as condicionantes que enfrenta a nível governativo.

Neste contexto, iremos abordar uma perspetiva educacional adaptada a uma visão cada vez mais global, onde se incentivam hábitos de inserção efetiva nas escolas e na sociedade e sugerir uma reformulação no sistema educativo. É de realçar um grande desenvolvimento no sistema educativo italiano o que não invalida a existência de problemas e de novos desafios, como mudanças curriculares com o intuito de uma melhor preparação no exercício da profissão; a formação de um maior número de professores; a aposta na educação contínua ao longo da carreira profissional e ainda maior enfoque na sua supervisão. Temos também como objetivo caracterizar a transição do primeiro sistema partidário (instável) que girava em volta da luta ideológica entre comunistas e democratas-cristãos, para o segundo que emerge com a queda do muro de Berlim e o fim da ameaça comunista, sendo também indissociável de graves escândalos de corrupção. Estes acontecimentos despoletam o fim dos partidos tradicionais que são substituídos por outros efémeros, que tipicamente defendem a ambição de um só indivíduo.

Um dos pontos em análise é a importância da máfia italiana que detém uma elevada influência na sociedade (duas grandes famílias: A Cosa Nostra e os Ndrangheta que conjuntamente com outras organizações criminosas, manipulam em muitos aspetos a vida quotidiana da população). Este controlo tem sido gradualmente erodido com a atuação eficaz do sistema judicial, na sequência de um conjunto de inovações legais e institucionais que têm promovido o enfraquecimento destas organizações criminosas.

Em adição, é também exposta a evolução do sistema nacional de saúde, mais concretamente, as mudanças

das políticas, ao longo da sua existência. É um sistema que retém os princípios fundamentais com que foi fundado, nomeadamente o universalismo, o financiamento por taxação geral e abrangência. Apesar disso, tem lhe sido atribuída liberdade para inovar noutros aspetos das políticas de saúde.

Em suma, procuramos retratar as dimensões do desenvolvimento deste país mediterrânico, seja os aspetos de ordem positiva, seja os de ordem negativa. Na realidade, a Itália corresponde a um país atormentado por grandes contrariedades e desafios, mas onde, apesar de tudo, são visíveis progressos notáveis no seu desenvolvimento, como é o caso do sistema educacional que apela a políticas de pluralismo cultural, ou ainda a organização social que possibilita auxílio a grupos mais vulneráveis. Acrescem melhorias no sistema judicial, que atua como uma arma poderosa no combate ao crime organizado.

SUÉCIA: A CRIAÇÃO E PREVALÊNCIA DE UMA UTOPIA CULTURAL E SOCIAL?

João Carlos Da Silva Duarte
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Suécia; Dinâmicas Sócio-culturais; Discriminação; Migrações; Refugiados.

A esperança na resolução de um dos mais antigos dilemas políticos, é motivo de fascínio na comunidade científica mundial. Este assenta na existência de uma sociedade onde uma política igualitarista não se sobrepõe ao individualismo. Neste contexto, a Suécia apresenta um interesse especial, dado que a sua aposta na igualdade é bem mais antiga do que o aparecimento da Social Democracia. Com efeito, a cultura política foi desde muito cedo (século XIX) incorporada na prática social, através de um método determinista e pragmático que promoveu muito rapidamente a Suécia como uma “casa para todos” onde o sistema social estava bem estabelecido e funcional, aliando-se ainda a taxas e regulação ao nível de salários. Esta realidade unida ao importante crescimento económico registado nos meados do século XX, promoveu o forte desenvolvimento da imigração, aspeto positivo para a sociedade sueca, mas constituindo também um novo desafio em que o discurso focado na homogeneidade da população não se enquadrava.

Numa tentativa de adaptação a esta nova realidade, a Suécia promoveu alterações na sua constituição em 1974, decretando uma mudança no discurso de identidade nacional transitando de “País mais homogéneo do mundo” para a assimilação do conceito de multiculturalidade. Este, mais tarde, foi substituído pelo conceito de diversidade, anexando a liberdade de escolha para os imigrantes na manutenção da sua cultura. Este gesto viria, no entanto, a revelar-se insuficiente na estruturação de uma sociedade que muitas vezes transparece como perfeita para o exterior.

A metodologia deste trabalho passa pela recolha de bibliografia de carácter científico, bem como outros documentos estatísticos e cartográficos, de modo a privilegiar duas problemáticas (discriminação e custo financeiro dos imigrantes e refugiados) atualmente presentes na Suécia, mas também nas estratégias de mitigação desses entraves ao seu desenvolvimento, sendo as soluções remetidas para o poster.

A dificuldade na perceção e reconhecimento de que nas sociedades atuais a discriminação ocorre, é muitas vezes baseada numa falsa ideia de perfeição da população sueca, onde é assumida uma não existência de racismo e de opressão às minorias étnicas, quando, na realidade, esta discriminação existe e deve ser abordada. A existência de racismo e discriminação estrutural é, desta forma, uma problemática presente na Suécia, não obstante a existência de uma cultura política assertiva e do comportamento recetivo de grande parte da sociedade. Esta discriminação encontra-se disseminada nos diferentes setores sociais com ênfase na educação, justiça, saúde e mercado de trabalho. A forma como os imigrantes são estereotipados por parte da sociedade sueca confirma também a manutenção da discriminação, como se comprova através do exemplo de um homem imigrante que agrida a esposa, esta atitude é encarada como um problema de base cultural, enquanto se um sueco fizer o mesmo, este é abordado como um ato individualizado e tratado como problema psicológico.

Desde 1980 a Suécia é o país Europeu que apresenta a maior taxa de imigrantes (refugiados) per capita. Esta situação remete-nos para uma importante problemática, a perceção do custo financeiro da imigração e dos refugiados. O impacto negativo na segurança social é uma das razões de preocupação dos diversos líderes de Países que viram chegar um número significativo de refugiados nos últimos anos já que uma parte substancial recebe assistência social mais favorável quando comparada com a dispensada à população nativa, sobretudo quando esta política se alia a uma baixa taxa de empregabilidade. Este tipo de impacto é diversificado e deve ser considerado ao nível de custos, receitas e redistribuição pública, onde setores como a educação (acrescentando a aprendizagem da língua local), saúde, justiça (crime) e das próprias políticas de integração, apresentam agora maior relevância. É importante ainda fazer a distinção entre imigrantes refugiados e não refugiados, sendo que os últimos apresentam por exemplo, um impacto positivo nas finanças públicas, pois integram-se facilmente no mercado de trabalho.

Atualmente e segundo vários índices, a Suécia é um dos melhores países para se viver, no entanto, é importante perceber que não existem sociedades perfeitas.

NORUEGA, UM EXEMPLO A SEGUIR NA POLÍTICA DE ACOLHIMENTO DOS REFUGIADOS?

Tatiana Alexandra Batista Oliveira
Diogo José Gonçalves da Mota Reis
Rui Jorge Fonseca Almeida
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Imigração; Conflitos Bélicos e Políticos; Sociocultura Norueguesa.

Localizada na parte ocidental da Península Escandinava, a Noruega corresponde a um dos cinquenta países da Europa. Ao nível social este possui o modelo social escandinavo que se baseia na saúde universal e num regime de providência económica. A Noruega é o terceiro país do mundo com o maior PIB *per capita* e é o primeiro lugar no Índice de Desenvolvimento Humano. A metodologia que o grupo optou foi através da pesquisa bibliográfica e documental, onde se verificou que este é não só considerado um dos países mais desenvolvidos do mundo desde 2001, como também é considerado pela ONU como o melhor país para se viver e o mais pacífico do mundo. Será que tudo isto é verdade? Na realidade, e a partir da documentação analisada decorrente da pesquisa bibliográfica concretizada, constatou-se que embora este país seja citado como o mais pacífico à escala mundial, revelam-se aspetos muito preocupantes. Entre eles sobressai a política social de acolhimento dos refugiados, migração forçada de grande impacto neste país, mas também em toda a Europa, continente que acolhe milhares de refugiados que veem como escapatória aos conflitos bélicos dos seus países, para além da realidade económica e política, obrigando-os a fugir. Segundo as Nações Unidas (1951) um refugiado é “qualquer pessoa que tem receio de ser perseguida devido à sua raça, religião ou nacionalidade e não se encontra no seu país de origem devido a esse medo”. Evoluindo a definição - segundo Stedman e Tanner (2003), entendendo-se por refugiado “todas as pessoas que se veem obrigadas a abandonar o seu país de origem, com a finalidade principal de arranjar condições de vida mais estáveis, visto que os distúrbios de ordem pública que os seus países sofrem os obrigam a fugir”. Este conceito vem proteger refugiados decorrentes de conflitos de guerra. Na Noruega, o governo subdivide os refugiados em duas categorias, designadamente: os que procuram asilo, ou seja, os refugiados incluídos nas estatísticas, pois pedem autorização de entrada no país; refugiado humanitário, aquele que não obtém autorização legal, mas, ainda assim, permanece no país. Existe ainda, uma diferenciação entre os refugiados económicos, ou seja, aqueles que saíram do seu país de origem devido à pobreza ou a problemas sociais como a miséria e os refugiados políticos, aqueles que deixam o seu país devido a problemas relacionados com a raça, a religião, a nacionalidade ou mesmo a política.

Este é considerado o quarto país que recebe mais refugiados no mundo. Não obstante, os civis naturais dos Países Nórdicos criaram uma corrente denominada de “Patrulha Antirrefugiados”, com o intuito de controlar e gerir o número de refugiados que entram neste país. Efetivamente, os civis têm a crença de que as taxas de criminalidade nacionais aumentaram na sequência da entrada dos “imigrantes ilegais”. Para além disso, o próprio Governo face a esta problemática criada pelos seus próprios civis, tentou mobilizar estas “milícias” para a fronteira física com a Rússia, de modo a que a entrada deste tipo de imigrantes seja bloqueada e conseqüentemente, mais controlada.

MINORIAS NA CROÁCIA- CIGANOS E SÉRVIOS

Thaise Jesus Câmara
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: minorias sociais, sérvios, ciganos.

A Croácia, ou República da Croácia, possui uma área de 56 594 km², tendo como capital e cidade mais populosa, Zagreb. A sua moeda é o Kuna Croata (HRK). O país possui 0,8% da população total da Europa e o seu produto interno bruto (PIB) no último ano foi de 45 557 mil milhões de Euros (AICEP, 2016). O país é o terceiro mais rico da Europa em termos de recursos hídricos naturais e possui um quadro ambiental muito diversificado e bem preservado.

O país tem como idioma oficial o croata e faz parte das Nações Unidas, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da União Europeia. Situado no noroeste dos Balcãs, faz fronteira com a Áustria, Hungria, Sérvia, Eslovênia, Montenegro e Bósnia e Herzegovina. Tal posicionamento favoreceu o contato com diversas culturas cujos traços são perceptíveis e reconhecidos até hoje, fazendo parte da identidade nacional. A guerra responsável pela independência do país deixou muitas marcas nas relações entre as comunidades.

À vista disso, este trabalho tem como objetivo analisar as duas minorias mais discriminadas na Croácia: os ciganos e os sérvios. Os ciganos são caracterizados pela pobreza, a exclusão social e, por numerosas especificidades culturais e de estilo de vida próprio. Já as relações com os sérvios são sobrecarregadas pelo legado decorrente do conflito étnico que aconteceu entre 1991 e 1995.

Neste poster pretende-se discutir o papel de ambos os grupos na sociedade croata e as políticas de inclusão que aí se incrementam. Para isso, buscou-se entender como essas minorias viveram e vivem no país, quais

as políticas públicas existentes e as possíveis soluções para estes graves problemas de exclusão social. De uma forma geral, as minorias possuem uma menor taxa de desenvolvimento econômico e social quando comparadas com a população croata. Assim, há que identificar os principais problemas que essas minorias enfrentam no país, como por exemplo, a diferença na taxa de emprego, a participação desigual no mercado de trabalho, as diferentes médias dos salários mensais e as distintas prevalências de fatores de riscos para algumas doenças.

Visando a diminuição ou até mesmo a total eliminação desses problemas de exclusão de minorias, o governo croata precisa de agir por meios de políticas públicas democráticas, multiculturalistas e efetivas. Pretende-se uma abrangente inclusão social que envolva medidas de não discriminação no domínio do emprego e da educação, por exemplo. Deve-se também buscar a plena aplicação da legislação vigente, assim como a devida atualização quando necessária.

Pretende-se demonstrar como o Estado assegura a existência dessas minorias perante a lei. Para tal e, neste trabalho, além de se caracterizar a população de ciganos e de sérvios na Croácia, são apresentadas medidas de melhoramento de políticas públicas existentes, ou propor novas políticas a fim de que as consequências negativas das práticas discriminatórias não voltem a acontecer e para que posteriormente as minorias não desapareçam.

A metodologia do trabalho baseou-se em pesquisa bibliográfica. Fundamenta-se em artigos científicos e capítulos de livros que buscam tratar da temática proposta. A estes documentos anexaram-se alguns dados estatísticos para melhor entender a dinâmica populacional de ambos os grupos em estudo.

IRLANDA, A “JOVEM” DA EUROPA

Nuno Miguel Lopes de Vasconcelos
Vítor Samuel Vieira da Silva
João Carlos Vara Rodrigues Choupina
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Irlanda; Europa; demografia; cultura.

Principais Objetivos

Este resumo tem dois grandes objetivos. O primeiro é expor o tema do poster que pretendemos apresentar nas XII Jornadas Internacionais "Grandes Problemáticas do Espaço Europeu". O segundo objetivo é analisar a Irlanda em termos demográficos e culturais bem como perceber o porquê dessas diversidades que a destaca no contexto europeu.

Metodologia

Para construir um resultado fiável foi empregue uma metodologia, que tem por base a análise demográfica da Irlanda. Quanto ao tipo de recolha de informação necessária recorreremos, sobretudo, à análise de conteúdo e revisão bibliográfica de diversos artigos científicos.

Resumo

A Europa tem vindo a sofrer profundas alterações nas suas estruturas económicas, sociais, políticas e demográficas. Este procedimento de mutação ainda não cessou e não se sabe quando vão estagnar. Nas últimas décadas os países desenvolvidos acentuaram um processo de transição demográfica marcada pela diminuição da taxa de fecundidade e por um aumento da esperança média de vida. Esta situação originou o duplo envelhecimento demográfico. Apesar de tudo existe um país que se destaca pela sua juventude, a Irlanda.

A Irlanda entrou para a CEE em 1973, contudo os resultados foram escassos, sendo que a emigração e as taxas de desemprego prosseguiram até ao início da década de 80. Face a esta situação foram adotadas novas políticas de crescimento, que permitiram altos níveis de imigração.

Em 1973, a Irlanda adquiriu o conceito de país de acolhimento, contrariando a sua longa tradição histórica de volumosas vagas emigratórias. Este cenário é, acima de tudo, consequência da entrada do país na CEE, bem como dos benefícios inerentes a tal adesão.

A partir de 1991, verificou-se na Irlanda um crescimento populacional exponencial, quando comparado com o crescimento ocorrido na fase anterior. Nesse período chegaram mesmo a registar-se aumentos populacionais intensos.

Em 2006 entramos numa nova fase de dinâmica demográfica. Nesse ano a Irlanda passou a contar com cerca de 4,3 milhões de pessoas, valor bastante elevado, que facilmente pode ser explicado pelo chamado “milagre irlandês”, fenómeno não só económico, como também social, político e demográfico.

Este último período é, portanto, a fase em que o país se afirma como destino de imigração que pode ser justificado pela implementação de medidas pelo governo, ao nível político e social, como é exemplo a política fiscal vantajosa para os investidores estrangeiros; o aproveitamento racional e prospetivo dos fundos de investimento da União Europeia e a formação profissional dos jovens.

Epitomando, ao longo das últimas décadas a demografia irlandesa modificou, em simultaneidade com as profundas renovações sociais, económicas e políticas, nacionais e internacionais que assinalaram todo este período. A dinâmica demográfica irlandesa tem-se revelado bastante mais favorável que a dos restantes países da UE, já que a taxa de nascimento na Irlanda até aos anos 80 era bastante superior à da maioria dos países da Europa Ocidental. Desde então, tem vindo paulatinamente a decrescer, embora, ainda se

mantenha acima da maior parte dos países. A Irlanda apresenta ainda umas das populações mais jovens, com uma maior preponderância da população menor de 15 anos e entre os 15 e os 64 anos, registando, igualmente, a menor percentagem de pessoas com mais de 65 anos. Ainda assim, e apesar do panorama irlandês parecer mais auspicioso que o dos restantes países europeus, a verdade é que no que respeita à natalidade, o caso da Irlanda está a registar aproximações progressivas ao paradigma geral.

MELTING POT: SEGREGAÇÃO SOCIAL NA HOLANDA?

Diogo Fernandes de Sousa
Bruno Filipe Domingues Silva
Nuno Gonçalo Couto Machado
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Holanda; Multiculturalismo; Violência.

Tendo por base uma dedução de que a Holanda é um país de liberdade - não obstante o seu multiculturalismo – abordamos a relação entre os nativos e os imigrantes, bem como as consequências da mesma, focando-nos na vertente social e cultural.

Após uma pesquisa inicial sobre o objeto de estudo, determinamos que seria fundamental incluir na pesquisa os termos: “Netherlands”, “Multiculturalism”, “Violence”, de forma a abranger o espaço e a finalidade do estudo. Partindo da base de dados, “SCIENCE DIRECT”, selecionamos seis artigos, dos quais quatro abordam genericamente a diversidade étnica e os restantes dois especificam questões de insegurança. Estes apresentam uma visão antagónica do que se poderia esperar na dedução inicial.

O capital social assume relevância individual e comunitária no crime, exibindo-se em altos níveis - envolvimento cívico e baixos níveis - desvio comportamental, considerando-se estimulador à produtividade uma comunicação com as instituições para reforçar laços comunitários. A Holanda é interessante devido às condições homogéneas economicamente, convergência de imigrantes e atitude liberal.

Apesar de haver receios de ambos os lados, são os jovens nativos holandeses que tem mais atitudes segregadoras, mais ansiedade intergrupar, mais estereótipos negativos e menos contato/ações de multiculturalismo comparando com os grupos muçulmanos. Esta minoria, pede simplesmente liberdade religiosa e manutenção da sua identidade, contudo os órgãos de comunicação social ainda associam generalizadamente a comunidade muçulmana a fenómenos como o radicalismo e o terrorismo.

Domesticamente a ameaça é superior devido ao sentimento de pertença, predominando motivos pessoais acima de qualquer estratégia ou organização nestes acontecimentos. Podem derivar de um fanatismo irracional, uma mentalidade adoentada, que torna a pessoa vulnerável ao pensamento coletivo, incitando a racionalidade dos atentados a uma questão de solidariedade, estatuto ou gratificação, agravado pela interação com as autoridades nacionais, que suscitam a violência em si. Ainda assim, relaciona-se com o advogar da sua identidade pessoal (verdadeiro muçulmano).

Estudando as relações entre os nativos e quatro comunidades exteriores (Surinameses, Antilhanos, Turcos e Marroquinos), conclui-se que uma comunidade com bons níveis de escolaridade, tem boas relações com os nativos e mais protagonismo social. Analisando os quatro povos, os imigrantes de países muçulmanos são os com piores relações, a explicação principal não será religiosa, mas questões histórico-culturais que ligam os nativos aos dois primeiros povos acima referidos.

No que concerne às relações ao nível dos jovens, os jovens holandeses e os jovens não nativos (em especial os turcos) contribuíram para um aumento da descrença do multiculturalismo por partes dos últimos. Isto porque os turcos são fortemente a favor da manutenção da sua cultura (apesar de estarem num país distinto) como modo de vida e não apenas como uma forma de adaptação. Por outro lado, os holandeses defendem a manutenção da cultura como forma de adaptação, mas são contra uma manutenção permanente dessa cultura, argumentando que têm que se reger pela cultura do país onde habitam. Este ponto de vista vai ao encontro de um outro artigo, que afirma que dentro 5 áreas de estudo (nível de instrução, personalidade, idade, etc.) identifica a idade como o principal campo que leva à segregação social.

Concluindo, podemos dizer que a dedução inicial não corresponde à realidade. Problemas vários atacam a Holanda, desde crime até fanatismo/extremismo, mas o principal problema da sociedade holandesa, é a falta de convivência e respeito entre os nativos e os imigrantes, sendo que a minoria é quase sempre responsabilizada negativamente, na sequência de algum acontecimento. Estes acontecimentos só terminariam, quando as maiorias deixassem o receio e acolhessem quem é diferente, só assim se obteria uma sociedade igualitária.

REFUGIADOS: UM FARDO OU UMA OPORTUNIDADE PARA A ECONOMIA ALEMÃ?

Ana Sofia Rodrigues Vinhas
Catarina Isabel Alves Moutinho Rodrigues
Marta Alexandra Costa Moreiras
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Refugiados; Alemanha; Economia; Desafios; Oportunidade.

A sociedade atual enfrenta diversos problemas aos quais não consegue dar resposta. Um desses problemas, notícia quase diária, é a crise de refugiados que a Europa está a enfrentar. Esta crise humanitária é vivida por centenas de milhares de refugiados provenientes maioritariamente de África e do Médio Oriente.

A Alemanha é uma república parlamentar federal de 16 estados. Esta grande potência é um dos países fundadores da Comunidade Europeia, posteriormente União Europeia, para além de ser membro das Nações Unidas, da NATO, do G8 e G20, da OCDE e da OMC. O país tem uma das maiores populações da União Europeia e também detém a terceira maior população de migrantes internacionais de todo o mundo. A Alemanha é considerada uma grande potência económica, detendo uma das mais dinâmicas economias do mundo em questões de PIB e poder de compra. Em termos de importações e exportações, pode dizer-se que a Alemanha detém também uma superioridade neste campo. Pode ainda referir-se que este país possui um elevado nível de desenvolvimento humano e estabeleceu um sistema de segurança social muito atrativo.

Com base na pesquisa de artigos científicos e de notícias apuramos que a crise de refugiados se intensificou em 2015 e um dos países mais solicitados para asilo pelos migrantes é a Alemanha, graças às suas condições económicas e sociais favoráveis. Em 2015, a Alemanha foi, de todos os Estados-membros da União Europeia, o país que mais refugiados acolheu, cerca de um milhão de pessoas, sobretudo de nacionalidade síria.

Estudos indicavam que a Alemanha iria beneficiar com a chegada de migrantes, aspeto positivo para a sociedade, mas, no entanto, muitos questionavam-se se estes não contribuiriam também para o aumento do desemprego, por exemplo. Com efeito, inicialmente os alemães observaram nos refugiados uma oportunidade, dado que a sua taxa de natalidade estava a decrescer rapidamente e a sua população a envelhecer. Neste contexto, os migrantes eram necessários para rejuvenescer a força de trabalho alemã, contudo, os volumes destes migrantes dilataram-se de tal forma que se tornou crítico. De modo a combater esta crise migratória e apoiar os migrantes, a Alemanha investiu milhões de euros em alojamento, alimentação, creches, escolas, cursos de alemão e administração. Todo este investimento monetário traria resultados para o país, mesmo que a longo prazo.

É certo que desde a chegada dos refugiados à Alemanha, o seu PIB aumentou ainda mais em 2016 do que nos últimos cinco anos. Os gastos do governo aumentaram efetivamente devido ao apoio prestado aos refugiados, mas, em simultâneo, a economia crescia e a taxa de desemprego era das mais favoráveis das últimas décadas.

No entanto, nem tudo é positivo nesta situação. Com efeito, na sequência do grande afluxo de migrantes, a sociedade alemã enfrenta diversos desafios. A título de exemplo, refira-se que os autóctones ao albergarem os refugiados começaram a ficar sobrelotados enquanto os sistemas de segurança social e os orçamentos regionais enfrentavam custos adicionais. Apesar de inicialmente ter acolhido um dos maiores números de refugiados, atualmente a Alemanha aumentou os seus controlos fronteiriços para combater a entrada de mais migrantes. Neste país, tal como em muitos outros, devido aos desafios que este problema impõe, passou a existir um sentimento “anti-refugiados”, reportando-se mais de 3.500 ataques a refugiados e a abrigos de requerentes. Todavia, mais de 200 organizações não-governamentais apoiam estes refugiados, multiplicando-se os voluntários que os acolhem.

Em suma, pode dizer-se que, em termos económicos, os refugiados são “um fardo”, mas, no entanto, também são uma oportunidade para, no futuro, promoverem o crescimento do país económica e demograficamente.

GRÉCIA, O BERÇO DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

Cristiano Jorge Veiga Alves
David Almeida Varela
Ricardo Pereira Garcia Pinto
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Grécia, Sociedade, Cultura, Turismo.

No domínio da metodologia deste trabalho podemos prontamente afirmar que a nossa fonte de pesquisa centrou-se essencialmente nos Serviços de documentação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, da qual nos foi possível selecionar e retirar os artigos e dados cruciais para a realização de uma caracterização minuciosa da temática Cultura e Sociedade.

Após a extracção desse vasto conjunto de dados de diversos tipos de incidência, através do Sistema de Descoberta da U.Porto, elaboramos uma reflexão metódica sobre o tema e, posteriormente, uma meticulosa análise desses elementos de modo a que fosse possível evidenciar todos os seus aspectos.

Pode-se indubitavelmente referir que a nível cultural, e também social, que a Grécia está para o Mundo assim como o Mundo está para a Grécia. (“... a Grécia tem sido muito aberta à influência de outras culturas ...” - NANSON Anthony; HARTSIOTIS Kirsty (2014). Greece is the world. The Ten Book Challenge.25 (1), p.40.)

Localizada no Sudeste do continente europeu, este país foi outrora um elemento primordial no que diz respeito à implantação de ideais e costumes para a Civilização Ocidental. Apresentando diversos pontos fortes a seu favor, como o turismo, a Grécia vive actualmente um dos períodos mais conturbados da sua história, tanto a nível económico, bem como a nível social pela recém-entrada no país de grandes grupos de refugiados.

Surge então, como grande factor dinamizador da região o turismo, estando esta classificada segundo o ranking da Organização Mundial de Turismo como o 15º país mais visitado de todo o mundo. (“A Grécia é o país ideal para o turismo devido ao clima ameno e a variedade de cenários, juntamente com a maior biodiversidade da Europa. A contribuição do turismo (impacto directo e indirecto) para a economia grega representa 18,2% do PIB.” - ŞTIINŢIFICE Lucrari, Best Practises In Greek Rural Tourism Bune Practici In Turrisumul Rural Grecesc série 1, Vol. 4). Ostentando todo um prestigiado património cultural e histórico, a Grécia emerge assim como uma das referências de turismo mundiais, destacando-se três vertentes: o turismo rural, o turismo balnear e o turismo cultural. Ao longo do seu território podemos facilmente detectar uma variada gama de monumentos possuidores de uma beleza arquitectónica incomum, como o caso do templo de Apollo ou a Torre Medieval de Aghia, ambos situados na paradisíaca ilha de Naxos. (“Sua riqueza natural e monumental é imenso, diversa e distinta.” - GRATSIA Irini (2010). Citizen and Monument. The Case of the Greek Island of Naxos. Hellenic Society for the Environment and Civilization. Vol.12, Nº 1, Março.)

Apesar de todos estes aspectos abonatórios, a nação enfrenta múltiplas problemáticas de cariz social. A crise social instaurada após a crise económica alicerçada à recente vaga de refugiados afectou especialmente este país, sendo este um dos principais pontos de chegada daqueles que procuram asilo no Continente Europeu.

Em suma, podemos afirmar que a Grécia apresenta um carácter ambíguo pois apesar da sua esplêndida localização geográfica e todos os benefícios que daí advêm, manifesta várias vulnerabilidades sociais.

O IMPACTE DA ENTRADA DOS REFUGIADOS NA ALEMANHA

Ana Zoé Brasil de Sousa
Andreia Patrícia de Sousa Monteiro
José Pedro Jesus Martins Bastos
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Mercado de trabalho; Desigualdades; Mudança; Integração.

Os refugiados que hoje chegam à Alemanha são sobretudo pessoas oriundas de países em guerra, sendo no seu país de origem perseguidas, sobrevivendo de uma forma muito precária, para além de serem vítimas de recrutamentos forçados. Neste contexto, a migração é uma forma de verem os seus direitos humanos contemplados, como sucede na Alemanha. Assim, em 2016, a Alemanha lançou uma “política de boas vindas” para os refugiados e para a sua integração, sedo, no entanto, também assinados alguns acordos de forma a evitar a entrada de refugiados clandestinos pela Grécia e pela Turquia. Estes acordos fizeram diminuir, de forma considerável, o número de refugiados.

Na Alemanha, o estatuto de refugiado dá acesso a determinados benefícios como a prioridade na formação profissional e na frequência de cursos de línguas, enquanto determinam se e quando é possível o reencontro familiar. Estes refugiados vivem, na sua maioria, em habitações financiadas pelo Estado e só mais tarde são redistribuídos pela Alemanha.

Há, porém, um grande problema: a falta de fluência da língua alemã. Efetivamente, tal condiciona a integração dos indivíduos, isolando-os da sociedade, formando os chamados “enclaves” onde se fala a sua língua e onde se sentem mais à vontade, mas dificultando a sua real integração. No sentido de evitar o surgimento destes “enclaves, concretiza-se uma distribuição proporcional dos refugiados pela Alemanha, por forma a que estes se integrem aprendendo a língua e promovendo o contacto diário com os locais. Assim, o governo alemão reduziu os custos de aquisição de linguagem e tem vindo a estimular a exposição à língua do país.

Hoje, a Alemanha promove a rápida integração dos refugiados, começando pela entrada no mercado de trabalho, o que permite que eles sejam financeiramente independentes e beneficiem da interação diária com os colegas e com outros setores da sociedade. Muitos destes refugiados possuem habilitações literárias de nível superior, mas, ainda assim, tendem a conseguir emprego mais tarde e a receber salários abaixo das suas competências e dos auferidos pelos restantes imigrantes não refugiados.

Com esta estratégia, os governantes políticos como Angela Merkel, procuram proporcionar mão-de-obra necessária na Alemanha, enquanto reduzem o número de refugiados clandestinos. Desta forma se

aproveita a mão-de-obra qualificada que chega ao país de forma apelativa para a Alemanha. No entanto, a opinião pública alemã não é muito favorável aos refugiados, verifica-se o medo e o receio dos riscos e das consequências que podem advir deste processo. Defendem que o direito de asilo deve ser dado aqueles que cumpriram os requisitos necessários e, ainda assim, este deve ser um estatuto temporário.

Para a realização deste trabalho foi fulcral uma pesquisa bibliográfica de artigos em revistas científicas e posterior reflexão dos mesmos. Anexamos ainda uma recolha de outros documentos (cartográficos, estatísticos, jornalísticos, ...) que nos possibilitaram obter uma visão muito atual e multifacetada do problema aqui abordado.

A LESTE DO PARAÍSO: O DRAMA DO TRÁFICO HUMANO NA ROMÉLIA

Cátia Filipa Fernandes Bastos
Ana Filipa Monteiro Vieira
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: tráfico humano, exploração sexual, Roménia.

O tráfico humano é um problema que apesar de globalmente reconhecido continua a ser pouco abordado tanto pelos meios de comunicação como pelos órgãos governativos. Atualmente, verifica-se a existência de um grande número de redes e organizações criminosas dedicadas ao tráfico de seres humanos a operar no espaço europeu, sendo que a sua identificação e desmantelamento se revelam no entanto um desafio, envolvendo quase sempre um processo moroso e delicado.

Ao longo das duas últimas décadas tem-se vindo a assistir a um aumento do número de casos registados, sendo que a Roménia surge cada vez mais como um dos maiores centros de tráfico de pessoas à escala mundial, funcionando não só como país de origem mas também de destino. Tratam-se sobretudo de mulheres e crianças, utilizadas na maioria dos casos para fins relacionados com a exploração sexual.

De acordo com a UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime (2006), a complexidade deste problema pode ser em parte explicada pela dificuldade de alcançar todas as vítimas e potenciais vítimas, uma vez que em muitos casos após serem forçadas a assumir um papel de trabalhadores sexuais as mesmas optam por não pedir ajuda às autoridades por desconhecimento das leis e medo de potenciais consequências legais resultantes quer da prática da atividade em que se viram envolvidas, quer por se encontrarem numa situação de irregularidade no país.

Segundo o Eurostat (2014), a grande maioria das vítimas de tráfico humano na Europa é de origem romena (estima-se que existissem cerca de 6101 pessoas nesta situação entre 2010 a 2012, espalhadas por 22 países). Um estudo conduzido pela Agentia Nationala Impotriva Traficului de Persoane (ANITP) de 2014, refere que só na primeira metade de 2013 foram registados 733 casos de pessoas vitimais de tráfico e exploração sexual na Roménia, sendo que destas 53,34% eram mulheres e 55% menores. As estatísticas também demonstram que o número de raparigas menores forçadas a trabalhar como escravas sexuais é elevado, reafirmando a relevância e dimensão do problema do tráfico humano no país.

Foram precisamente estes números que estiveram na base da escolha deste tema. Pretendemos com este projeto desenvolver um processo de recolha e tratamento da informação disponibilizada pelas diversas fontes e entidades (Eurostat, UNODC, ANITP, etc.) de forma a permitir uma análise objetiva desta realidade obscura e muitas vezes pouco reconhecida numa Europa que se diz em constante progresso do ponto de vista dos direitos humanos. Para além da análise das estatísticas, procuraremos também abordar o posicionamento do governo romeno, bem como das instituições europeias e das organizações não-governamentais perante o problema, e as medidas que têm sido postas em prática para tentar progressivamente chegar à sua resolução. Acima de tudo, pretendemos chamar a atenção para o drama do tráfico de seres humanos que, tendo a Roménia como um dos principais núcleos de atividade, é uma questão relevante no contexto europeu cujas consequências se estendem para lá das fronteiras políticas e como tal merece a atenção de toda a comunidade europeia.

AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO PLANO DA SAÚDE

David Teixeira Dias
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: igualdade, desigualdade, decomposição, visitas médicas.

A Europa encontra várias diferenças dentro do seu território, deixando os cuidados de saúde cada vez mais ao cuidado do privado, através de seguros de saúde. As diferenças entre os vários países é visível. A ausência de apoio social e de saúde leva a precariedade das populações, a União Europeia não teve grande resposta a esta questão, pois está muitas vezes relacionado com a estabilidade do país de que se trata.

“But keeping these limitations in mind, we find that in European countries, despite decades of universal and fairly comprehensive coverage, utilization patterns suggest that rich and poor are not treated equally. At equal levels of need, the access to and use of specialist services is greater for higher

income groups”.-p.23 (Mas, mantendo essas limitações em mente, em países europeus, apesar de décadas de cobertura universal e bastante abrangente, a sua utilização sugere que os ricos e os pobres não são tratados igualmente, em níveis iguais de necessidade e acesso dos serviços especializados à maior para os grupos).

Estes resultados levam a refletir sobre as suas causas e na falta de capacidades da União Europeia nesta questão da saúde, pois a população mais pobre não consegue aceder a todos os cuidados que precisa. Nesta situação há sem dúvida falta de reformas e de financiamento, o que levou e leva a problemas sociais graves aumentando a precariedade na saúde. A qualidade da saúde é um fator importante quando se caracteriza um país, pois quanto maior for a qualidade na saúde maior é o desenvolvimento do país. Mas as dificuldades na saúde não são iguais em todos os países, e por vezes existem infraestruturas mas não há profissionais suficientes para todos os doentes, o que pode ser motivada pela falta de capacidade financeira do país, ou um repentino aumento de doentes. Contudo verifica-se, independentemente das capacidades de cada país, existe sempre uma desigualdade nos serviços da saúde, os mais ricos e mais pobres.

IMPACTO DE LA TECNOLOGÍA EN LA EDUCACIÓN DE SUIZA

Kattia Marisol Ramos Amador
Edwin Antonio Rivera Pineda

Universidad Pedagógica Nacional Francisco Morazán, Honduras

Palabras clave: Tecnología, Educación inclusiva, Métodos de enseñanza e Inmigración.

Las nuevas tecnologías han tenido un efecto fulminante sobre la educación en medios: en Suiza a menudo han acabado con el acercamiento crítico clásico (los medios o la imagen como objeto de estudio propio). Los docentes pioneros, frecuentemente formados en la edad de oro de los cine-clubes, se han retirado o han pasado el testigo a colegas que tienden más hacia los prodigios de la informática, es decir a nuevas generaciones. Ante estas revolucionarias y cambiantes aplicaciones, aún complejas de manejar, un buen número de docentes se confiesan sobrepasados. El miedo al «error» sirve de pretexto para no tocar las nuevas tecnologías. En el sentido de no tomar interés por la actualización y así mismo empeñarse en sostener sus métodos de educar.

Son numerosos los sectores que en Suiza buscan aprovecharse políticamente atacando a los «pedagogos» y a sus métodos. La prensa incide en este tema y relanza de forma permanente toda esta polémica, ligada indisolublemente con el futuro de nuestros hijos. Esto es, sin duda, una palpable prueba del terror que genera en este país la posible erosión de su nivel de vida y la pérdida del estado de bienestar material, alarmada por la declinante vitalidad de sus empresas. Pero parece difícil, en este contexto, limitar las necesarias alianzas entre el universo de la escuela y el de los medio.

Pero en realidad este solo es un factor de la problemática entre la sociedad pedagoga. El temor mayor se centra en el uso futuro de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación. En las recomendaciones hechas a los Cantones, se ha precisado que hay que fomentar la aproximación «Use ICT to learn» en detrimento de «Learn to use ICT». Es necesario el uso, pero principalmente aprender a usar. Esto sucede con la tecnología, que está siendo una herramienta indispensable en la educación dándole un buen uso.

El estudio de los medios, más que nunca, es un factor esencial en la educación de los ciudadanos. Por otra parte, los centros educativos siguen siendo un mejor sitio para conseguir este doble objetivo: dominar las nuevas tecnologías, al tiempo que se sensibiliza a los alumnos sobre el proceso comunicativo, la ética, las fuentes poco fiables, los riesgos de Internet. Ya que es un problema la utilización del mismo.

Es por esto que la escuela es la única que puede asegurar una cierta igualdad de tratamiento para todos. La fractura digital está menos ligada a los equipos que al contenido absorbido.

Suiza tiene todavía un trabajo considerable de sistematización que realizar: claridad de los objetivos en materia de educación en medios, inserción efectiva en los planes de estudio, formación de docentes, definición de «portfolio» y recursos pedagógicos. Es por eso que los instrumentos están ahí, tanto en los hogares como en las escuelas, para que se puedan llevar a cabo los objetivos de educación. Y es por eso que el uso de los TIC entra ya de lleno en nuestros hábitos y costumbres.

Además Suiza es un país marcado por la inmigración (25% de extranjeros), sabiamente equilibrado y siempre puesto en tela de juicio. La prensa, la publicidad e Internet condicionan la imagen de los suizos de los demás. El sistema de democracia semi-directa requiere la opinión ciudadana (4-5 veces al año) sobre complejas opciones. Independientemente del nivel socio-profesional, los ciudadanos futuros tendrán que saber buscar información útil y pertinente con una mirada crítica.

Bibliografía

Cristian, J. 2007. La educación de los medios en suiza: el clic frente a la elección. Vol. XV. P. 110, 111.
El colegio Moxiquense. A.C. 2003. Globalización, nuevas dinámicas urbanas de integración de migrantes andinos indocumentados en suiza. Vol. IV. P. 28, 29.

TEMA 2. AMBIENTE, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

LA PERCEPCIÓN DE UN IMPUESTO TURÍSTICO: EL CASO DE BALEARES (ESPAÑA).

José Ramón Cardona
María del Carmen Azpelicueta Criado
Universitat de les Illes Balears, Espanha

María Dolores Sánchez-Fernández
Universidade da Coruña, Espanha

María Abril Sellarés
Universidad Autónoma de Barcelona, Espanha

Palabras clave: impuesto, turismo, entorno, Baleares, opinión.

Los gobiernos han asumido que el sector turístico es un medio para impulsar la economía de los países, ayudando al desarrollo de múltiples sectores de actividad. Una de las acciones adoptadas por los responsables de las políticas turísticas de diversos destinos turísticos es la implantación de impuestos turísticos, entendidos como un gravamen sobre las personas que utilizan bienes o servicios turísticos, como pueden ser alojamiento o billetes de avión, o como un gravamen a los turistas en la entrada o salida del territorio. Para justificar la implantación de un impuesto turístico se han esgrimido términos como sostenibilidad y competitividad, entre otros.

Hay dos maneras de aplicar el impuesto turístico. La primera opción consiste en la aplicación de un porcentaje sobre el precio de los bienes y servicios turísticos contratados. En este caso se trata de un impuesto en puridad de criterios. La segunda opción consiste en cobrar una cantidad determinada por pernoctación. En este segundo caso es una tasa que depende de la categoría del establecimiento de alojamiento y de las noches que pernocta el visitante en el destino. La fórmula de la tasa turística por pernoctación es la modalidad más habitual de gravamen turístico.

Para realizar una primera aproximación a las opiniones existentes sobre el impuesto implantado se confeccionó un cuestionario con ítems sobre los que se pedía el grado de acuerdo o desacuerdo mediante una escala Likert de cinco puntos. El trabajo de campo fue realizado entre julio y septiembre de 2016 en la isla de Mallorca. Se obtuvieron 148 cuestionarios válidos, lo que supone un error de muestreo máximo del 8,2% en un intervalo de confianza del 95,5%: 43 eran trabajadores del sector turístico y 105 turistas.

Basándose en la encuesta realizada, se puede indicar que los impuestos turísticos tienen un elevado nivel de aceptación (92%) y muchos turistas y trabajadores del sector conocen impuestos de este tipo fuera de Baleares (82%). El impuesto implantado en Baleares es bastante conocido, es considerado una buena idea y los encuestados piensan que ayudará a conservar el patrimonio cultural y natural sin causar un descenso en la llegada de turistas. Para muchos de los encuestados la cantidad del impuesto podría ser mayor (47%) y es muy mayoritaria la proporción de encuestados que consideran adecuado que sea una tasa fija por pernoctación (93%). El procedimiento de recaudación no es el mejor posible y resulta molesto para los turistas y trabajadores. Consideran que sería un método mejor la recaudación en los puertos y aeropuertos en lugar de hacerlo en los establecimientos de alojamiento. Ello también permitiría gravar a otros visitantes, como los cruceristas.

La polémica que acompaña a este impuesto es debida a que tiene un elevado componente ideológico, como reconoce el 72% de la muestra, además de ser visto como una excusa para recaudar más dinero por el 86% de la muestra. En la actualidad, la aplicación de impuestos turísticos es bastante irregular en el mundo, habiendo regiones con gran tradición y aceptación de este tipo de gravámenes, mientras que otros países no los aplican o los consideran polémicos. Las Comunidades Autónomas españolas son un ejemplo de la segunda opción, ya que pocas han optado por implantar un gravamen turístico y las que lo han hecho han generado polémica.

CROACIA. MEDIO AMBIENTE, ECONOMÍA E INNOVACIÓN

David Guzmán Pernía González
Daniel Higuelmo Caballero
Universidad de León, Espanha

Palabras clave: Turismo, Yugoslavia, Geografía y Unión Europea.

Croacia es un país que se encuentra en Europa del este, rodeado por Hungría y Eslovenia al norte, Serbia y Bosnia al este y Montenegro al sur junto con el mar Adriático, el cual, forma una barrera natural. Su capital Zagreb, posee alrededor de un millón de habitantes y en ella se encuentran los principales poderes del gobierno, así como los centros económicos y académicos del país. Se estima que alrededor de cuatro millones y medio de personas conforman la República de Croacia, siendo la mayor parte de ellos croatas, aunque también existen minorías serbias, bosnias, húngaras, eslovenas, checas de las cuales, la mayoría,

pequenos restos de su pasado, ya que, hasta el año mil novecientos noventa y uno, era uno de los países que formaban la Republica Federal Socialista de Yugoslavia.

A lo largo del año dos mil tres, Croacia presentó la solicitud para formar parte de la Unión Europea, siendo durante el año dos mil cuatro cuando se convirtió en candidato oficial. Tras resolver sus problemas económicos, políticos y ambientales y adaptarse a las normativas europeas, el 1 de Julio de dos mil trece, Croacia y sus ciudadanos se convirtieron en el miembro numero veintiocho de la Unión Europea. Respecto a su economía, Croacia durante los últimos cinco años, ha experimentado un sólido rendimiento económico, a pesar de que su PIB ha sufrido una pequeña disminución respecto a economías similares. Sus relaciones comerciales, están muy abiertas al exterior, debido a la baja competitividad de sus exportaciones con sus socios más próximos, quienes son sus principales inversores en el país. Uno de los problemas de la economía croata, se relaciona directamente con la economía sumergida. Diversos factores socioculturales e institucionales como la privatización, pobreza, autoempleo favorecen el crecimiento de la economía en "negro". Asimismo, la entrada en la Unión Europea, no ha paliado los efectos negativos de la economía sumergida, si no que ha aumentado. Hoy en día, continúa habiendo una gran ausencia de transparencia tanto en la administración pública como en la privada provocando que no se pongan medidas en contra de esta economía sumergida.

Su principal motor económico, es el turismo, siendo uno de los países con más diversidad de Europa, destacando grandes contrastes en su geografía como frondosos bosques en los Alpes Dináricos y numerosas islas en sus costas adriáticas, donde destaca la isla de Hvar, considerada una de las diez más bellas del mundo. Durante el año dos mil trece la cifra de turistas alcanzó una cifra record llegando a los 12,4 millones de visitantes anuales suponiendo un alto porcentaje para la economía de este país.

Durante los últimos años y tras haberse recuperado de las guerras que tuvieron lugar dentro de sus delimitaciones geográficas, este país, se consolida como uno de los principales destinos turísticos europeos, siendo sus costas, epicentro de esta actividad económica donde tiene un papel muy importante el turismo náutico, en el cual, la llegada de numerosos cruceros garantiza un desarrollo económico estival de las principales zonas destinadas para la actividad turística.

BIODEGRADAÇÃO DE PESTICIDAS DA FLORICULTURA NOS SOLOS DA HOLANDA

Alfredo Miguel Granja Maio Graça
Selma Joana Teixeira Reis
Sofia Alexandra Pereira Maia
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Inovação, Ambiente, Economia, Floricultura, Agrotóxicos.

Um dos motores da economia holandesa que mais atrai investimentos públicos e privados, é a floricultura, nomeadamente, a produção da tulipa. A floricultura e a propagação deste setor de topo, permite que os Países Baixos liderem o mercado das flores à escala global, fazendo desta uma prioridade governamental. Infelizmente e apesar da indústria do cultivo de flores ser descrita como um setor altamente inovador, as razões principais para esta inovação não têm sido consensuais.

Para perceber os fatores que afetam a performance da inovação e dos negócios e a estrutura do sistema setorial da inovação neste país, utilizamos indicadores e interações de/entre diferentes atores na indústria do cultivo de flores, sendo debatidos e considerados cinco domínios: os negócios, a pesquisa e educação, as organizações intermediárias, a procura de mercado e as condições das estruturas e infraestruturas; de forma a obtermos o resultado da imagem integrada do sistema de inovação holandês.

O domínio dos negócios, da pesquisa, educação e das organizações intermediárias, não só mostram uma excecional performance, mas também problemas e riscos potenciais para o ecossistema, representados pelos pesticidas e fertilizantes, utilizados na atualidade na Holanda, assim sendo este poster irá enfatizar e explicar as mudanças relacionadas com a toxicidade e os vírus presentes nas espécies observadas, e discutirá o futuro da produção das tulipas, tendo em conta a globalização, o desenvolvimento sustentável deste sector, o fator ambiental e a ecocidade, e a relação deste com a saúde dos ecossistemas.

Em jeito de conclusão, apesar de toda a inovação envolvida no processo de produção das tulipas na Holanda e dos bons resultados obtidos, esta não é concebida num processo sustentável e saudável para o meio ambiente, dado que este tipo de produtos têm compostos químicos, cujo o princípio ativo acaba com diversos tipos de "pestes" que prejudicam a produtividade agrícola, mas também são danosos à saúde humana, vegetal e animal, causado até empobrecimento e infertilidade dos solos. Um dos problemas mais comuns é a contaminação do solo, dos lençóis freáticos, dos rios e dos lagos, uma vez que quando o agrotóxico é utilizado, ele chega ao solo e a chuva, ou o próprio sistema de irrigação da plantação, facilitando a chegada dos pesticidas aos corpos de água, poluindo-os e intoxicando toda vida lá presente, além de afetar a saúde humana de três maneiras: durante a sua fabricação, no momento da aplicação e ao consumir um produto contaminado, independentemente da forma de contacto, porque os efeitos são extremamente perigosos. Por estes mesmos motivos é importante discutir as alternativas saudáveis aos agrotóxicos e optar preferencialmente por escolher produtos orgânicos.

Para a realização deste projeto, a metodologia de base foi a pesquisa bibliográfica, enriquecida com o visionamento de multimédia e o apoio de docentes.

TURQUIA, UM PAÍS DE DESAFIOS

**Cátia Marina Baptista Monteiro
Marisa Daniela Almeida e Sousa**
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Turquia; Economia; Turismo; Terrorismo.

A Turquia é um país localizado entre o continente Europeu e Asiático. Para além de ser um país que apresenta uma vasta costa marítima, possui também um quadro paisagístico muito apelativo e diversificado que inclui praias famosas, montanhas escarpadas onde surgem os solos esqueléticos, ou ainda espaços fluviais deslumbrantes e outros como os lagunares. Obviamente não podemos esquecer o rico património histórico e arquitetónico, reflexo da longa história deste país. Dadas as suas potencialidades, este património é cada vez mais explorado em termos turísticos, apesar da interferência dos conflitos que se desenrolam em países contíguos e dos problemas internos, nomeadamente dos decorrentes do terrorismo. Em termos demográficos, a Turquia é um país com 74,93 milhões de habitantes.

Neste poster pretendemos abordar este país em termos económicos numa perspetiva evolutiva, realçando o turismo mas num cenário onde não esquecemos a interferência que a instabilidade e o terrorismo exercem no normal desenrolar desta atividade. Para tal, foi fundamental a concretização de uma pesquisa bibliográfica e documental que concretizamos através da escolha de 4 artigos científicos, cujos títulos são: “A crise cambial e financeira da Turquia em 2001 e a sua recuperação económica”, “The Effect of Informal Economy on Income Inequality: Evidence from Turkey”, “Evaluating the dynamics and impact of terrorist attacks on tourism and economic growth for Turkey” e “The Impact of Terrorism on Economy in Turkey”. Decidimos abordar estes temas pois são problemas recentes que afetam o normal desenvolvimento do país, daí o nosso interesse de os abordar.

Como a bibliografia a que tivemos acesso o demonstra, a Turquia, no ano de 2001, sofreu uma profunda crise cambial e bancária, multiplicando-se então as incertezas relativamente ao seu sistema bancário e à sustentabilidade da dívida pública, o que proporcionou a mádesvalorização da lira turca. Neste contexto, aumentava dramaticamente o número de desempregados, enquanto se registava uma quebra profunda nos salários. Perante este cenário preocupante, o FMI (Fundo Monetário Internacional) apresentou um programa de ajuda, a fim de mitigar os problemas mais evidentes observados na economia da Turquia. Nesta sequência, a partir do ano de 2002, a conjuntura económica turca melhorou, conseguindo demonstrar que é um dos países com um dos maiores crescimento económico da OCDE.

Desde então, a economia turca tornou-se bastante avançada, ultrapassando os níveis mais comuns observados no Médio Oriente e no Norte de África, mas infelizmente o terrorismo tem vindo a crescer neste país, prejudicando assim a economia turca. Apesar do governo nacional combater o terrorismo nas últimas décadas, como esta ação tem elevados custos, é indiscutível que toda a economia nacional é afetada, particularmente o turismo, atividade para a qual a estabilidade e a segurança são aspetos fulcrais, associados ao quadro paisagístico e sociocultural. Efetivamente, o terrorismo afeta de modo particular o turismo e como a Turquia é um dos destinos turísticos mais importantes do mundo e regista um grande acréscimo de visitantes e turistas nos últimos anos, iremos relacionar o crescimento económico e o turismo, acentuando também o impacto que o terrorismo tem sobre estes. Abordaremos também fatos económicos como a crise na Turquia e a relação entre a desigualdade de rendimento e a economia informal.

Concluindo, com este resumo demonstramos os problemas que iremos abordar no poster e as possíveis medidas para diminuir o impacto que o terrorismo exerce sobre o turismo e sobre a economia.

SERÁ POSSÍVEL A SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA E MINIMIZAR OS IMPACTES AMBIENTAIS EM ESPANHA?

**Cláudia Sofia Lopes Guise
João Paulo da Silva Carvalho
Sergiu Pavlocev**
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Produção energética, Inovação, Ambiente, Impactes.

O desenvolvimento de um país depende de várias condições, principalmente da sua capacidade de produção energética. A partir da Revolução Industrial, os crimes ambientais tornaram-se constantes, principalmente nos países desenvolvidos que detinham o maior símbolo do desenvolvimento à época, a máquina a vapor. Com a descoberta da eletricidade, aplicada à indústria, às tarefas domésticas e, essencialmente, às cidades, a utilização do vapor através da queima do carvão para produzir energia elétrica teve um aumento muito significativo um pouco por toda a Europa, aumentando assim a dependência pelo mesmo e, conseqüentemente, a crescente poluição. A União Europeia, principal palco deste processo de desenvolvimento industrial muito forte, tem vindo a interpelar os seus Estados-Membros através de diretivas, para que haja maior equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação do ambiente.

No que diz respeito aos problemas ambientais, energéticos e económicos da União Europeia, são temas

contemporâneos que merecem atenção e destaque. Espanha, é um dos casos exemplares que iremos tratar nestas jornadas, fazendo alusão aos diversos problemas, no foro energético, ambiental e económico, mitigando no fim os problemas identificados.

A metodologia que iremos utilizar vai ser baseada em pesquisa bibliográfica, análise de dados estatísticos, mapas realizados com recurso aos sistemas de informação geográficos (SIG).

No setor energético em Espanha, a partir da década de 80 do século XX, foram reunidos esforços para que o setor da indústria tivesse uma maior eficiência energética, otimizando o processo de fabricação e melhorando a qualidade do produto acabado. Também foram implementadas importantes medidas de redução de impacto ambiental com uma evolução significativa na década de 90.

O consumo de energia tem vindo a aumentar com a produção elétrica a acompanhar este crescimento. Em Espanha as principais formas de produção elétrica são os setores eólico, térmico, hídrico, nuclear e solar sendo que os setores eólico e térmico têm maior expressão de produção elétrica.

A produção de energia nuclear (através da fissão nuclear) é um exemplo de produção elétrica que acarreta muitos cuidados devido à libertação de radiação e, apesar da sua rentabilidade não é um dos setores com mais expressão na produção elétrica. A produção de energia nuclear em Espanha começa no final dos anos 60, embora até meados dos anos 80 não se tenha destacado na produção total nacional de eletricidade. Em 2000 Espanha tinha nove reatores nucleares com uma capacidade instalada de 7.800 megawatts e uma produção de 62,206 milhões kilowatt / hora, 2,4% do total mundial.

É também um dos países do mundo que optou pela energia renovável para produção de eletricidade, de forma a aumentar a sustentabilidade. A energia eólica tem sido alvo de investimento devido às condições e características geográficas. Quanto às políticas de incentivo que advém das administrações locais, bem como a existência de um altamente inovador e competitivo setor industrial em Espanha, cuja atividade tem um caráter global, ajuda a compilar e a desenvolver tecnologia e investimento para o desenvolvimento das energias renováveis.

Como consequência do desenvolvimento dos vários setores de atividade, o ambiente e a saúde sofrem impactos diretos.

Em suma, o nosso trabalho debruça-se sobre a importância que as energias renováveis têm na redução das emissões poluentes e dos impactos ambientais que resultam dos processos de desenvolvimento, comuns a todos os países da União Europeia. Caminhámos assim para um desenvolvimento sustentável?

ITÁLIA(S): UM PAÍS A DUAS VELOCIDADES

André Filipe Gomes Pereira
Dinis de Figueiredo Pereira Amaral
Paula Cristina Pinheiro Teixeira
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: zonas Norte e Sul; Mezzogiorno; fosso económico; subdesenvolvimento; duas economias distintas; inovação e desenvolvimento.

As divisões regionais são fenómenos frequentes em muitos países, afirma o Professor Gianni Toniolo da Universidade LUISS, em Roma; no entanto, o caso italiano merece especial atenção dada a longevidade da divisão regional entre as zonas Norte e Sul.

Desde a unificação italiana, completa em 1870 com a anexação de Roma, que o Mezzogiorno (parte sul italiana, incluindo a Sicília e a Sardenha) continua a representar o maior desafio para o país, tendo em conta o seu grande atraso relativamente à zona Norte. Segundo dados estatísticos recentes, verifica-se que a taxa de desemprego no Sul ultrapassa em 20% a taxa registada no Norte. Para além disso, têm-se verificado taxas de natalidade com os menores valores alguma vez registados desde 1861. Estima-se, por isso, que o Sul esteja destinado a perder 4,2 milhões de habitantes nos próximos 50 anos.

O Mezzogiorno foi a região mais afetada pela recessão económica de 2008, apresentando uma elevada taxa de desemprego jovem, fator um tanto responsável pela baixa taxa de natalidade, que reflete a falta de expectativas para o futuro. Existe, de facto, um grande fosso económico entre Norte e Sul, de tal forma acentuado que a zona Sul arrisca entrar numa situação de subdesenvolvimento permanente. Segundo um relatório divulgado pela Associação para o Desenvolvimento da Indústria no Mezzogiorno (SVIMEZ), a zona Sul está em grande risco de desertificação industrial e, conseqüentemente, de escassez de recursos humanos, empresariais e financeiros. O Norte apresenta-se, portanto, como o centro industrial do país, apresentando um maior desenvolvimento. Contrariamente, o Mezzogiorno concentra a pobreza do país, com uma economia que atrofiou quase duas vezes mais rapidamente do que a do Norte entre o período 2008-2013. No caso italiano pode mesmo falar-se da existência de duas economias distintas.

A divisão regional italiana não é um tema de agora. De facto, esta é uma questão que tem vindo a ser discutida há pelo menos um século e que se tem vindo a agravar com o passar do tempo, face à passividade da atividade política. Os problemas persistem e são sempre os mesmos: infraestruturas decadentes, fracas acessibilidades, alta taxa de desemprego e, claro está, o crime organizado – a conhecida máfia italiana que não investe e apenas saqueia. O fosso económico tem vindo a alargar-se a largo passo, de tal forma que a diferença entre a Lombardia (perto dos Alpes Suíços) e a Calábria (no Sul de Itália) é maior do que a diferença entre a Alemanha e a Grécia, em termos de desenvolvimento económico. O Mezzogiorno é

inclusivamente uma das regiões mais pobres de toda a União Europeia. A população residente nesta zona pode talvez não vir a assistir ao melhoramento das condições económicas, o que conduz a uma migração interna com direção a Norte. Entre 2001 e 2013, mais de 700 000 pessoas (das quais 80% com idades compreendidas entre os 15 e os 34) migraram para norte em busca de melhores condições. Mais de um quarto destas pessoas possuíam pelo menos uma licenciatura. Para trás fica maioritariamente a população envelhecida, menos proativas e com pouca tendência para a inovação. Acresce-se ainda a emigração, especialmente da população residente no Sul, para outros países.

Apesar da divisão regional, o Mezzogiorno apresenta ainda muita potencialidade e recursos por explorar. Para tal há uma grande necessidade de investimento, quer para o melhoramento das infraestruturas, quer para a inovação da tecnologia, posteriormente aplicada nos processos industriais. Para além disso, esta é uma zona de grande potencial turístico que beneficiaria bastante com o desenvolvimento integrado do território. Neste sentido, esperamos dar uma força de inovação na esperança de reduzir as disparidades do país, com medidas cujos resultados serão observados tanto a curto como a longo prazo.

FRANCE: ENVIRONMENTAL ISSUES CAUSED BY POLLUTION

Ambra-Patricia Costescu
Andreea-Sorana Stepanescu
Universidade do Porto, Portugal

Keywords: air pollution, environmental issues, France, pollution, water pollution.

This poster's aim is to raise awareness about the environmental problems among society and nature with the focus on the impact of pollution as an important issue in nowadays' European area. Therefore, while analyzing the topic we considered the situation of France and we defined pollution as a social problem that exists in correlation with the development of urban areas.

The methodology used is mainly based on the documentation of scientific papers from different online or library sources. Together with this, an important role is attributed to cartographic or photographic sources that are suggestive for our topic. We used classification as a tool to understand better the complexity of pollution as seen from different angles. We treated the case of France in general giving a closer look to specific areas in particular. After the decomposition of the term, in the end, we found it necessary to bring our own contribution by giving potential solutions to the issue discussed.

As for the content, in the first part we will focus on identifying the main forms of pollution that can be encountered in France together with their sources and implications. For instance, we will look on the case of Paris metropolitan area, where we can identify three principal sources of pollution: transport, heating (households and business) and industry. Among them, road transport (cars, vehicles of delivery, two wheels motorized and heavy lorries) is by far the major problem. It is responsible for 53% of the nitrogen oxides emissions of the Paris agglomeration, 15% of the volatile organic compounds and 25% of the particles produced by an increasing fleet of diesel vehicles. This data is available according to the Air quality monitoring network that uses tools such as over 50 sites analyze about pollutants, modelling tools to establish pollution maps, daily pollution forecasts as well as its evolution hour by hour and last but not least, detailed monitoring campaigns that rely on mobile laboratories and diffusion tubes used to validate the models and the stations' location and to investigate in details certain areas or subject of interest (airports, train stations, Paris ring road and so on).

In accordance, we will structure the poster in two main topics related to each other: air pollution and water pollution.

For the beginning, air pollution is behind the deaths of 49,000 people in France each year, and most of these deaths are preventable. It's no secret that pollution is a huge problem in the major cities in France, but it appears the problem runs a lot deeper, according to a new study by France's national health agency. Through this paper we tried to meet the challenges of contaminated air fighting methods in correlation with soil pollution.

Secondly, we considered that, as known, over two thirds of Earth's surface is covered by water and less than a third is represented by land. The continuous growth of world population means putting an ever-increasing pressure on the planet's water resources. As a result, our oceans, rivers, and other inland waters are subject to human activities which in time means that they not only take up less room, but their quality is also reduced, as stated also by Chris Woodford about water pollution. And we all know that poorer water quality means water pollution. The fluvial system in France is known for its historic heavy metal pollution resulting from mining and smelting activities since the late 19th century according to a study on environmental pollution which had the main focus on the Lot river reservoirs. The question addressed here is how the phenomenon affects the entire ecosystem.

In the end, we considered necessary to analyze pollution through an integrated and strategic approach in order to identify the prospects for future research on the topic. Our aim is to evaluate the effects of pollution on the composition, density and diversity of macro-fauna and communities in a developing area during past, present and future. Among them, the most common is the decrease in habitat heterogeneity, and, thereby, in biodiversity. This can be a proof how human alteration of the hydrosphere or atmosphere can become a social problem where pollution can mold the relationship between people and their environment. We focused

on the fact that life is ultimately about choices and so is pollution. We can either live with air that is difficult to breathe and sewage-strewn beaches, dead rivers, fish that are too poisonous to eat or we can work together to keep the environment clean so that plants, animals, and people who depend on it remain healthy. We can take individual action to help reduce air or water pollution, for example, by using less means of transport but more biotechnology or using environmentally friendly detergents, not pouring oil down drains, reducing pesticides and so on. We can take community action too, by helping out on beach cleans or litter picks to keep our rivers and seas a little bit cleaner. And we can take action as countries and continents to pass laws that will make pollution harder and the world less polluted. Working together, we can make pollution less of an issue and the world a place where life takes a normal turn.

ECONOMIA AMBIENTE E INOVAÇÃO DA GRÉCIA

Hugo Aragão Vieira Da Silva Aresta
Francisco Xavier Freitas Vieira
Tiago André Teixeira Pinto
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Grécia, Inovação, Ambiente, Crise, Europa

Na disciplina de Problemáticas do Espaço Europeu foi-nos proposta a realização de um trabalho que se debruçasse sobre um país. Ao nosso grupo foi-nos proposta a realização de uma análise de artigos no qual focamos na economia ambiente e inovação da Grécia como também um poster. Para tal, selecionamos três artigos: "Innovations In Greek Political Communication And Consequences", "The determinants of banks' profits in Greece during the period of EU financial integration" e "The contribution of urban green spaces to the improvement of environment cities: Case Study of Chania, Greece".

A nossa estratégia para avaliar a economia da Grécia passou por uma análise de três pontos essenciais: economia, ambiente e inovação. Deste modo, ao longo do trabalho encontram-se diversos dados relativos a estes pontos, terminando com uma breve conclusão onde se farão algumas comparações dos dados apresentados.

A Grécia faz parte da União Europeia desde 1981 com cerca de 10 milhões de habitantes. Faz parte de um sistema republicano. A crise económica deve-se, primariamente, a dívida de aproximadamente 320 bilhões de euros, que o país simplesmente não tem condições de pagar. A explicação mais simples para esta crise é devido a que o país gasta bem mais do que arrecadava, e financia os gastos através de empréstimos. No entanto a Grécia solicitou ajuda financeira a União Europeia recebendo assim cerca de 110 bilhões de euros como também aplicaram medidas drásticas como cortes nos gastos públicos, aumento de impostos, reforma na segurança social e no mercado de trabalho.

BREXIT: FAVORÁVEL OU NEGATIVO PARA A ECONOMIA IRLANDESA?

Diogo Lourenço Vidinha
Manuel João Marques Caeiro
Mário Francisco Santos Mendes
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Economia; Brexit; Exportações; Desemprego; Imigração.

A República de Irlanda é um país do norte da Europa com cerca de 4,5 milhões de habitantes que viu em 1922 ser oficializada a sua independência do Reino Unido. A sua economia e o nível de vida melhorou bastante tendo em conta que a Irlanda era uma nação muito pobre enquanto parte integrante do Reino Unido, mas desde a sua independência a população em geral conseguiu atingir um bom nível de vida tendo a sua economia prosperado bastante até que em meados de 2008 e uma enorme crise económica mundial acabou por afetar a República de Irlanda.

Um conjunto de fatores levaram a que as fragilidades da economia Irlandesa conduziram a um resgate financeiro levado a cabo pelo Fundo Monetário Internacional iniciado nos finais do ano de 2010 num empréstimo que envolveu uma quantia de 85 mil milhões com uma taxa de juro fixada nos 5,83% de modo a revitalizar a sua economia e em particular a sua banca que sofreu bastante com a crise mundial. Isto ocorreu 6 meses depois de a Grécia ter também pedido ajuda externa, mas quase 7 anos volvidos e os resultados das nações que foram ajudadas variam bastante sendo que a Grécia continua como a situação mais preocupante por outro lado é a República da Irlanda que se destaca pela positiva em relação aos outros resgates pela a evolução da sua economia tendo em conta o seu estado aquando do resgate.

O crescimento da sua economia é notório tendo o seu PIB crescido anualmente, apresentando em 2015 um crescimento superior a 20% o que é bastante positivo para uma sociedade que na altura do resgate atingiu a marca de 15% de desempregados, taxa essa que vem a diminuir desde 2011 e que em Fevereiro de 2017 conseguiu finalmente baixar a barreira dos 7% e com uma previsão de chegar aos 6.2% em Maio deste ano o que é extremamente positivo e um marco na história deste resgate. Aliado a uma balança

comercial cada vez mais positiva, o aumento das exportações foi um aspeto muito importante tanto na revitalização da economia como na contribuição para a criação de mais emprego exportando para países como os Estados Unidos da América, Reino Unido e Bélgica.

Na União Europeia surge um novo capítulo com a saída do Reino Unido dos estados membros o que implica uma mudança nos acordos existentes tanto na vertente económica como em termos de entrada e saída de pessoas, o que irá afetar não só o Reino Unido como todos os seus parceiros económicos, o que para a República da Irlanda surge como um novo obstáculo para a sua economia, podendo assim perder um dos seus melhor parceiros comerciais visto que é o seu melhor importador em conjunto com os Estados Unidos. Em termos Geográficos a sua extrema proximidade com a região levanta outros casos na sociedade como o elevado aumento no número de pedidos de passaporte irlandês por parte de cidadãos britânicos.

Estas questões levantam dúvidas de qual será o impacto do Brexit na economia Irlandesa e neste caso se será um entrave ao contínuo crescimento económico se iremos verificar uma entrada inesperada de cidadãos britânicos na Irlanda e se este acontecimento ocorreu quais serão as implicações que terão no país.

ACIDIFICAÇÃO DOS SISTEMAS AQUÁTICOS NORUEGUESES.

Jorge Fernando Martins Costa
Vítor Salvador Gonçalves Abreu
Rafael Machado da Silva
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Acidificação; Chuvas ácidas; Sistemas aquáticos; Noruega; Europa.

A acidificação dos sistemas aquáticos é um problema ambiental que afeta vários países europeus resultando em perdas de biodiversidade, problemas de saúde na população, e até mesmo danos em edifícios e estátuas nestes países. Este evento ocorre quando as sucessivas chuvas ácidas alteram o pH dos solos e sistemas aquáticos para valores inferiores a 5,6. O pH da água pura é 7,0, um pH neutro, mas na natureza várias substâncias, como por exemplo, o dióxido de carbono que na atmosfera dissolve-se na água formando ácido carbónico e provocando chuvas ácidas. Estas são responsáveis por muitos impactos negativos no ambiente e na saúde humana. No ambiente tem consequências nos solos e na água de rios, lagos, oceanos e também na água subterrânea. A água num lago ou rio em circunstâncias regulares tem um pH entre os 6,5 e 7,0. As sucessivas chuvas ácidas podem provocar a acidificação destes sistemas.

Quando o pH de um lago ou rio atinge o valor de 5,5, este ambiente deixa de ser mais apropriado podendo matar larvas, insetos, pequenas algas e microrganismos, prejudicando também os animais que dependem desses organismos para se alimentar. Casos mais extremos em que o pH da água chega a valores entre 4,0 e 4,5, já pode suceder a intoxicação mortal da maioria das espécies do ecossistema adulterado.

Para além dos danos nos ecossistemas, um dos maiores perigos das chuvas ácidas é as consequências desta na saúde humana. A sua ingestão por longos períodos, pode causar a doença de Parkinson, Alzheimer, a hipertensão, problemas renais e, principalmente em crianças, danos cerebrais.

A origem destas alterações no pH da água é principalmente os poluentes libertados para a atmosfera, que no caso europeu tem origem na Europa central e Grã-Bretanha altamente industrializadas. Os países mais afetados estão localizados no leste e norte da Europa (Polónia, República Checa, Áustria, Noruega, entre outros), esta particularidade torna este assunto muito mais interessante e preocupante pois as consequências deste problema têm os maiores impactos num local completamente diferente onde o problema é gerado. Os outros fatores, como os incêndios florestais, também contribuem para este assunto, mas tem um impacto muito menor e abrange áreas muito menores.

A Noruega é um dos países afetados por este problema, testemunhando a acidificação da maioria dos seus rios, lagos e solos, que em alguns casos apresentam níveis de pH extremamente baixos que interferem com a biodiversidade. No caso dos sistemas aquáticos os problemas agravam-se com importantes algas e microrganismos fundamentais a diminuir em quantidade quando o pH baixa. Estes organismos estão na base cadeia alimentar e a falta deles constitui um desafio a todas as espécies. Uma das espécies mais afetada é o salmão, que para além da sua importância na natureza, também tem um papel muito importante na economia norueguesa que como sabemos é um país que aposta muito na pesca, com o salmão e o bacalhau a serem produtos muito exportados para todo o Mundo.

Este foi o país em que mais nos interessou devido ao seu elevado nível de desenvolvimento e como está a lidar com o problema. Já em 1972 que o governo norueguês ordenou que se realizasse um enorme relatório acerca dos impactos das chuvas ácidas no seu território.

Assim investigamos quais foram as principais consequências, se existem medidas para evitar que o problema se agrave e para o mitigar, se essas medidas ainda estão a ser efetuadas e o mais importante se elas estão a resultar. Para responder a estas perguntas vamos usar como metodologia a pesquisa de bibliografia científica acerca da acidificação e do caso norueguês em particular.

ROMÉLIA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

Tiago Henrique Correia Moreira
Miguel Ângelo Magalhães de Brito
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Mudança, transição, ambiente, mercados, indústria.

Na Roménia, depois de 1989, devido às mudanças no regime económico e político, o declínio da indústria representou um problema com efeitos que ainda podem ser sentidos nos dias de hoje. Constatamos que a indústria registou um aumento significativo entre 1970-1989, estando atribuídos entre 50% a 60% do investimento ao sector industrial, resultando assim numa economia centralizada. Isso deu origem a um grande número de indústrias espalhadas por todo o país dando-se assim ao mesmo tempo o desenvolvimento de um grande processo de urbanização. Verificamos que o período de transição significou uma redução significativa da atividade industrial e o cancelamento de certas capacidades industriais, o que trouxe alguns problemas designadamente os aterros industriais. Estes podem ser definidos de várias formas, sendo que no geral são locais industriais ou comerciais degradados ou subutilizados por causa da poluição ambiental real ou percebida"

Hoje em dia, os aspetos ambientais são obviamente tomados em consideração, especialmente os que dizem respeito ao impacto de locais poluídos, de áreas industriais sobre o meio ambiente, na verdade, as oportunidades associadas com a presença destes campos contaminados estão ligados, por um lado, com planos de descontaminação e reabilitação ambiental, por outro lado, com a sua inclusão no sistema urbano associando várias funções correspondentes às necessidades de desenvolvimento.

Num outro lado, observamos que num mundo cada vez mais competitivo e globalizado, mudanças rápidas no ambiente económico e técnico levam à necessidade de as empresas se adaptarem mais rapidamente. Por exemplo a indústria mineira de carvão na Roménia não é exceção a esta realidade. As empresas de mineração, como muitas empresas de hoje, veem seus mercados, clientes e operações passarem por um desfile constante de mudanças e desafios. A economia volátil afeta todos, especialmente o período de crise económica recente no qual se abateu na Europa e fazendo-se sentir é claro no presente país.

De acordo com as projeções feitas pela Agência Internacional de Energia, cerca de um quarto das necessidades de energia primária em todo o mundo serão cobertas pelo carvão (IEA, 2012). Esses itens subjacentes às políticas de mudança de energia de todos os países dependem de uma maior ou menor parcela da energia importada. A Roménia tem uma vasta gama de recursos energéticos primários, mas quantitativamente reduzida, de modo que o carvão indígena tem um papel ainda decisivo no balanço energético nacional. Assim ficam algumas questões: Será a Roménia capaz de se adaptar e inovar num mundo cada vez mais competitivo? Serão os fatores ambientais e económicos capazes de travar uma Roménia ainda à procura da mudança e desenvolvimento?

SUÉCIA, UM PAÍS DE ENERGIAS ALTERNATIVAS

Marco António Azevedo Bento
João Pedro Santos Silva
Marco António Mota Pereira
Universidade do Porto, Portugal

Palavras-chave: Inovação; Energias renováveis; Sustentabilidade.

A Suécia à semelhança dos países do Norte da Europa está sempre no grupo dos países mais inovadores em todos os mercados e setores, como prova disso vamos mostrar a capacidade que a Suécia teve para se tornar pioneira na substituição dos combustíveis fósseis por energias limpas, e com a meta de alcançarem zero emissões de Gases de Efeito Estufa até 2050!!

Com o passar dos anos e com as constantes preocupações com os elevados números que a poluição mundial vinha criando, começou a haver uma preocupação para a implementação de energias renováveis (energias que se renovam naturalmente). As energias renováveis englobam o Sol, o vento, as ondas e marés, a geotermia e a biomassa. Os países da União Europeia, são atualmente os líderes mundiais no desenvolvimento e na aplicação das Energias renováveis. Promover a utilização de fontes de energias renováveis é importante, tanto para a redução da dependência da UE das importações energéticas estrangeiras, bem como no cumprimento de metas fixadas pelo Protocolo de Quioto para reduzir as emissões de dióxido de carbono (CO₂) e combater o aquecimento global.

A nossa investigação é mais virada para o Biogás como alternativa aos combustíveis fósseis. O biogás pode ser usado em várias aplicações: nos transportes e para gerar eletricidade e calor. Na Suécia, a utilização de biogás nos transportes é incentivada através de isenções fiscais e de apoio ao investimento. O Governo sueco estabeleceu o objetivo de uma frota de veículos independentemente de combustíveis fósseis até 2030. Este objetivo é visto como um primeiro passo para a meta mais ambiciosa de emissões zero de Gases de Efeito Estufa até 2050.

Dois terços da eletricidade consumida na Suécia tem origem em barragens e centrais nucleares. A aposta

agora é reforçar o aproveitamento das energias solar e eólica. Em 2015 segundo a Eurostat a percentagem de energias renováveis na Suécia era de 53.9%.

O biogás desempenha um papel importante no desenvolvimento como uma tecnologia bastante madura, tanto em termos de produção do combustível como da sua utilização em veículos. Uma característica atraente do biogás é que a maior parte do seu potencial é originário de resíduos ou resíduos que têm pouco ou nenhum uso alternativo. O aumento do uso de biogás depende fortemente da disponibilidade de recursos e do estabelecimento de cadeias produtivas eficazes para aumentar a segurança e a confiança.

No condado de Estocolmo os resíduos alimentares e as lamas de esgoto representam mais da metade do potencial prático. As culturas energéticas e os resíduos agrícolas representam também uma parte importante, enquanto os resíduos industriais constituem a categoria mais pequena.

A forte procura de combustíveis renováveis para transportes na Suécia tem sido impulsionada por políticas de apoio. As projeções mostram que a demanda de gás do veículo no condado de Estocolmo pode aumentar de 424 GWh em 2013 para aproximadamente 460 GWh em 2020 e 1200 GWh em 2030. O desenvolvimento técnico e as políticas de apoio para outros combustíveis de transporte renováveis serão os principais fatores determinantes.

Num mundo em que as incertezas e os problemas ambientais, sociais, económicos, culturais e políticos se adensam, não obstante, no espaço europeu persiste um mosaico territorial diversificado e dinâmico. Com efeito, as potencialidades sucedem-se e tornam-se inspiradoras de estratégias conducentes a um desenvolvimento tendencialmente sustentável e inclusivo, já que cada vez mais se adiciona à abordagem económica a ambiental e a sociocultural, realçando as políticas em que a preservação das paisagens se conjuga com a valorização do património, ou com a revitalização dos quadros sociais. Este último parâmetro foi ainda mais incrementado na sequência dos fluxos migratórios que se têm revelado indissociáveis dos conflitos bélicos e dos contrastes de desenvolvimento, enquanto se reacendem antagonismos de carácter político e cultural, ou mesmo religiosos.

Urge, pois, construir oportunidades, dinâmicas catalisadoras, mas num contexto em que se preserve a diversidade e os valores autóctones. Tal pode desenvolver-se num quadro onde co-existam políticas estruturantes e inovadoras, fundamentadas numa sociedade digital, na educação e no conhecimento, o que favorecerá também a eficiência da exploração dos recursos endógenos. Assim se possibilitará a aposta num desenvolvimento sustentável, em que a inovação e a investigação científica e tecnológica estejam patentes, bem como os valores societários e culturais.

Permanecendo, contudo, um quadro problemático, exige-se a continuidade de uma reflexão que contemple esta multiplicidade territorial, incidindo sobre o espaço europeu, mas numa perspetiva que o correlacione com outros espaços, como os lusófonos, designadamente o Brasil, com o qual se tem vindo a institucionalizar projetos comuns e análises estratégicas agregadoras. Há, de facto, que prosseguir com as múltiplas abordagens das diversas problemáticas, em contexto multidisciplinar e num quadro interuniversitário, mediante a participação de instituições universitárias de diversos países, por forma a aprofundar-se sinergias tendentes a uma coesão e revitalização social, cultural, económica e ambiental. Esta linha orientadora encerra, de igual modo, os princípios decorrentes dos “Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável”, ou “Objetivos Mundiais” (ONU), através dos quais se pretende estruturar e incrementar um desenvolvimento global nos próximos 15 anos, que inclua áreas tão diversas como as alterações climáticas, a desigualdade económica e social, a inovação e o desenvolvimento tecnológico, ou, ainda, a produção e o consumo sustentáveis, ou mesmo a paz e a justiça. É neste âmbito que surgem as XII Jornadas Internacionais sobre “Grandes Problemáticas do Espaço Europeu”.

Comissão Científica

Ana Isabel Boura, Univ. Porto | Andrews José de Lucena, Univ. Federal Rural do Rio de Janeiro | António de Barros Cardoso, Univ. Porto | Atanas Dermendzhiev, Univ. Verliko Tarnovo | Borna Fuerst-Bjelis, Univ. Zagreb | Cármen Ferreira, Univ. Porto | Célia Taborda, Univ. Lusófona do Porto | Felisbela Martins, CEGOT, Univ. Porto | Fernanda Cravidão, Univ. Coimbra | Glória Teixeira, Univ. Porto | Hélder Marques, Univ. do Porto | Helena Pina, Univ. Porto | Hélène Roth, Université Blaise Pascal, Clermont-Ferrand | Ileana Constantinescu, Académie d'Études Économiques de Bucarest | João Luís Fernandes, Univ. Coimbra | Jorge Queiroz, Univ. Porto | José António Aldrey Vázquez, Univ. Santiago de Compostela | Júlia M. Lourenço, Univ. Minho | Laura Sakaja, Univ. Zagreb | Leandro Dias de Oliveira, Univ. Federal Rural Rio de Janeiro | Lucette Laurens, Univ. Montpellier III | Marcos Valcárcel Díaz, Univ. Santiago de Compostela | Maria Conceição Ramos, Univ. Porto | Maria José Roxo, Univ. Nova de Lisboa | Mary Cawley, National Univ. of Ireland Galway | Miguel Pazos Otón, Univ. Santiago de Compostela | Milen Pernerliev, Univ. Shumen | Norberto Santos, Univ. Coimbra | Paula Remoaldo, Univ. Minho | Paulo Jorge Santos, Univ. Porto | Regina Salvador, Univ. Nova de Lisboa | Slavi Dimitrov, Univ. Verliko Tarnovo | Stella Dermendzhieva, Univ. Verliko Tarnovo

Comissão Organizadora

Helena Pina, Univ. Porto (Coordenadora) | António Barros Cardoso, Univ. Porto | Fantina Tedim, Univ. Porto | Felisbela Martins, CEGOT, Univ. Porto | Maria Conceição Ramos, Univ. Porto | Paula Remoaldo, Univ. Minho

Com o apoio de Philippe Baumert, Univ. Bordeaux Montaigne



GABINETE DE EVENTOS, COMUNICAÇÃO E IMAGEM, FLUP
TEL.: 226 077 105 | E-MAIL: geci@letras.up.pt